



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Lucas Mentor de Albuquerque Nobrega

**ANÁLISE PSICOSSOCIAL DAS OPRESSÕES DE PESSOAS NEGRAS-LGBTI+ NA
GRANDE FLORIANÓPOLIS**

Florianópolis

2024

Lucas Mentor de Albuquerque Nobrega

Análise Psicossocial das Opressões de Pessoas Negras-LGBTI+ na Grande Florianópolis

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Adriano Beiras, Dr.

Florianópolis

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Nobrega, Lucas Mentor de Albuquerque
Análise Psicossocial das Opressões de Pessoas Negras
LGBTI+ na Grande Florianópolis / Lucas Mentor de
Albuquerque Nobrega ; orientador, Adriano Beiras, 2024.
156 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Relações Étnico-Raciais. 3. LGBTI+. 4.
Análise Psicossocial. 5. Opressões. I. Beiras, Adriano.
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Psicologia. III. Título.

Lucas Mentor de Albuquerque Nobrega

Análise Psicossocial das Opressões de Pessoas Negras-LGBTI+ na Grande Florianópolis

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado, em 13 de Dezembro de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Adriano Beiras

Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Lia Vainer Schucman

Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Jaqueline Gomes de Jesus

Instituto Federal do Rio de Janeiro

Certificamos que esta é a **versão original** e **final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Psicologia.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação de Psicologia

Prof. Adriano Beiras, Dr. (Orientador)

Florianópolis, 2024

AGRADECIMENTOS

Como agradecer a quem fez parte dessa jornada? Não falo aqui só dos meus próximos, dos que lutaram com unhas e dentes para me verem alcançar posições sempre a nós questionadas, que me permitiram ser desafiado pelas nossas lutas. Passar pela experiência do mestrado compreende diversos desafios para o desenvolvimento de aprendizagem e profissional de cada uma, com momentos de dificuldade, dor e tristeza, assim como felicidade e reconhecimento que modulam as conquistas e os objetivos durante o ato de pesquisar.

Nesse processo de (des)construção, não estamos sozinhas, e aproveito para saudar quem esteve comigo durante as caminhadas, sempre disposto a me dar a mão. Opto por não citar nomes para evitar uma hierarquia de afetos, mas trago aqui representações em categorias de diversas famílias, de sangue ou escolhidas, para que as pessoas consigam se espelhar e se ver presentes, respeitando suas diversidades e seu caminhar comigo pela vida.

À minha familiar nuclear e estendida, pelos lados Mentor, Albuquerque e Nobrega, que desde cedo foram responsáveis por moldar a pessoa que sou hoje. Com um perfil sábio, brincalhão e cheio de amor, ensinaram que vivemos na pele os desafios do mundo contemporâneo, e na importância de reconhecer as diversas histórias que nos constroem em vida. Cada uma com seu jeito especial, e suas bagagens de suas heranças familiares e ancestralidades, foram fundamentais me instigar a procurar o meu espaço no mundo.

Às pessoas do campo de estudos de Psicologia, juntamente com as humanidades e educação: colegas de curso e de profissão, professoras, supervisoras, orientador, técnicas administrativas, manas marginais, integrantes da vida universitária, figuras de referência, teóricas, aspirantes e simpatizantes do campo. Somos formas de enxergar os caminhos de reflexão na construção subjetiva, circulando o saber da universidade pública à sociedade civil, à ciência e à profissão, com letramento crítico das mazelas sociais.

Às manas, sejam as originais que construí laços enquanto ainda morava no Rio de Janeiro e sempre serão um espaço seguro; as virtuais, que de longe ou perto, sempre presentes; as da faculdade, na busca de uma construção de identidade profissional afetiva e política; as dos encontros afetivos, responsáveis por valorizar os afetos nas trocas individuais e nos espaços em grupo; as pokémanas e manas de jogos, que dividem espaços de lazer.

À comunidade negra-LGBTI+, trazendo suas narrativas de resistência aos constantes ataques que sofremos, por ser uma população tida “desviante da norma”. Destaco o potencial de traduzir o sofrimento e negatividade em potências criativas e transformadoras, para que nossa diversidade siga colorindo o mundo com novas formas de expressão. Reconhecer nossa identidade racial, identidade de gênero e orientação sexual auxilia na validação dessas e outras interseccionalidades que buscam valorizar as diferenças, e construir espaços democráticos para que todo mundo possa viver uma vida livre de preconceito.

Ao povo brasileira e ladino-amefricano, pelo histórico de luta pela valorização da riqueza multicultural e racial, que são uma grande fonte de inspiração para este trabalho. Entre os nortes e os suís, existem uma gama de culturas e de pessoas que nos ensinam, que nos sinalizam as diferenças, que nos enriquecem, que nos dão afetos e que nos transformam. A importância de reconhecer esse povo é essencial, uma vez que é ilusório pensar em uma homogeneização da cultura, da identidade, da língua e das vivências amefricanas.

Aos usuários das políticas públicas, por entender que o direito ao acesso das instituições do Estado para proteção de públicos vulnerabilizados como de extrema importância. Venho desempenhando atuações em políticas públicas de saúde e de assistência social, de modo a fortalecer serviços comprometidos com a transformação da realidade da população pela redução de desigualdades e valorização de estratégias de enfrentamento localizadas, servindo como uma base para democratização da nação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelas orientações éticas e suporte para o auxílio da construção da ciência brasileira pautada em inovação, criatividade e compromisso com a sociedade. É através de ações de permanência e de regulamentações éticas que uma pesquisa pode ser efetivada, e o órgão é referência internacional da produção de pesquisa brasileira, e aponto a importância desse trabalho para mais um passo na compreensão das demandas sociais localizadas em nosso território.

Ao meu eu lírico, que muitos chamariam de subjetividade, sentimentos pessoais, primeira pessoa, ego ou indivíduo próprio. A partir dos laços criados, entendo que sou um sujeito de e em relação, constantemente aprendendo com as trocas, sejam elas ditas ou não ditas, diretas ou indiretas. O caminho é incerto, mas nunca me esqueço de seguir dançando com a minha própria narrativa, e inspiro para refletir e (des)construir paradigmas.

RESUMO

As discussões sobre racismo e LGBTI+fobias demarcam experiências que auxiliam a compreensão dessas violências em diversos campos de pesquisa. Com auxílio das contribuições teóricas dos Estudos Críticos de Raça, Gênero, Sexualidade e Decolonialidade, orientei o meu trabalho para visibilizar pessoas negras-LGBTI+, pelas perspectivas interseccionais, para compreender as (des)identificações que possuem com essas categorias, as opressões que sofrem na região da Grande Florianópolis e as formas de enfrentamento que realizam como resistência à situação experienciada com uma análise psicossocial. A partir de entrevistas com seis pessoas negras-LGBTI+ que possuem experiências de opressão na Grande Florianópolis, região amplamente aclamada pela sua cisheternormatividade branca, as situações de violência observadas foram das mais diversas: nos âmbitos públicos e privados; por pessoas próximas, conhecidas ou completas estranhas; em espaços tidos como seguros ou de pouco controle; dentro da própria casa; no ambiente de trabalho; na rua; no Sistema Único de Saúde (SUS); nas relações familiares; e nos espaços de lazer, para citar alguns. A análise buscou dar inteligibilidade sobre os efeitos negativos das opressões, como o isolamento; a solidão afetiva; a fragilização de vínculos familiares, sociais e comunitários; a ausência de espaços de segurança para manifestar sua autenticidade; a mudança de localização geográfica; o adoecimento biopsicossocial; o questionamento se a situação violenta realmente aconteceu; e as situações de conflito. Entre as formas de resistência elencadas: construir abertura para o diálogo; buscar suporte na rede de confiança; compartilhar experiências com outras pessoas; denunciar a violência no momento que ocorre; circular em espaços seguros e evitar territórios de risco; pautar a diversidade e a inclusão; participar de movimentos de mobilização política coletiva; realizar psicoterapia; ofertar a informação para conscientização. A partir das vivências pelas opressões proporcionadas pelo racismo e pelas LGBTI+fobias, foi possível compreender aspectos territoriais e de contexto, de modo a pensar pontes para a construção de políticas públicas e ações de proteção de pessoas negras-LGBTI+

Palavras-Chave: Relações Étnico-Raciais, LGBTI+, Análise Psicossocial, Opressões, Interseccionalidade.

ABSTRACT

The debate on racism and violence against LGBTI+ people brings experiences that are helpful to understand its violence in different fields of research. Using the theoretical contributions of the Critical Studies of Race, Gender, Sexuality and Decoloniality, I guided my work to make black-queer people visible, through an intersectional approach, to understand the (dis)identifications they have with these categories, the oppressions they suffer in the Grande Florianópolis region and ways they carry out resistance of those events. Based on interviews with six black-queer people who had experiences of oppression in Greater Florianópolis, a region widely acclaimed for its white cisheteronormativity, the situations of violence observed were pretty diverse: in public and private fields; by close people, acquaintances or complete strangers; in spaces considered safe or with little control; inside their own house; in the work environment; on the streets; seeking healthcare; in family dynamics; and leisure spaces, to name a few. The analysis sought to give intelligibility about the negative effects of oppressions, such as: isolation; loneliness; the weakening of family, social and community ties; the absence of safe spaces to manifest their authenticity; change places; biopsychosocial illness; questioning whether the situation really happened; conflicts. Among the highlighted forms of resistance: openness to dialogue; support in the network of trust; sharing experiences with others; report the violence as it occurs; use safe spaces and avoid risk places; talk about diversity and inclusion; participate in political organizations and social movements; psychotherapy; provide information for awareness. From the negative experiences of oppression provided by racism and LGBTI+phobias, it was possible to have an understanding the context and its territory, to create bridges between public policies and actions for the protection of black-queer people.

Key-Words: Ethnic-Racial Relations, LGBTI+, Interseccional Analysis, Oppression, Intersectionality.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fases e Consignas das Entrevistas Narrativas

Quadro 2 - Etapas de Análise Temática

Quadro 3 - Dados Sociodemográficos das Pessoas Entrevistadas

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais

CFP - Conselho Federal de Psicologia

GF - Grande Florianópolis

GGB - Grupo Gay da Bahia

HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEAFRO - Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros

LGBTI+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Transexuais, Intersexo e outras orientações sexuais e identidades de gênero.

STF - Supremo Tribunal Federal

SUS - Sistema Único de Saúde

TEN - Teatro Experimental do Negro

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 LOCALIZANDO DIÁLOGOS: NARRATIVA DE QUEM, CARA PÁLIDA?	13
2 CORES DO BRASIL: INTERSECCIONALIDADE À BRASILEIRA.....	19
2.2 O Pensamento Decolonial em América Latina	36
2.3 Diversidades de Corpos, Gêneros e Sexualidades	42
2.4 A Interseccionalidade e as Opressões	56
2.5 Contextualizando a Grande Florianópolis: Perspectivas Territoriais.....	64
3 NARRATIVAS METODOLÓGICAS: SISTEMATIZANDO CAMINHADAS	68
3.1 Pesquisando com a Interseccionalidade e o Construcionismo Social.....	70
3.2 Análise Temática: Compreensão de Narrativas.....	73
3.3 Entrevistando Pessoas Negras-LGBTI+	76
4 (DES)IDENTIFICAÇÕES DA INTERSECCIONALIDADE NEGRA-LGBTI+.....	82
4.1 Performance de Gênero em Interseccionalidades	84
5 OPRESSÕES: EVENTOS VIOLENTOS NA GRANDE FLORIANÓPOLIS.....	95
5.1 Sociedade da Grande Florianópolis e Relações Sociais Cotidianos	96
5.2 Relações Sociais, Familiares e Construções Intersubjetivas.....	99
5.3 Educação, Desenvolvimento Humano e Mercado de Trabalho	110
6 DESDOBRAMENTOS DAS VIOLÊNCIAS: EFEITOS PSICOSSOCIAIS E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO	116
6.1 Efeitos Conscientes das Opressões	117
6.2 Modalidades de Lidar: Resistindo às Violências	121
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS.....	136
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevistas	150
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Informado.....	152

1 LOCALIZANDO DIÁLOGOS: NARRATIVA DE QUEM, CARA PÁLIDA?

"A gente tirou da zona de conforto essa casa [Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro], que cada vez mais se coloca para a que veio. Não é à toa que a gente busca cada vez mais o lugar da representatividade, das mulheres, das mulheres negras, das mulheres lésbicas e das mulheres faveladas. Porque é uma casa que se coloca conservadora e encastelada, muitas vezes com poucos debate, poucas atuações e poucos questionamentos, e foi diferente do que aconteceu hoje. Debates acalorados, debates muita das vezes poucos fundamentando, infelizmente, mas um debate sobre a nossa vida, a relação das mulheres lésbicas na cidade do Rio de Janeiro" (Discurso Marielle Franco sobre a PL do Dia da Visibilidade Lésbica em 2017, Rio de Janeiro).

Marielle presente! Início essas escrevivências¹ trazendo a vida de Marielle Franco, vereadora e socióloga negra LGBTI+ carioca favelada, que foi uma executada em 14 de março de 2018, com 5 tiros na cabeça. A potência dessa ativista política que lutava em prol da população negra, de todas as mulheres, das pessoas LGBTI+², de comunidades faveladas e de diversas outras minorias sociais demonstra uma narrativa de que esses grupos são constantes alvos de violências e omissões, e que a bala perdida se transforma em bala achada quando encontra um corpo negro.

Sendo uma vereadora que recebeu muitos votos no Rio de Janeiro em 2016, trazia sempre debates sobre direitos humanos, comunidades periféricas, direitos de mulheres e de LGBTI+, e sua morte ainda apresenta perguntas a serem respondidas: quem mandou matar Marielle? Acredito que trazer a sua presença nessa escrita é por ser uma grande referência de luta e ativismo no país, com destaque para o meu estado de origem, o Rio de Janeiro, que apresenta suas particularidades quanto à insegurança pública destinada à população negra,

¹ Inspirado por Conceição Evaristo, professora negra mineira, as escrevivências são formas de trazer os caminhos, narrativas e histórias que estejam alinhadas com a realidade das pessoas negras, protagonizando seus aspectos políticos, afetivos, culturais, identitários, principalmente de mulheres negras e no campo coletivo (Evaristo, 2017). É a escrita da vivência negra, que contribuem como base de material para as narrativas que serão compartilhadas durante essas páginas.

² O Conselho Federal de Psicologia (2021) lançou uma nota técnica se posicionando contra as violências LGBTI+fóbicas, terapia de conversão sexual e outras práticas de violação dos direitos humanos contra pessoas LGBTI+. Para se referir às pessoas não-cisheterossexuais e as violências que essas pessoas sofrem, utilizam os conceitos LGBTI+ e LGBTI+fobias, respectivamente.

como a violência policial, constantes chacinas da população e outras mortes violentas, em especial da juventude (Ramos et al., 2021).

Quanto a mim, considero-me parte da matéria investigada. Somente da minha própria experiência e situação no grupo étnico-cultural a que pertencço, interagindo no contexto global da sociedade brasileira, é que posso surpreender a realidade que condiciona o meu ser, e o define (Nascimento, 2019, p.47).

Sendo neto de professores negros, que transformavam a vida de pessoas pela educação, sempre tive a curiosidade de compreender o contexto que me cercava e idealizar formas reflexivas de transformação da realidade de camadas vulnerabilizadas. Alcançar o nível de mestrado dentro da minha área de interesse profissional consiste uma realidade distante da população geral, então peço licença para agradecer meus mais velhos que permitiram trilhar encontros por essas páginas.

Nos caminhos para chegar e permanecer numa pós-graduação à nível de mestrado em uma universidade federal brasileira de renome, escolhas difíceis foram feitas, para sustentar percursos que possibilitaram uma escrita que se diga crítica, estética, política e social dentro do campo científico. No meio disso tudo, sigo bailando entre os constantes desafios da vida, ressoando as polifonias das pessoas entrevistadas³ na pesquisa. Cada uma de nós terá suas implicações e seus interesses com a arte de pesquisar, e por essas linhas convido você a acompanhar narrativas sobre experiências dentro do campo da Psicologia Social, avançando nas discussões interseccionais das pautas raciais, da diversidade de gênero, de corpos e das sexualidade, que vem se atualizando com o tempo e fornecem ferramentas para uma análise das relações sociais contemporâneas.

Desde os tempos de escola, questionava os impasses da vida por meio da escrita, e não é à toa que escolhia as crônicas e narrativas às dissertações impessoais nos espaços de produção de texto, e agradeço por não me deixar enquadrar nas caixinhas que buscavam me

³ Para a escrita desta dissertação, opto por utilizar as generalizações no gênero feminino, por três motivos: a primeira, devido ao fato de que a grande maioria da categoria de profissionais de Psicologia ser composta por mulheres; a segunda, pela incorporação de críticas dos feminismos quanto à universalização do homem/masculino nas práticas narrativas e discursivas; e terceiro, para efetuar uma humanização do público-alvo da pesquisa ao tratá-las enquanto pessoas, o que demanda a flexão das palavras no feminino. Entretanto, buscarei respeitar os pronomes, artigos, nomes sociais e formas de identificação das autoras e pessoas entrevistadas enquanto estabeleço diálogos de pesquisa.

colocar, com abertura para encarar os fenômenos. As escrituras permitem criar espaços coletivos para compartilhar formas de contar e enfrentar as violências que ocorrem desde muito cedo nas suas vidas, com possibilidades de transformação de opressões em luta por equidade.

Refletir sobre as vivências frente as opressões pelas quais pessoas negras-LGBTI+ passam dentro de um território como o estado de Santa Catarina (SC) é um elemento bastante importante para mim, principalmente pelas experiências pessoais que tive enquanto residia na região durante mais de dez anos (2006-2017). Venho de uma família interracial da região metropolitana Fluminense do Rio de Janeiro (1993), onde fui alfabetizada nas praias oceânicas e no calor carioca, criada para ser livre, respeitosa e crítica nas minhas relações intersubjetivas, com as pessoas e com todo o ecossistema que me cercava.

Tudo isso foi abruptamente alterado por um choque cultural quando precisei entrar em contato com a realidade do sul brasileiro: uma novidade geopolítica fria; mais distante dos encontros oceânicos; com aspectos (inter)culturais migratórios europeus marcantes, influenciando o trabalho, a filosofia, as crenças e os modos de relacionar com os outros. Esse meu primeiro contato com um grupo social distinto ocorreu em grande escala numérica, e foi a partir disso que fui desafiada a me desenvolver enquanto experimentava uma outra realidade, e durante esse processo, ia me escolarizando, generificando, racializando, sexualizando e experimentando a vida de várias formas, o que explica meu interesse na diversidade de fenômenos psicossociais dessa pesquisa.

Sendo uma pessoa cis-negra-gay, ou bixa preta⁴, sentia-me acostumada com uma maior diversidade de dissidências e das identidades⁵ que se aproximavam aos meus grupos de afinidades no meu território de origem, e a partir das experiências que tive durante minhas

⁴ O termo bixa preta vem sido reincorporado pelos estudos de gênero, sexualidade e raça, de modo a demarcar uma identidade que desafia os padrões hegemônicos da heteronormatividade e de masculinidade. Veiga (2019) discorre sobre os efeitos negativos de violências contra as bixas pretas, que passam por um duplo processo diaspórico: das negações de sua identidade racial e de sua identidade de gênero/sexual, de modo que se adequem na sociedade para diminuir as violências que sofrem.

⁵ O campo de estudos da Identidade é bastante vasto, com diversos olhares sobre esse construto. Stuart Hall (2006), ao versar sobre os diferentes tipos de identidades, situa a concepção de identidade da pessoa pós-moderna como algo não fixo, produto de diversas narrativas e contextos, cujos sistemas de significações e representações culturais vão mediar a diversidade de identidades passíveis de identificação. As discussões sobre identidade racial e de gênero serão debatidas adiante, demarcando possibilidades de (des)encontros dessas diversidade de se identificar nas interseccionalidades.

juventudes, seja na adolescência ou início da idade adulta no sul do país, comecei a perceber as opressões acometidas contras as pessoas-LGBTI+ da região. Esses marcadores sociais da diferença (Pelúcio, 2011), aqui entendidos como da desigualdade, reproduzem hierarquias sociais que acometem iniquidades sociais, contribuindo para o entendimento desses marcadores com efeitos desiguais, principalmente por quem sofre dos diversos padrões hegemônicos da norma.

Vale destacar o quanto que o desenvolvimento humano ocorre mediado por diversas tramas institucionais, normativas e culturais, todas muito distintas nos diversos territórios, o que me instiga em qualificar conteúdos da cultura catarinense na relação ao racismo e às LGBTI+fobias. Segundo os dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2019, aproximadamente 56,2% da população brasileira é negra, somando a população parda (46,8%) e preta (9,4%) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020). Essa informação muitas vezes não é abordada em nosso cotidiano, o que nos convoca a refletir sobre a evidente ausência da participação de pessoas negras na vida social e política do país, quando abordam questões como a representatividade de pessoas negras no cotidiano.

Entretanto, a realidade catarinense difere bastante desses números, sendo o estado brasileiro com o menor índice de proporção de pessoas negras (20%) (Luz, 2020) em relação à sua população geral, sinalizando uma forte presença da branquitude⁶ sobre as pessoas negras na região. A predominância das colônias europeias na história do estado de Santa Catarina costuma aparecer nas narrativas para justificar a identidade racial branca expressiva existente na região, que serão abordadas adiante, pautando o terreno fértil para a colonização da região.

Dentro do desenvolvimento pessoal e profissional de Psicologia, tenho sido constantemente convocado para refletir sobre as mediações realizadas por questões de raça-gênero-classe, nas áreas de saúde pública, segurança pública e assistência social. Isso

⁶ Lia Vainer Schucman, psicóloga judia branca catarinense, é uma das grandes referências dentro dos Estudos Críticos da Branquitude no Brasil. Em sua tese, ela compreende a branquitude como “uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade” (Schucman, 2012, p.23). Os mecanismos de poder da branquitude promovem hierarquização racial dentro da sociedade, demonstrando a sua força nas relações estabelecidas entre vantagens e privilégios materiais conferidos para as pessoas brancas e às diferentes formas de brancura.

representa um movimento de fortalecer o compromisso da ciência psicológica na garantia e promoção dos direitos, integrar o debate das opressões, valorizando o entrecruzamento de diversos marcadores sociais da desigualdade que vão operar nos aspectos psicossociais de pessoas negras-LGBTI+, e suas violações de direitos, sendo dever do Estado sua erradicação e construção de políticas públicas.

Essa temática auxilia a efetivar uma pesquisa que contribua para a compreensão desses processos associados aos eventos de opressões. É fundamental identificar como essas pessoas percebem a si, seus grupos de pertença, as situações de violência e as estratégias de enfrentamento utilizadas nesses momentos, conteúdos que vão sugerindo pistas sobre como cada uma dimensiona suas narrativas quando sobre os seus contextos com situações de violência, objetivando modalidades de resistência para essa população.

Destacar os elementos de intervenção no campo da Psicologia contribui para transformar aspectos históricos do desenvolvimento da sociedade brasileira, assim como seus compromissos atuais. Os estudos de questões em Psicologia Social no Brasil antecedem a regulamentação da profissão no território nacional em 1962, principalmente por práticas normativas dentro de campos clássicos do saber. O alinhamento teórico de nossas matrizes psicológicas com as teorias eugenistas e racialistas entre os séculos XVIII, XIX e XX, trouxeram uma série de normativas para dentro dos debates das relações étnico-raciais, assim como no de diversidade sexual e de gênero, e da ciência como um todo (Martins, Santos & Colosso, 2013).

Essas práticas eram sustentadas por instituições inseridas na lógica hegemônica da normatização dos corpos, como a Medicina, a Igreja Católica, a Educação, o Estado, a Polícia, e a Psicologia se utilizou dessas normas para sua validação enquanto ciência, alicerçada numa ordem positivista (Martins, 2008). A regulação desses corpos tidos como desviantes por imperativas legais durante a história do Brasil auxilia compreender o quanto que no século XXI ainda se encontram diversas atitudes e comportamentos negativos contra pessoas que fogem à lógica da norma.

Ao comparar aspectos da saúde mental com a racialização do povo brasileiro, Raquel Gouveia Passos, assistente social negra carioca, demonstra que há uma grande violência racial

institucionalizada que atualizam padrões manicomiais, em que instituições violentas naturalizam um controle social normativo pela via da medicalização, patologização, institucionalização para além dos muros do manicômio, presentes nas intervenções atuais sobre as pessoas (Passos, 2008). Não restrinjo aqui às ciências psicológicas o fardo de serem as responsáveis pela (re)produção de narrativas que promoveram a estigmatização de pessoas dentro do sistema raça-gênero-classe, mas corresponsabilizo a categoria pelas articulações feitas para criação e manutenção da dominação.

Nos últimos anos, houve produções de materiais pelos sistemas conselhos de Psicologia abordando temáticas dos estudos de raça-gênero-classe, com documentos técnicos que auxiliam na produção de ciência e nas práticas profissionais (Conselho Federal de Psicologia, 2017; Conselho Federal de Psicologia, 2019; Conselho Federal de Psicologia, 2021). Isso ressalta a importância de realizar um trabalho que coloque essas categorias analíticas em foco, contribuindo na formação e desenvolvimento de profissionais instrumentalizadas com os debates vigentes.

Os fenômenos psicossociais encontram-se como um fractal, em que não se sabe onde começa um ou onde termina o outro - o psicológico e o social - sendo ambos reciprocamente implicados, criando possibilidades de investigação científica interseccionais que integram as áreas ao contextualizar aspectos psicossociais entre o individual e o coletivo (Melo, Maia Filho & Chaves, 2016). Aproximar discussões dentro do campo da Psicologia Social implica em desafios que tornem possíveis abordagens teóricas dialogarem de modo a contribuir com pistas teóricas às outras, respeitando seus limites teórico-metodológicos para coesão do pensamento apresentado.

Juntamente à essa análise do campo histórico e sociológico, o campo das ciências psicológicas auxilia a entender as dinâmicas entre subjetividades e comportamentos, produzindo diversos instrumentos para intervenções (Ferreira, 2010). Sendo assim, propor uma pesquisa em Psicologia Social, em que os fenômenos psicossociais sejam analisados pelas narrativas auxilia a aproximar das vivências pessoais e interações sociais, principalmente em contextos de construção de identidade e de violências, em que os modos de resistência/enfrentamento são mediados pelo contexto e pela linguagem, demonstrando críticas às demandas sociais.

Localizar fenômenos psicossociais sobre violência na região catarinense representa abordar um destino que reside no estado com menor proporção de pessoas negras em toda sua população, que pode influenciar o modo com que as opressões serão vivenciadas por cada uma. Ao verificar informações cotidianas, seu senso de pertencimento racial, de orientação sexual e outras interseccionalidades, com as formas de resistência preconizadas nas violências, valoriza-se narrativas para o caminho do enfrentamento dessas violências.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho corresponde em realizar uma análise psicossocial das opressões vividas por pessoas negras-LGBTI+ na região da Grande Florianópolis (GF). Em relação aos objetivos específicos, procurei verificar as (des)identificações de cada entrevistada com a categoria negra-LGBTI; analisar as opressões por um viés psicossocial e construcionista; e descrever os efeitos e consequências das opressões em pessoas negras-LGBTI+.

2 CORES DO BRASIL: INTERSECCIONALIDADE À BRASILEIRA

A experiência da negritude, apesar de plural e múltipla na Diáspora Negra, é profundamente interpelada por normatividades coloniais que estabelecem a cisgeneridade e a heterossexualidade compulsória como os únicos paradigmas existenciais possíveis para os homens e mulheres racializados. Ser negro e LGBTQIAP+ nos transformam em anomalias e aberrações para os nossos próprios semelhantes, pois já existem instaurados o pânico e o medo dos processos de desumanização causados pelo estigma racial. Gênero é uma tecnologia para a inteligibilidade social, visto que só seres humanos são capazes de performatizar identidades sexuais e de gênero. Porém, para as pessoas negras, a categoria gênero funciona enquanto uma categoria de necropolítica, reduzindo cotidianamente uma cultura de terror, violência e extermínio das populações negras, que tem aumentado de maneira vertiginosa os índices de genocídios de homens negros, o feminicídio e as LGBTQIAP+fobias na atualidade (Souza, Santos & Zacarias, 2022, p.9).

Para este capítulo, optei por abordar sobre os debates dentro das teorias críticas de raça, gênero, sexualidade, deficiência e decoloniais, enquanto uma forma de produzir uma pesquisa no campo da Psicologia Social, com possibilidades de enfrentamento às opressões. Pensar sobre as construções sociais dos conceitos elencados anteriormente, auxiliarão na compreensão das relações de poder dentro da hegemonia do contexto catarinense, influenciadas pelas minhas vivências enquanto pessoa negra-LGBTI+ na região.

O interesse de compartilhar sobre as relações de opressões com as pessoas entrevistadas parte de um lugar para problematizar uma produção hegemonia que normatiza as relações sociais, evitando concepção individualistas dentro das bases epistemológicas preconizadas. Pensando na diversidade de pessoas dentro do país, como o uso de cores para identificação racial, das identificações da identidade de gênero e das manifestações da sexualidade, faço paralelos de modo a pensar de modo críticos os desdobramentos dessas violências de cores na realidade brasileira.

As cores do nosso Brasil são marcadas por um verde, amarelo e azul que buscam representar as riquezas naturais de nossa nação, que secularmente sofreram com os saques coloniais autorizados por uma gestão extrativista de recursos naturais e de exploração de pessoas, integrando a diversidade de tonalidades em nossos ecossistemas. A analogia de nossa bandeira, reflete espaços de disputa dentro de uma paleta de cores do Brasil, que integram as preferidas, as de pele, as da sexualidade e as de vidas que não precisam ser baseadas entre o preto e branco, expandindo os horizontes para outras concepções cromáticas.

A riqueza da diversidade ambiental, cultural e social, combinado com uma vasta extensão territorial, conferem ao Brasil o título de país com dimensões continentais, que demanda uma complicada e sensível tarefa da gestão para organizar a proteção de suas diversidades e vulnerabilidades. Compreender os diferentes grupos sociais, as suas faces na construção do território nacional e as formas como são tratados pela sociedade e pelo Estado, através de algumas categorias analíticas essenciais, oportuniza uma nova proposição de entendimento das dimensões sociais e políticas que são responsáveis por (des)colorir a nossa nação.

As formulações teóricas das discussões sobre o sistema raça-gênero-classe (Davis, 2016) correspondem ao lugar de partida para as discussões a serem realizadas nessas páginas. Vejo a importância de incluir a análise interseccional para verificar de modo integrado como as modalidades de opressões influenciam as vivências das pessoas negras-LGBTI+ na região da Grande Florianópolis, sustentando um olhar crítico para marcadores sociais da desigualdade, que mediam as formas de experimentar e contar sobre os fenômenos.

Rifiotis (2008) buscou questionar a posição que estabelecemos com o conceito de violência, discorrendo que apesar de ser um conhecido “problema social”, não costuma ser amplamente debatido e caracterizado no campo científico. Para o autor, a ausência desse debate possui sustentação em três mecanismos diferentes: a homogeneização e a negatividade, que reúnem ações socialmente e moralmente reprovadas por normas sociais e legais; e a exterioridade, onde as pessoas não reconhecem suas próprias violências, e atribuem a violência somente ao outro.

Trata-se de uma palavra singular, ícone da crise da modernidade. Sem definição ou corpo teórico, na sua imaterialidade, "a violência" se apresenta como o oposto do social, o contrário da troca, da comunicação etc., que, afinal, seria a unidade. É a própria visão do social que está em questão, pois o social não visto como síntese problemática de diferenças, mas como uma unidade já configurada entre iguais. É por essa razão que, analiticamente, a "violência" pode vir a tomar-se um objeto científico, mas - no quadro atual dos nossos conhecimentos - ela deve ser considerada um problema (Rifiotis, 2008, p.162).

O fenômeno da violência ganhará bastante destaque dentro dessas páginas, compreendendo formas de desumanização e controle de pessoas, seus corpos, suas manifestações estéticas e artísticas, sua participação na vida social e na sua subjetividade, por vários eixos de dominação. Ao utilizar o discurso contra a violência (indignação), o discurso sobre a violência (analítico) e o discurso da violência (linguagem), há uma maior cautela para evitar uma concepção moralista da violência, uma vez que “o aumento da “violência” nunca pode ser tomado como objeto em si mesmo, uma vez que ele sempre compreende a própria expansão do seu campo semântico” (Rifiotis, 2008, p.163).

Incorporar elementos das teorias críticas de gênero e de relações étnico-raciais fortalece práticas compromissadas no enfrentamento do sofrimento ético-político (Sawaia, 2009) dessas violências, evocando encontros intersubjetivos que sejam linhas de fuga nos sistemas afetivos, estéticos, psicológicos e políticos, e desmontem de modo sistêmico as forças que sustentam certas desigualdades sociais. A autora é uma entusiasta do pensamento de consciência e autonomia para uma ação política libertadora, e destaca a sensibilidade de se incluir aspectos relacionais e sistêmicos dentro do sofrimento, trabalhando esse fenômeno pela perspectiva psicossocial.

Elementos encontrados dentro da história do Brasil mediam práticas de dominação normativas e violentas contra diversas populações, ajudando a identificar os desdobramentos e atualizações dessas ações no século XXI, uma vez que os índices de violências contra pessoas negras é alarmante. Segundo a Escola Nacional de Saúde Pública (2020), a disparidade racial está diretamente associada ao fenômeno da violência, estando presente em situações de extrema vulnerabilidade social. Trabalhar com as violências de modo a salientar as principais formas de resistência consiste em um compromisso com quem tem o seu direito de dignidade à vida desafiado, escapando à uma lógica de paz branca nos direitos humanos.

Devido ao extenso projeto de produção de dominação dentro do país, que serão abordadas nas próximas páginas, não tenho pretensão de abordar todo o debate produzido nos recortes temporais, selecionando contextos que auxiliem no processo de pesquisar. Situar o debate sobre o sistema raça-gênero-classe dentro dos estudos em Psicologia têm sido cada vez mais urgente, principalmente pelos desdobramentos psicológicos e/ou psicossociais que os sistemas de dominação operam na população, contribuindo para uma socialização do letramento racial, das discussões de gênero e interseccionalidades no campo científico. A seguir, busco integrar as discussões entre o campo racial, território e decolonialidade juntamente com os de gênero, sexualidade e diversidade corporal para começar a trilhar o debate interseccional, pensando narrativas analíticas sobre as relações de poder e a violência.

2.1 Relações Étnico-Raciais no Brasil

Anteriormente, já tivemos a ocasião de mencionar o ato de 1899, do ministro das Finanças Rui Barbosa, ordenando a incineração de todos os documentos - inclusive registros estatísticos, demográficos, financeiros, e assim por diante - pertinentes à escravidão, ao tráfico negreiro e aos africanos escravizados. Assim, supunha-se apagar a “mancha negra” da história do Brasil. Como consequência lógica desse fato, não possuímos hoje os elementos indispensáveis à compreensão e análise da experiência africana e de seus descendentes no país. Similarmente negativa se revela a recente decisão de eliminar dos censos toda informação referente à origem racial e à cor epidérmica dos recenseados, dando margem às manipulações e interpretações das estatísticas segundo os interesses das classes dirigentes. Por via desses expedientes se reitera a erradicação da “mancha negra”, agora com o uso dos poderes da “magia branca” ou da “justiça branca” (Nascimento, 2019, p.93).

A historiografia das pessoas negras no Brasil têm sido abordada por diversas óticas, e seus desdobramentos nas áreas de conhecimento e no cotidiano das pessoas é expressivo, já que em suas linhas do tempo e ancestralidades, o Brasil é um país marcado pelos sistemas raciais de classificação. Juntamente às pautas raciais, observa-se outras possibilidades de conflitos nas mediações sociais contemporâneas, como os de gênero, de classe, de sexualidade, de capacidade, de nacionalidade/território, entre outros marcadores sociais da desigualdade que modulam as experiências dentro da cultura política e identidade racial.

Conforme será demonstrado a seguir, os conceitos de etnia, raça e racismo se encontram em constante disputa dentro do cenário acadêmico, apresentando diversos significados a depender da forma que se analisa esses termos, causando confusão dentro do imaginário social. Desta maneira, já aproveito para destacar de antemão que esses conceitos não são universais, tampouco fixos, sendo isso algo primordial para compreender a formação do Estado brasileiro e suas interrelações.

Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, sociólogo branco baiano, apresentou as variações de entendimento do conceito raça (2009), indicando que ela é reivindicada de modo distinto

tanto pela biologia/genética, quanto pela sociologia, e que ambas são responsáveis por construções sociais distintas sobre a ideia de raça. O modelo da classificação racial costuma atender às características fenotípicas, ou seja, manifestações de características genéticas nos corpos, que em interação com o ambiente, apresentam um tipo determinado de cor da pele e dos olhos, do tipo de cabelo, dos traços, das características morfo-biológicas, tamanho da cabeça, entre outros.

Sendo para o autor a raça uma grande construção social, suas narrativas são críticas sobre a sociedade brasileira, trazendo a discussão da existência de concepção de raças para além da via classificatória biológica, e que existe uma ampla divisão entre pessoas a partir de suas características morais, intelectuais e psicológicas, sedimentadas por um suposto determinismo biológico. "A raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito, aliás cientificamente inoperante, para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estanques. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem" (Munanga, 2003, p.2). Essa inferência denota o quanto que existe uma construção social sobre as ideias de raça e suas formas classificatórias, advindas do Racialismo, dentro dos estudo das plantas em botânica, e que foi apropriado para os estudos das relações humanas, com uma justificativa biológica da concentração de melanina na pele e características de traços morfo-biológicos para a construção de uma escala de valores sociais hierárquicas, que produzia a racialização de grupos e suas iniquidades em sociedade.

Stuart Hall, sociólogo negro jamaicano, situou o quanto que a construção de raça é permeada pela linguagem, destacando uma grande influência no tecido social, porque é na realidade e na materialidade dos encontros que "dá para ver seus efeitos, dá para vê-la nos rostos das pessoas à sua volta, dá para ver as pessoas se remexendo quando pessoas de um outro grupo racial entram na sala. Dá para ver a discriminação racial funcionando nas instituições, e assim por diante" (Hall, 2015, p.2). Trazendo a raça para as dinâmicas sociais, culturais e psicológicas, ele nos fornece algumas pistas para pensar o quanto que a racialização das pessoas ocorre em diversos espaços sociais, e refletindo sobre a sua influência tanto na produção cultural quanto na científica.

Sueli Carneiro, filósofa negra paulista, destacou que "a identidade étnica e racial é um fenômeno historicamente construído e destruído" (Carneiro, 2011, p.63), e se surpreende ao

constatar a dificuldade de uma autodeterminação racial, e até mesmo uma confusão racial legitimada no Brasil. Para a autora, as consequências sociais do racismo, da discriminação e do preconceito racial correspondem a uma desagregação da mobilização política para lutas coletivas de pessoas negras, e também causam danos psíquicos, golpes na autoestima e na identidade, fornecendo pistas dentro dos processos de subjetivação da população para o campo de Psicologia.

Kabengele Munanga (2003), antropólogo negro congolês, distinguiu os conceitos de raça, salientando o seu conteúdo morfo-biológico, do de etnia, que apresenta um caráter sócio-cultural, histórico e psicológico, sendo "um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território" (p.5). Ele também destacou que o conceito de raça costuma ser substituído pelo de etnia por razões "politicamente corretas", o que não atenua a realidade do racismo dentro do Brasil, porque a mudança de um conceito por si só não necessariamente subverte relações hierarquizadas entre grupos distintos, só evidencia mais uma modalidade de racismo do Brasil.

Corroborando a discussão sobre as diferenças entre raça e etnia, Guimarães (2009) reafirma que falar de etnia é estar situado em determinados lugares geográficos, ou até mesmo discorrer sobre como um determinado grupo realiza certas atividades. Entretanto, ele indica que ambas têm potencial de transformação conceitual, de modo que seja possível ressignificar suas pautas, demarcando "uma origem comum, mas um certo destino político, também comum" (p.97).

A discussão sobre as origens e destinos comuns entre raça e etnia também esbarram nas discussões sobre identidade, principalmente quando se fala da identidade negra ou afro-diaspórica. Gilroy (2012) discute a influência da diáspora na construção das identidades negras, sendo a África o território simbólico na produção de identidades negras, e que o trânsito para os regimes coloniais em novos territórios produziram um sentido específico em cada trânsito e cada movimento dessas identidades, que apesar de uma conexão à uma origem comum em África, apresentam suas devidas particularidades sociais e culturais.

Gilroy, a partir de sua relação com a Inglaterra, abordou a sua visão das práticas de dominação em todo o Atlântico, fornecendo elementos fundamentais para pensar a dominação dos povos em diáspora. "A validade do conceito de diáspora está em sua tentativa de especificar a diferenciação e a identidade de um modo que possibilite pensar a questão da comunidade racial fora de referenciais binários restritivos - particularmente aqueles que contrapõem essencialismo e pluralismo" (Gilroy, 2012, p.239).

O conceito de diáspora, apesar de ter sido emprestado da tradição judaica para denotar uma fuga ou um lugar de não-pertencimento, auxiliou o autor em redefinir as formas de pertencimento e de identidade, para além de um espaço territorial físico e de teorias biologizantes, tensionando as construções sobre história, cultura, identidade, espaço e tempo de pessoas negras. "Sob a chave da diáspora nós poderemos então ver não a raça, e sim formas geopolíticas e culturais de vida que são resultantes da interação entre sistemas comunicativos e contextos que elas não só incorporam, mas também modificam e transcendem" (Gilroy, 2012, p.25).

Fica evidente que Gilroy estava navegando contra pressupostos binários, fixos e essencialistas na produção das identidades negras afro-diaspóricas, face o modo como foram coagidas a participar da construção da modernidade pelo imperialismo europeu pelo mundo afora. O autor salienta que existem diversas visões sobre a identidade racial negra entre as próprias pessoas negras, que vão traduzir distintas ideologias e modos de vida, valorizando que não existe uma unidade particular da identidade negra, mas uma diversidade de pessoas que produzem dentro dessa cultura política formas de existência e sobrevivência.

Em dos seus capítulos, o autor promove uma discussão sobre a diversidade das identidades, das artes e das culturas negras citando o exemplo da musicalidade, buscando humanizar o povo negro desumanizado e explorado em prol da construção de uma modernidade branca. Neste capítulo, ele refletiu sobre como a categoria analítica de gênero é uma modulação de como a raça é experienciada, destacando que são comumente socializados de modo naturalizado, mas Gilroy contestou isso, ao dizer que "as formas de ligação e identificação que isto possibilita no espaço e no tempo não podem ser confinadas dentro das fronteiras do estado-nação e correspondem estreitamente à experiência vivida" (Gilroy, 2012, p.180).

Sendo assim, uma das formas de abordar a identidade negra dentro dos estudos críticos de raça, levando em consideração toda a sua dimensão narrativa e simbólica, é observar essa construção a partir das experiências afro-diaspóricas localizadas em suas intersecções, onde as aproximações e as diferenças possuem uma origem catastrófica e violenta de saques e separações familiares com o tráfico de pessoas africanas na produção imperialista do transatlântico europeu, impactando até hoje as construções sociais, o reconhecimento de pessoas negras e suas identidades (Gilroy, 2012). Entretanto, as construções identitárias de pessoas negras brasileiras além de serem marcadas por esses afetos diaspóricos na construção de suas identidades, também possuem especificidades sobre as atualizações dos sistemas de dominação racista e das construções das identidades negras, como será mais discutido aqui no caso do Brasil, em especial, Santa Catarina.

Ao abordar sobre o racismo, Munanga (2003) o reconhece enquanto uma crença hierarquizada entre as raças, na relação entre o físico e o moral, o intelectual e o cultural. Ou seja, corresponde a uma ideologia responsável por dividir as pessoas em grupos, cujos aspectos descritos acima, com os atributos físicos e hereditários são classificados a partir de escala de valores desiguais, para justificar características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas de pessoas.

Dentro de um dos ciclos formativos do Amma Psiqué e Negritude, uma organização não governamental referência na cidade de São Paulo pelo seu engajamento no enfrentamento do racismo, da discriminação e do preconceito contra pessoas negras no campo da Psicologia, há uma preocupação em trabalhar com os efeitos psicossociais do racismo, pensando relações raciais mais equânimes no Brasil. Dentro de um de seus ciclos formativos (Fazendo História, 2017), ministrado pelo professor negro de Psicologia da Universidade de São Paulo, Alessandro dos Santos, e o psicólogo da saúde negro Emiliano de Camargo, o racismo foi abordado enquanto uma ideologia (ideias carregadas de poder com alta circulação nas relações sociais), uma estrutura (vantagens e desvantagens na dinâmica social), um processo (influência católico-ibérica e situações de disputa veladas) e uma aprendizagem (imposições sociais sobre concepções de pessoas, como no caso de pessoas negras).

As dimensões por onde o racismo pode operar é bastante diversa, e acredito que nomeá-lo pode contribuir com as estratégias para o seu entendimento, e sua conseguinte

desconstrução, sem medo de olhar para o problema de frente, face seus ângulos de operação. Sendo assim, a compreensão dada pelo problema propõe que uma atuação ética das relações raciais passa pelas vias políticas e psíquicas, em que o compromisso de profissionais seja atenuar os efeitos psicossociais negativos das violências contra pessoas negras.

É notório a falta de assistência que a população negra teve no período do pós “abolição” (1888), uma vez que a ciência do século XIX estava preocupada em produzir justificativas para uma continuidade do sistema de dominação que não dependesse mais do escravismo (Munanga, 2003), tecnologia de produção que estava sendo descontinuada de modo sistemático por nações imperialistas. A produção intelectual formadora da antiga ex-colônia buscava o estabelecimento de critérios distintos para o exercício da cidadania, ao passo que justificava e conservava suas hierarquias internas.

Na época, predominava as Teorias Eugenistas e Racialistas, sob uma forte influência do Darwinismo Social, que pautava sobre a ciência dos "bem nascidos", a partir de supostas diferenças raciais que proporcionou uma hierarquia das raças, sem problematizar quaisquer impactos negativos do processo de miscigenação. O Evolucionismo Social, que entendia que as raças não eram fixas, mas estavam em evolução e aperfeiçoamento, demarcando um nicho da população que era mais adequado para tomar a frente das decisões políticas e sociais de toda uma época.

Com o alinhamento da elite brasileira com a linha eugenista da miscigenação, houve uma forte difusão de ideia de que, como as raças eram demarcadas pelo determinismo biológico fenotípico, possibilitando o aprimoramento genético e racial, evidenciando a biologização do sistema raça-gênero, que foram fundentes para a formação da identidade racial brasileira. Esse determinismo biológico foi responsável pela hierarquização da sociedade, onde as pessoas negras eram responsabilizadas pelos problemas sociais, como a criminalidade e a degenerescência (Rodrigues, 2015), qualificando um perfil de pessoa criminoso, dissidente, imoral, justificando seu aniquilamento pelos problemas sociais da época.

A Teoria do Criminoso Nato, juntamente com as Escolas de Frenologia, a disciplina de Antropologia Criminal e Antropometria (Martins, 2008), apresentavam dentro do seu

arcabouço de métodos científicos as práticas psicométricas, uso de testes, medicação de cânticos, atividades experimentais, exame antropométrico, buscando estudar e refinar a raça no Brasil (Maio, 2017). É notório o quanto que isso auxiliou no processo de subjetivação de pessoas negras, que até então não eram vistas como pessoas dignas de humanidade, tratadas pela lógica da massificação em prol do trabalho forçado durante a escravização, e se viram como autores de práticas que induzem o medo e a desordem social (André, 2007).

Retomar aproximações entre a Psicologia e as relações étnico-raciais é fundamental, ao identificar o quanto que as subjetividades de pessoas negras, inicialmente negadas no período colonial em prol do trabalho forçado, começou a ser validada, porém sob a ótica da patologização e da institucionalização, como ocorre com o encarceramento em massa e com as internações compulsórias em saúde. A passagem para o século XX trouxe desafios para a recente nação, que estava na busca de forjar sua própria identidade nacional, de modo a confirmar sua transição para o mundo moderno. É nesse contexto que Gilberto Freyre (2003), sociólogo branco pernambucano, surge enquanto um eugenista responsável por celebrar a miscigenação, entre as três culturas nacionais: os brancos, os negros e os indígenas.

É com Freyre que ocorrem atualizações no cenários das classificações étnico-raciais no Brasil, prevalecendo uma ideia de cultura sobre a hereditariedade, destacando um interesse de desviar a atenção do paradigma do determinismo genético-biológico de raça, para uma ideia de cultura, com fatores sociais de classificação racial. Sendo um dos grandes responsáveis por vender a ideia de uma Brasilidade que promovia uma suposta harmonia racial entre as pessoas, negando conflitos e desequilíbrios sociais entre as raças, sendo responsável por ocultar a invisibilizar as marcas étnico-raciais através de um racismo cordial, sustentada em uma miscigenação institucionalizada em prol do branqueamento.

Ao deslocar e absorver a ideia de raça para a de cultura, fez com que ambas fossem atualizadas dentro de um sistema de valores racistas, que hierarquizava as pessoas entre culturas inferiores e superiores. Freyre era adepto da mestiçagem no que tangia ao processo de branqueamento da população, das suas identidades e, por conseguinte, das suas subjetividades, construindo narrativas sobre um ideal de povo brasileiro (ou de “cultura brasileira”) branco, que auxiliavam na manutenção dos privilégios eurocêntrico, patriarcal do *pater familias*, latifundiário de herança escravocrata. Paralelamente a isso, foi nesse época

que as produções estavam voltadas para marcar uma suposta democracia étnica, fatores fundentes para o mito da democracia racial brasileira⁷, tendo a figura do português como elemento principal da brasilidade.

Lélia Gonzalez, professora negra mineira, destacou que uma forma de compreensão do racismo é pelo viés do tripé: o colorismo, a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial (González, 1988). Eles foram produzidos pelo pensamento eugenista que com suas instituições, autorizava práticas classificatórias, patologizantes, criminalizantes e medicalizantes responsáveis por estereótipos negativos, estigmas, discriminação e humilhação da população negra.

Munanga, ao discutir a mestiçagem no Brasil, enquadrando este terreno como um terreno perigoso de discussão: “a mestiçagem deveria ser encarada, primeiramente, não como um sinal de integração e de harmonia social, mas sim como dupla opressão racial e sexual, e o mulato como símbolo eloquente da exploração sexual da mulher escravizada pelo senhor branco” (Munanga, 2019, p.35). Ele é certo em descrever uma opressão na miscigenação brasileira (recombinação genética), quando destaca os estupros coloniais⁸ de homens brancos europeus contra mulheres negras escravizadas, instituídas pela relação de dominação entre senhor-escrava. Ele afirma que o processo de construção da identidade brasileira foi assimilacionista, marcada por um modelo sincrético pouco democrático com pressão psicológica e política por partes das elites hegemônicas.

⁷ Gilberto Freyre não foi responsável por criar o conceito do “Mito da Democracia Racial”, mas contribuiu com as ideias que sustentam a sua influência no tecido social brasileiro. Esse mito sinaliza uma suposta harmonia entre as diferentes identidades raciais brasileiras, e que todas as pessoas apresentam oportunidades semelhantes, e que caso não haja uma ascensão social nos espaços de representatividades e de prestígio social, é devido à falta de mérito (Nascimento, 2016). Foi Abdias Nascimento que cunhou o termo em um encontro internacional, a partir de sua leitura sobre Gilberto Freyre, denunciando a ampla frente pseudocientífica que impactou a produção sobre as relações raciais brasileira desde os tempos coloniais, situando pessoas negras em situação de desvantagem dentro de um Estado com um sistema totalitário racial, importando saberes pseudocientíficos à coroa para a sua manutenção e legitimação.

⁸ Termo cunhado por Sueli Carneiro (2011), que evidencia a dominação entre o homem branco europeu frente à mulher negra escravizada, que mesmo em condição de subordinação, não deve ter sua imagem associada à passividade ou à falta de resistência. Era uma forma de exercer controle, obter uma forma de prazer e construir um projeto político de aumentar a brancura do país tudo em único pacote. “Fruto desse estupro colonial é que passamos a viver a ideia de democracia racial para branquear as próprias pessoas negras e fazer com que possamos nos digladiar e tentar exterminar a nós mesmas, contribuindo assim para o projeto colonizador completo, de forma como foi idealizado desde o início, para poupar inclusive a própria branquitude, burguesia e cisnormatividade do trabalho de extermínio contra a nossa própria rica, nosso próprio gênero e nossa própria classe” (Senna, 2022).

Entretanto, Munanga (2019) sinalizou que a presença de mulatos, que eram as pessoas nascidas de relações interracialis do estupro colonial entre europeus brancos e mulheres negras escravizadas à época, apresentavam um risco e perigo à sociedade da época. Isso evidencia o quanto que a mestiçagem corresponde a interpretações sociológicas sobre condições biológicas, e por isso apresenta concepções variadas, servindo muitas vezes como sinônimo da miscigenação, algumas vezes como valorização da diversidade, e em outras como projeto político ideológico da linha eugenista para o branqueamento da população.

Além disso, Carneiro (2011) vê na mestiçagem diferentes usos de articulação política e ideológica, como uma forma de desarticulação da imagem da identidade e da cultura política negra. Ela mina possibilidades de solidariedade entre as raças e enfraquece a possibilidade de mobilização política para equidade racial; institui uma hierarquia cromática, tendo o branco como ideal a ser alcançado, e abaixo dessa linha de cor, pessoas desumanizadas na busca em alcançar os direitos materiais e simbólicos.

Houve um período que, no imaginário pseudocientífico da época, o estupro colonial seria responsável por tornar toda a população branca, por corresponderem a raça superior, caracterizando a ideologia do embranquecimento (Gonzalez, 1988; Sueli, 2011; Abdias, 2016). Entretanto, a recombinação de pessoas com identidades raciais diferentes pela miscigenação, ajuda a pensar na diversidade racial e a construção do colorismo brasileiro:

A ideologia colorista, construída na segunda metade do século XVIII em relação aos não-brancos, deu origem a um “sub-racismo” das pessoas de cor, que deveria ser denominado “racismo derivado”, na medida em que se trata de uma inferiorização e de um reflexo do racismo original, o racismo branco. É toda uma cascata de menosprezo que se instalou, indo do mais claro ao mais sombrio, descendo toda a graduação das nuances que acabamos de descrever (Munanga, 2019, p.43).

O autor retomou um estudo de Clóvis Moura, após uma análise minuciosa do censo brasileiro de 1980, que apresentou um total de 136 formas das pessoas de autodeclararem racialmente, como fruto dos desdobramento da falta de consciência da identidade racial e nacional do Brasil, assim como as estruturas de dominação entre pessoas brancas, negras e

indígenas (Moura, 1988). Com a atualização dos entendimentos sobre a identidade racial dentro de escalas de cores, juntamente com ações de genocídio, memoricídio e epistemicídio praticadas pelo homem cis-hétero branco cristão colonizador (Rampinelli, 2013), mais um pilar na formalização da ideologia do embranquecimento foram os acordos bilaterais realizados com países europeus.

Com o objetivo de aumento populacional de pessoas brancas, o pensamento na época era ancorado que a recombinação genética entre pessoas brancas e não-brancas para branqueamento da sociedade, retirando a possibilidade de acessos e desenvolvimento por parte das pessoas negras que foram escravizadas (Carone & Bento, 2016). As autoras tornaram evidente que a política do embranquecimento citada anteriormente objetivava “clarear” a população brasileira e corrigir os erros “obscuros” encontrados (pessoas negras e povos originários), atualizando as práticas de estupro da época da escravização de África, para uma nova modalidade de estupro corretivo, da identidade racial brasileira.

Abdias Nascimento, professor, dramaturgo e político negro paulista, foi uma das referências no debate sobre a identidade, cultura e violência da população negra brasileira. Dedicando a sua vida para a transformação social da realidade das pessoas negras, descreveu minuciosamente as influências para a dominação e aniquilamento da população negra em seu livro *O Genocídio do Negro Brasileiro* (2016), incluindo o processo de miscigenação na estratégia genocida, articulada para evitar o crescimento da população negra no Brasil.

Destaco a sua presença neste trabalho devido a toda articulação nacional e internacional que promoveu em vida, sua dedicação para a construção do Teatro Experimental do Negro (TEN), integrando movimentos políticos, manifestações artísticas e produções intelectuais numa experimentação criativa-provocativa do cotidiano de pessoas negras, e a construção do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO), sistematizando conteúdos transversais da comunidade negra brasileira. Abdias afirmou que a constituição do Estado brasileiro ocorreu de modo a não reconhecer a realidade social da população negra brasileira, negando-lhe a possibilidade de autodefinição e de auto-defesa, demonstrando a realidade da discriminação racial brasileira (Nascimento, 2016).

Ao localizar os principais entraves para a dominação de pessoas negras no país, Nascimento (2016) identificou as referências à nível científico e político no Brasil, uma gama de pessoas e de ideologias que atuaram contra pessoas negras: representantes políticos em conferências internacionais com letramento racial racista; a estratégia de embranquecimento, o estupro colonial contra mulheres negras e os desdobramentos na mestiçagem e no colorismo brasileiro; a perseguição de valores, artes e culturas de matrizes amefricanas; o racismo científico nos campos da Medicina, Antropologia, Etnologia e História, com apoio de pseudocientistas e outras produções alegadas como técnicas importados da corte europeia para manutenção do controle social; o plano genocida de morte e aniquilamento de pessoas, corpos e pensamentos afro-descendentes.

A importância do Teatro Experimental do Negro para a comunidade negra foi a partir da busca pelo reconhecimento artístico, político, estético e organizativo da população afro-descendentes, elevando Abdias do Nascimento para um grande nível reconhecimento nacional na luta pelo enfrentamento à discriminação racial e ao racismo. Suas perspectivas de disputa influenciaram um dos grandes marcos para os estudos críticos das relações étnico-raciais no Brasil contemporâneo: o Projeto UNESCO⁹ (Bastide & Fernandes, 1959).

No contexto do cenário das pós-guerras mundiais, havia uma comoção generalizada sobre a produção da ideia de raça e seus efeitos geopolíticos, principalmente por todo o escândalo que o regime nazista na Alemanha trouxe pela sua dominação ariana e genocídio de raças consideradas inferiores. Como o Brasil foi elencado enquanto um grande destino de “paraíso racial”, mediante as ideias vendidas ao exterior pelo Mito da Democracia Racial de que a diversidade racial na identidade racial brasileira vivia em harmonia, para comprovar a boa relação entre as raças ao mundo (Nascimento, 2016).

A identidade nacional brasileira foi forjada durante décadas, de modo a vender uma imagem do Brasil enquanto lugar privilegiado para se estudar as relações étnico-raciais. A ausência de um conflito racial manifesto e de segregação racial legalmente instituída, a

⁹ Traduzido para o português, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, é uma agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU), com objetivo da cultura de paz e segurança no mundo. O projeto citado acima buscava identificar um território com uma taxa de conflitos étnico-raciais relativamente baixos, localizando no Brasil um potencial laboratório socioantropológico para legitimar uma harmonia racial positiva (Maio, 1999).

presença de alguns não-brancos nas classes dominantes, uma grande miscigenação racial da população eram algumas das ideias sugestivas da tolerância racial e harmonia do Brasil para justificar o estudo em território nacional (Hasenbalg, 1996).

Entretanto, o Projeto UNESCO se mostrou um excelente tiro no pé dos pseudocientistas eugenistas, uma vez que o que foi constatado nos diversos estudos realizados nesse período foi que a ausência de políticas de socialização e de humanização de pessoas negras nas questões econômicas, jurídicas e políticas acirraram as desigualdades sociais, na concentração de renda, de poder, de prestígio social, produzindo raças hierarquicamente em desvantagens no seio social (Maio, 1999; Fernandes, 2013; Nascimento, 2016). Os autores são categóricos em afirmar que nunca houve harmonia racial no nosso país, e o quanto que a suposta abolição da escravidão no Brasil (1535-1888) não livrou o país das desigualdades raciais ou terminou com o racismo, muito pelo contrário, trouxe novas atualizações para o problema do racismo e das dificuldades socioeconômicas enfrentadas pelos países em desenvolvimento.

Por meio de uma tolerância racial, opera-se um preconceito racial dissimulado e assistemático no país, facilitando episódios de discriminação e de produção de estigma sobre grupos marginalizados (Fernandes, 2013). O estudo sobre o preconceito¹⁰ estava sendo integrado à Psicologia Social, com o psicólogo branco estadunidense Gordon Willard Allport (1897-1967), sistematizando os preconceitos raciais com duas dimensões centrais: a atitude hostil e seu endereçamento a uma pessoa que pertence a um grupo social distinto (Allport, 1964).

Apesar de Allport ser uma referência sobre o preconceito, por discutir componentes atitudinais, cognitivos e afetivos na modulação do preconceito, que predisõem comportamentos discriminatórios, ele também recebeu algumas críticas devido a algumas limitações de seus estudos. Lima (2020) apresentou um modo mais integrado de pensar a

¹⁰ Dentro dos estudos sobre preconceito, com uma abordagem social psicológica, ele é visto como constituído de ideologias (sistemas cognitivos de crenças avaliativas em escalas de valores), sistemas de crenças (entendimentos pessoais a partir das experiências próprias) e estereótipos (crenças atribuídas a grupos, sejam positivas, neutras ou negativas) são destacados como catalisadoras da discriminação. Pérez-Nebra e Jesus (2011) abordaram sobre os processos discriminatórios no campo do racismo institucional, machismos, homofobias, que marcam nossa população, cujas formas de discriminação podem ser: intencionais (comportamentos negativos); sutis (crenças inconscientes); estatístico (diferenciação intencional sobre um grupo de pertencimento); e ambiente organizacional (questões institucionais, estruturais ou sistêmicas).

teoria de Allport, incluindo as concepções do preconceito como duplamente individual e grupal; como uma “atitude-em-contexto” mediado por normas sociais; e como relacional, seja nas generalizações inflexíveis ou nessas atitudes hostis, integrando um viés sociológico.

O momento entre as décadas de 70 e 80 é visto como um grande marco dentro dos estudos críticos e dos movimentos sociais, com pautas de reivindicação políticas em toda a região da América Latina. O próprio campo da Psicologia Social estava passando por um processo de crise (Silva, 2019), de modo a mudar o seu paradigma para uma prática de atuação profissional e de produção de ciência que estivessem congruentes com o contexto das desigualdades sociais e iniquidades apresentadas, inaugurando um novo campo da Psicologia Social Comunitária e Psicologia Social Latino Americana. Após um longo e histórico processo de regime ditatorial pelos militares no Brasil (1964-1985), o país estava passando por um processo de redemocratização, fruto de diversas mobilizações políticas emancipatórias, que culminaram na atual Constituição Federal de 1988, mais conhecida como Constituição Cidadã (Brasil, 1988).

Ela trouxe diversos objetivos para a atual República Federativa do Brasil, de modo a reconhecer modalidades de discriminação existentes em nosso país, baseadas em: origem, raça, sexo, cor, idade, entre outras. Considerada um grande marco dentro dos instrumentos jurídicos brasileiros, a carta magna de 1988 inaugurou o processo de redemocratização do país, momento em que há o surgimento de projetos, leis e ações dentro das políticas públicas para promoção da equidade étnico-racial.

No ano seguinte, houve a criação da Lei 7.716/1989, conhecida como Lei do Racismo, qualificando os tipos de crimes associados ao preconceito de raça e de cor, assim como as penas previstas para quem cometesse esses crimes. Sendo assim, pôde-se verificar a longa caminhada dentro do território nacional para pensar a reparação histórica de modelos de dominação secular através do tráfico negreiro, da escravidão e seus desdobramentos no Brasil, cujos efeitos psicossociais são evidentes no século XXI. Isso sinalizou a importância de articular políticas públicas para equiparação de oportunidades e proteção da população negra em nossa região, como: Lei de Cotas (Lei 12.990/2014); ensino de história e cultura afro-brasileira na educação (Lei 10.639/2003 e Lei 11.645/2008); injúria racial equiparada como crime de racismo (Lei 14.532/2023), para citar algumas.

2.2 O Pensamento Decolonial em América Latina¹¹

As influências das perspectivas decoloniais foram fundamentais na localização de debates teóricos, na compreensão dos fenômenos e na articulação dos saberes produzidos nesse contexto. Utilizando como base o texto de Luciana Ballestrin (2013), cientista social branca gaúcha, um de seus tensionamentos consistiu sobre a escolha de conceitos para localizar o pensamento decolonial, devido à diversidade de termos que abordam a temática, como pós-colonial e decolonial, que apesar de aproximações, têm diferenças primordiais.

Para a autora, o pensamento pós-colonial corresponde a uma perspectiva datada, por corresponder ao momento histórico imediato que as antigas colônias passaram nos processos de libertação, independência e emancipação, em virtude de séculos de dominação, expropriação, genocídio e resistência dos povos originários nas Américas, África e Ásia. A influência do binarismo colonizado e colonizador é um dos grandes pilares do pensamento pós-colonial, baseada numa negação da identidade e da condição de humanidade do Outro, ou seja, do colonizado.

O pensamento pós-colonial foi alvo de diversas críticas, sendo uma delas a forte presença de narrativas eurocêntricas na construção da abordagem, que apesar de pautar informações sobre as Américas, ainda detinham uma perspectiva do Norte Global. Ballestrin (2013) destacou a forte influência da tríade francófona¹² no processo de subversão da lógica imperial no período pós-colonial, valorizando as realidades das populações colonizadas. Além disso, demarcou a grande influência da obra *Orientalismo* (Said, 1978) e das críticas advindas do Grupo de Estudos Subalternos, que auxiliaram na revisão de perspectivas elaboradas por e sobre as Américas, contribuindo para a execução do Giro Decolonial no Sul Global.

"Em um contexto de globalização, cultura, identidade (classe/etnia/gênero), migração e diáspora apareceram como categorias fundamentais para observar as lógicas coloniais

¹¹ Ao debater o seu conceito de Amefricanidade, nossa querida Lélia González parte de uma posição que a "América Latina" é uma construção de base luso-ibérica e europeia, enquanto o conceito de Amefricanidade (1988) coloca as pessoas africanas e indígenas enquanto populações centrais na construção do território citado, como também salienta suas possibilidades de agência a partir de seus próprios saberes, demarcando um grande passo para a descolonização do nosso pensamento.

¹² A autora enquadra Franz Fanon, Aimé Césaire e Albert Memmi como a "tríade francesa", destacando a forte influência da França na vida do psiquiatra negro martinicano, do poeta negro martinicano e do professor judeu tunisiano, respectivamente, e que suas perspectivas decoloniais auxiliaram a pensar sobre um tensionamento nas relações de poder da própria antiga colônia.

modernas, sendo os estudos pós-coloniais convergentes com os estudos culturais e multiculturais" (Ballestrin, 2013, p.94). Verifica-se aqui uma preocupação à época de uma construção sócio-política dos Estados-Nação emergente no Sul Global, devido aos seus processo de resistência, separação e indiferenciação da metrópole nos séculos XVIII, XIX e XX

Utilizar as teorias decoloniais auxiliam a integrar uma gama de saberes da própria América Latina e do Brasil, que facilitam a sua compreensão dentro da geopolítica mundial, juntamente com seus processos históricos que culminaram nas suas desigualdades vigentes. A alta dependência do capital financeiro internacional; longo histórico de colonização, escravização e genocídios, recorrentes processos de ditaduras militares; ascensão de governos de extrema direita (Costa, 2019) são alguns dos eventos que construíram os Estados-Nação nas Américas.

Pessoas saqueadas de África, constituindo diversos povos afrodiaspóricos, juntamente com povos originários das terras de destino das grandes navegações, foram desafiados num modelo de produção colonial, do homem branco europeu imperialista, que mais tarde serviu como base para a construção da modernidade e do capitalismo mundial (Quijano, 1992; Gilroy, 2012). A recombinação desses grupos, que entre si já são diversos pelos territórios das Américas e Caribe, produziu novos povoamentos nessas regiões, complexificando ainda mais a noção de nação e povo.

Destaco aqui as histórias de relacionamentos entre brancos e não-brancos, que ocorriam pelas vias de dominação hierárquica, a ver a situação de estupro de mulheres negras escravizadas (González, 1988). Lélia, ao trabalhar o conceito de Amefricanidade, retrata pessoas afro-diaspóricas na região das Américas de modo crítico, respeitando suas especificidades regionais, e auxilia para refletir sobre os modos de construção dos sistemas de dominação da população negra, devido a sua influências nos padrões culturais e na formação da identidade racial.

A ênfase de Lélia pelo seu território ladino-amefricano é marcante, assim como toda sua contribuição para as opressões da população negra de modo geral, trazendo o seu ativismo e sabedoria científica para o diálogo com os movimentos sociais, as pesquisas e a vida da

população amefricana. “O racismo ladino-amefricano é bastante sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento” (Gonzalez, 1988, p.73).

A ideologia do branqueamento, abordada anteriormente, constitui uma das grandes questões no desenvolvimento do Brasil moderno, com o movimento de branquear a população presentes no território, após séculos de apropriação da vida das amefricanas negras e originárias. A categoria de Amefricanidade provoca um giro decolonial no campo científico, ao destacar a realidade da experiência de pessoas negras, valorizando todas as diferenças de África e dos povos originários em diáspora na região da América Ladina. Ao reconhecer Áfricas em Américas, Lélia González permite narrarmos experiências localizadas, como afro-brasileiros partes de América.

Sob influência do Grupo de Estudos Subalternos, Aníbal Quijano, sociólogo ladino peruano, apresentou o conceito de Colonialidade do Poder, um grande marco dentro dos estudos decoloniais em América Ladina. Foi responsável por influenciar uma série de pessoas, e aqui trago duas mulheres ladinas que adaptaram o seu conceito: Maria Lugones, socióloga ladina argentina, com a Colonialidade de Gênero, assim como Maria Beatriz Ferrari, professora de educação inclusiva ladina argentina, com a Colonialidade da Capacidade.

Enquanto uma referência dentro das teorias críticas das Américas, Quijano (1992; 1999) trabalha o conceito de Colonialidade do Poder no final da década de 1990, situando que as regulações do poder são impostas por imperativos coloniais, e frisa a importância de haver uma descolonização epistemológica de teorias e das ideias supremacistas do homem europeu burguês branco católico enquanto essencialmente universal (Quijano, 1997). A Colonialidade do Poder destaca uma perspectiva ética, estética e política nas relações de poder constituintes da América Ladina, sob um enfoque interdisciplinar, situando o poder como marcado por situações de conflito e de sua redistribuição, compreende os cruzamentos entre relações sociais, exploração e dominação, que se articulam na disputa pelo controle de trabalho, da natureza, do sistema sexo/gênero, da autoridade e do Estado e das (inter)subjetividades (Quijano, 1992).

O autor procurou efetuar uma distinção entre a colonialidade e o colonialismo. O colonialismo representa uma trama organizava da estrutura social, marcada pelo controle geopolítico com as navegações e o imperialismo europeu a partir do século XV, influenciando as relações de controle da autoridade política formal, entre as metrópoles e as colônias (Quijano, 1997). Dentro dessas relações de poder, a exploração, o genocídio e a dominação são algumas das principais ferramentas de controle utilizadas na época para manutenção dos privilégios.

Essas lógicas de controle baseadas no imperialismo e no colonialismo apresentam desdobramentos na construção dos Estado-Nação, marcados por uma mudança do paradigma colonial para um capitalista, com um intenso processo de desenvolvimento econômico na geopolítica mundial (Quijano, 1997). Esse momento é característico da colonialidade, em que os Estado-Nação se apropriaram de práticas atualizadas de dominação entre o colonialismo e a colonialidade, sendo esta a atualização de modalidades e ideias de controle do Norte Global nas antigas colônias e nas populações estigmatizadas, nos tempos presentes.

Orientado por uma discussão pelos conceitos de raça-classe-território como centrais na sua visão de capitalismo eurocêntrico, Quijano (1992) enquadra as relações em constante estado de disputa e de redistribuição, nas perspectivas de futuro dos Estado-nação. O debate decolonial dentro da história da América-Ladina ressalta o quanto que esse território foi solo fértil de condições adversas, cujas fissuras moveram a resistência de povos originários e de matrizes africanas, na busca de ressignificar violências e suas históricas nas vivências locais.

Destaco a forte presença da racialização das relações de gênero nas práticas cotidianas, considerando os efeitos do colonialismo nos sistemas de poder, de gênero e da capacidade na hierarquização de pessoas, seus corpos, suas sexualidades, suas diversidades e suas funcionalidades. Posturas feministas decoloniais (Anzaldúa, 2005; Lugones, 2014; Ferrari, 2020) surgem nas contradições do pensamento hegemônico de essencialização dos corpos, de normatização da sexualidade cisheteronormativa e do embranquecimento da população. Ao incluir na construção epistêmica as experiências de mulheres negras, indígenas, ladinas e racializadas não-brancas do Sul Global, oportuniza-se outras possibilidades de discussões de gênero, raça e classe, para além da produção decolonial que até então tinha uma presença predominantemente masculina.

A proposição da Colonialidade de Gênero (Lugones, 2014) avança com alguns pontos do conceito de Quijano, principalmente ao enfatizar a intersecção raça-gênero-classe, e se opor às matrizes dominantes das relações de gênero, marcada pelo homem branco europeu colonial. "A descolonização do gênero localiza quem teoriza em meio a pessoas, em uma compreensão histórica, subjetiva/intersubjetiva da relação oprimir ↔ resistir na intersecção de sistemas complexos de opressão" (Lugones, 2014, p.940).

A autora também destacou que a construção da subjetividade de amefricanos perpassa situações de múltiplas opressões, provocadas por representantes da hegemonia colonial racista-gendrada (Lugones, 2003). Sendo assim, a resistência é marcada pela construção do próprio sujeito e da subjetividade ativa, que demanda uma presença participativa no seu encontro com a opressão, como os espaços de subversão da pureza lógica colonial, que possibilitam construções coletivas de grupos, de aquilombamento e de projeto sociedade.

Lugones (2014) retomou todo um histórico de domínio por força física e extermínio; da separação de famílias e do suporte social da língua materna; da imposição ideológica de outras cosmogonias (rituais, espiritualidade, linguagem e relação com o outro...) e também de categorias sociais, como gênero, raça, classe e território dentro dos violentos processos de colonialidade. Ela indicou o feminismo decolonial como um modo de tensionamento a esse sistema cheia de binarismos, em que as narrativas de mulheres ladinas ajudam com práticas contra hegemônicas.

Ao questionar aspectos de masculinidade e feminilidades e os seus binarismos presentes nos debates sobre gênero, raça e sexualidade na leitura do território, Lugones (2014) incluiu a possibilidade da comunidade LGBTI+ e outras relações de gêneros de serem construídas, entendendo as diferentes formas de dominação que operam nos marcadores sociais da desigualdade de gênero e sexualidade. Vejo que isso dialoga bastante com o meu objetivo de estudo, uma vez que verificar as narrativas de violência no sistema gênero-raça-sexualidade, permite ampliar o debate decolonial na academia, ecoando as vivências de quem desafia a norma.

Quijano e Lugones influenciaram Maria Beatriz Ferrari na elaboração do conceito de Colonialidade da Capacidade (Ferrari, 2020), trazendo as pessoas com deficiência para o

debate decolonial. A autora nos dá pistas sobre o que consistiria essa Colonialidade da Capacidade, articulando marcadores interseccionais na identificação e no enfrentamento de violências coloniais contra pessoas com deficiência e pessoas com diversidade corporal, cujas hierarquias são marcados pelo patriarcado; pelas marcações raciais e pelo racismo; e pela capacidade corporal obrigatória¹³.

A Colonialidade da Capacidade contribui no entendimento das “capacidades” a partir da individualização das possibilidades de cuidado da vida humana, das práticas e barreiras capacitistas e do desdobramento da compreensão da deficiência a partir do esquema do racismo (Ferrari, 2020). Para a autora, essas violências estão associadas às relações de poder presentes na sociedade, que modulam as categorias sociais nos processos de exclusão, dominação e exploração.

Sendo assim, avalio ser de fundamental importância refletir sobre as principais barreiras que são colocadas para as pessoas com deficiência no contexto ladino-amefricano, assim como as modalidades de acessibilidade para reduzir seu impacto negativo, tendo em vista as especificidades do contexto na produção de sentido e significados. O processo de decolonizar a situação da deficiência deve ser orientado para recuperar as imagens, os princípios, as representações, as cosmovisões e os sentidos dos próprios povos ladinos que integram a população.

Os estudos decoloniais contribuem para fugir da lógica calcada num ideal do patriarcado imperialista supremacista branco colonizador, valorizando as pessoas que apresentam marcadores sociais de desigualdade em função de seu gênero, raça, classe, sexualidades, deficiência, entre outros. Vejo que propicia uma importante aproximação com a interseccionalidade, por preconizarem a desconstrução conceitual de teorias e de práticas baseadas em pressupostos binários, fixos, duais, identitarista, marcados pela complementariedade das diferenças (Lugones, 2014).

¹³ O entendimento sobre a Capacidade Corporal Obrigatória (ou Compulsória), demarca as expectativas quanto às capacidades estéticas, psicológicas, produtivistas, de cuidado que a sociedade produtivista capitalista neoliberal tem sobre os corpos de pessoas, com ou sem deficiência (McRuer, 2021). Ou seja, são formas de inscrever uma hierarquização de corpos, mediante a sua posição como objeto de desejo ou de marginalização no meio de produção capitalista, em função da sua potencialidade produtiva frente às demandas presentes no atual estágio do capitalismo mundial neoliberal.

Sendo assim, articular concepções do Feminismo Decolonial juntamente às interseccionalidades torna-se fundamental, uma vez que busca localizar as movimentações do Sul Global, que apresentam as experiências da população de modo localizado. O debate sobre saberes decoloniais é uma possibilidade de efetivação de direitos humanos dentro das comunidades, das universidades brasileiras e da sociedade civil, tensionamento os pensamentos hegemônicos do cânone clássico (majoritariamente branco, europeu e do Norte Global), que são marcados por um saber-fazer herdado da modernidade e da colonialidade.

2.3 Diversidades de Corpos, Gêneros e Sexualidades

Os estudos de gênero também apresentam conteúdos de disputa e de práticas normativas dentro do seu escopo. É notório destacar o quanto que o movimento de mulheres foi um fator decisório na construção de caminhos para repensar as relações de gênero e sexualidades no campo social, e por isso faço uma breve apresentação sobre a matriz do pensamento feminista hegemônico, assim como formas de deslocar essas formas de produção para saberes mais localizados.

Djamilla Ribeiro (2018), filósofa negra paulista, ao questionar quem tem medo do feminismo negro, discute conosco as clássicas ondas que molham os referenciais feministas ocidentais durante a história: o sufrágio das lutas feministas brancas pelo direito ao voto (primeira onda - início do século 20); processos de independência, valorização do trabalho, revolução sexual e econômica frente às violências de gênero, e ascensão tardia do feminismo negro (segunda onda - década de 1970); análise do discursos e debates sobre micropolítica de gênero (terceira onda - década de 1990).

O Feminismo de Primeira Onda retoma o início do século XIX, associado principalmente com a luta política do sufrágio de mulheres brancas europeias, que não possuíam o direito ao voto para escolher representantes em cargos políticos estratégicos. Os direitos e deveres das relações de gênero eram regulados pela instituição do casamento heterossexual, cuja lógica familista atribuía às mulheres a manutenção do ambiente doméstico e do privado, através do controle patriarcal dos homens na divisão sexual da vida cotidiana,

na representação da figura política dos Estados, do controle social no espaço público e pela dominação marital no ambiente domiciliar.

Apesar de constituir uma causa política bastante importante, como a disputa pelo direito do voto à mulher, o Feminismo de Primeira Onda recebeu uma série de críticas, principalmente por mulheres que fogem à lógica branca hétero ocidental de classe média. É evidente a ausência da participação de mulheres negras e periféricas, que enfrentavam uma série de violações de direitos com as políticas de segregação e dominação racial impostas pelo imperialismo europeu, não se sentindo representadas no movimento político sufragista. A ideia de cidadania à época encontrava-se restrita para as pessoas brancas, que não se preocupavam com outras reivindicações políticas, como das outras identidades raciais, de gênero e de sexualidade que lutavam por sobrevivência.

É durante o Feminismo de Segunda Onda que há um avanço no que diz respeito às mudanças paradigmáticas associadas à construção das mulheres e da feminilidade. Com sua ascensão na metade do século XX, foi um período marcado por mudanças da participação na vida social de mulheres: revolução no trabalho, tornando-se parte da economia formal e de manutenção financeira da vida; revolução sexual e reprodutiva, com o advento da pílula anticoncepcional, possibilidade de divórcio e denúncias de violências domésticas.

É importante evidenciar que os espaços de disputa dentro do feminismo, seja no campo acadêmico ou no segmento dos movimentos sociais, são historicamente monopolizados por pessoas brancas. As discussões em torno da revolução sexual, econômica e política dessas mulheres ocorria ao mesmo tempo em que havia uma ascensão tardia do reconhecimento dos Feminismos Negros e do Movimento LGBTI+ dentro dos estudos de gênero, que representavam novas formas de tensionar os fenômenos de dominação, incluindo outros marcadores às discussões de gênero.

Desaguando no Feminismo de Terceira Onda, os debates pós-estruturalistas e das micropolítica das relações de gênero ganharam destaque, destoando de lógicas essencialistas das relações de corpos, gêneros e sexualidades. A desconstrução das identidades e das estruturas ocorrem com as Teorias Queer, os Estudos Decoloniais e a Interseccionalidade e outros campos que abordam a diversidade de raça, gênero, classe e sexualidade.

É a partir das provocações dos estudos de terceira onda que encharco esse trabalho de possibilidades de si, para se pensar as identidades de gênero e as orientações sexuais na sua mais respeitosa diversidade, criticando o essencialismo de corpos, integrando as mais diversas lutas para erradicar as hierarquias de gênero e suas distintas formas de opressão: racismos, lesbofobias, transfobias, classismos, capacitismos, dentre outras possibilidades de desigualdade. Finalmente, há a presença de outras identidades dentro do debate dos estudos de gênero, e não somente estudos de mulheres cis brancas, como os raciais, os decoloniais e os LGBTI+, apontando para um projeto de futuro com pautas mais inclusivas.

Diversas mulheres negras questionaram a utilização da categoria analítica gênero, principalmente quando desacompanhada de questões de raça e de classe, uma vez que não se veem representadas nas proposições elencadas pelos discursos hegemônicos dentro do campo, questionando quais perspectivas de mulheres costumam ser incluídas nesses debates (González, 1988; Collins, 2000; Carneiro, 2003; hooks, 2015). Elas destacaram o quanto que as discussões de raça, classe e gênero precisam estar caminhando juntas, uma vez que historicamente discussões de raça foram deixadas de lado pelo movimento feminista, e que os estudos feministas precisam olhar para as relações étnico-raciais, culturais e racistas de suas teorias e movimentos, destinando um lugar subalternizado às mulheres não-brancas.

Isso demonstra que, apesar dos estudos de gênero terem sido pioneiros para reposicionar as discussões em torno das relações de gênero-raça-classe, alguns ainda resistem em integrar esses conceitos de modo crítico, salientando a diversidade de vivências dentro dos estudos raciais e feministas. Sueli Carneiro, sinalizou que foram as mulheres negras que começaram a realizar articulações entre as demandas de lutas históricas de movimentos feministas e movimentos de pessoas negras, integrando lutas que são necessárias para diminuir as injustiças sociais e que historicamente não caminhavam juntas nas reivindicações de direitos (Carneiro, 2011).

Perez e Ricoldi (2018) destacaram que vivenciamos uma quarta onda do feminismo no momento, com o advento das redes sociais e tecnologias virtuais no século 21, como formas de denúncias às situações de injustiça, incluindo cada vez mais estudos dentro das possibilidades, como direitos reprodutivos, mídias sociais, deficiências, masculinidades, classes sociais, entre outros. Deste modo, isso reafirma a importância da constante atualização

e formação continuada na área, com as proposições de novos estudos que contemplem realidades que são historicamente silenciadas pelos privilégios do poder hegemônico.

Dentro do campo de discussão da orientação e diversidade sexual, o cenário brasileiro denota uma constante disputa com as imposições da cisheteronorma¹⁴. Existem diversas formas de localizar o movimento LGBTI+ brasileiro, mas escolhi resumir alguns pontos centrais para auxiliar a situar a sua importância nacional. Inicialmente, destaco que o Brasil foi um dos primeiros lugares das Américas a suspender a até então vigente Lei da Sodomia, herança da coroa portuguesa, que proibida relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo (Belin & Neumann, 2020).

Os autores abordaram diversas temáticas de perseguição de pessoas LGBTI+ antes da instauração da República, citando por exemplo os "relacionamentos homossexuais" de povos indígenas originários e de homens brancos europeus, instituídas pela cultura colonizadora hegemônica, representada pela corte portuguesa e pela igreja católica. Belin e Neumann (2020) destacaram que a combinação de uma política extrativista e exploratória bastante rigorosa da coroa portuguesa, que juntamente com o sadismo moral da instituição católica, foram catalisadores para a criminalização e repressão de pessoas LGBTI+ no Brasil colônia.

Toda pessoa, de qualquer qualidade que seja, que pecado de sodomia por qualquer maneira cometer, seja queimado, e feito por fogo e pó, para que nunca de seu corpo e sepultura possa haver memória, e todos os seus bens sejam confiscados para a coroa do reino, posto que tenha descendentes: pelo mesmo caso seus filhos e netos ficarão inábeis e infames, assim como os daqueles que cometeram crime de lesa majestade (Ordenações Filipinas, 2012, p.1162).

O trecho acima corresponde aos escritos do livro V, chamado Ordenações Filipinas, que reuniu algumas decisões jurídicas da coroa portuguesa a partir do século XVI, e nesse caso, aborda sobre tratamentos de pessoas acusadas de sodomia. Pode-se observar que o grau

¹⁴ “Uma perspectiva que tem a matriz heterossexual como base das relações de parentesco e a matriz cisgênera como organizadora das designações compulsórias e experiências das identidades de gênero; ambas produzindo efeitos que são naturalizados em nossa cultura, a partir da constituição de uma noção de normalidade em detrimento da condição de anormalidade, produzindo a abjeção e ocultamento de experiências transgressoras e subalternas” (Mattos & Cidade, 2016, p.134).

de dominação em relação às pessoas tidas como “sodomitas” à época: uma sentença de morte pela manifestação de sua sexualidade com o objetivo de apagamento de sua memória, demonstrando a política do memoricídio operando, juntamente com a confiscação de seus bens e punições para seus familiares.

Essa passagem evidencia a força da instituição colonial, com integrantes da coroa e da igreja atuantes no controle sobre as políticas de vida e de morte de pessoas LGBTI+ e suas narrativas nos tempos da colônia. Entretanto, com a chegada da família real portuguesa para o Brasil, houve uma mudança nas regras sociais e na aplicabilidade de leis, como foi o caso da homossexualidade, mudando prerrogativas no tratamento de pessoas LGBTI+.

Com a mudança do código penal por Dom Pedro I, que passou a desconsiderar a sodomia como crime, pôde-se identificar um primeiro movimento para pensar a descriminalização da homossexualidade no Brasil. Para Belin e Neumann (2020), apesar de práticas homossexuais deixarem de ser imputáveis para a população em 1830, práticas moralizantes ainda tinham muita força, devido aos ideais hegemônicos sobre as ideias de família e de bons costumes, que ainda atribuíam à homossexualidade uma condição de marginalidade. A retirada da homossexualidade como prática criminalizatória não foi com o objetivo de auxiliar as pessoas LGBTI+, mas sim na prerrogativa de alteração de uma regulamentação jurídica datada, que precisava se adaptar para as especificidades da metrópole/coroa residindo em uma de suas colônias.

Em 1980, 150 anos depois dessa mudança no ordenamento penal brasileiro, havia um debate sobre o processo de despatologização da homossexualidade, que era retratada como uma prática condenatória por aparatos jurídicos, médicos e religiosos (Colling, 2011), ao passo que outras identidades da nossa sigla LGBTI+, em especial a população trans e pessoas não-binárias, seguiam patologizáveis. Toda essa discussão ocorreu dentro dos movimentos sociais sobre a classificação de identidades não-cis-hétero como transtornos mentais, como foi o caso da homossexualidade, de pessoas trans e de outras diversidades de gênero e sexualidade, que juntamente com a população negra e ladina, sempre estiveram na linha de

frente para desafiar as imposições colocadas pela cisheteronorma e pela supremacia branca brasileira¹⁵.

Essa classificação como transtorno mental buscava contrapor o modelo “correto” do que se era esperado das pessoas produzidas pelo capitalismo para a cena do ocidente: uma família branca cis-heterossexual classe média monogâmica cristã (Leite & Melo, 2021). Mesmo que alguém não pertencesse a um marcador social da desigualdade que é potencial alvo de opressão, ainda se reproduz narrativas hegemônicas para o controle dos corpos marginalizados, como visto no caso das Ordenações Filipinas. A perspectiva do homonacionalismo também evidencia isso, ao descrever o pensamentos de algumas pessoas LGBTI+ que são fundamentadas em ideologias conservadoras, liberais, racistas e/ou xenofóbicas, que acabam por dividir pautas políticas dos movimentos sociais e promovem fissuras entre grupos do próprio movimento (Rea & Amancio, 2018).

Com o advento da epidemia da HIV/Aids (1980), houve um processo de repatologização do movimento LGBTI+, reforçando o quanto que a sexualidade LGBTI+ era vista como responsável pela transmissão do vírus, e como prática desviante deveria ser punida, institucionalizada e deixada para morrer. Novamente as práticas sexuais e manifestações de gênero que desafiavam a cisheteronormatividade eram alvo da heterossexualidade compulsória¹⁶. A busca por patologizar as orientações não-heterossexuais e identidades de gênero não-cis ficou evidente ao associaram a epidemia do HIV/Aids como como “peste gay” (Colling, 2011).

Destaco aqui que, apesar de ser citada como “peste gay”, a epidemia do HIV/Aids afeta diretamente toda a população, seja você LGBTI+ ou não, configurando-se como uma verdadeira epidemia pela demanda de saúde pública e LGBTI+fobia apresentada, o que influencia uma recombinação de crenças estereotipadas e valores negativos para pessoas

¹⁵ A supremacia branca à brasileira consiste em “dizer que o poder econômico, o poder político, o sistema de justiça e os cargos mais altos da hierarquia social de um país estão nas mãos de brancos, enquanto negros e indígenas ocupam os lugares mais baixos da estrutura social” (Schucman, 2021). A ideologia do branqueamento, juntamente com a discussão de branquitude, elencados anteriormente, auxiliam a compreender o desenvolvimento da supremacia branca brasileira.

¹⁶ Expectativa socialmente compartilhada entre a sociedade de que os padrões de relacionamentos costumam estar associados ao gênero oposto, demarcando um olhar binário para as relações de gênero e sexualidade. Ver nota de rodapé 8 sobre cisheteronorma.

LGBTI+. Recentemente, um artigo que aborda o diagnóstico de HIV/Aids apresentou um levantamento que os homens heterossexuais correspondem a 49% dos casos (Knauth et al., 2020), auxiliando a desmontar as bases de sustentação para atribuição do HIV/Aids como “peste gay”. Entretanto, não são as pessoas heterossexuais as culpadas e estigmatizadas pela condição de viver com o vírus, ou de até mesmo de serem as suas responsáveis pela sua criação e disseminação no tecido social.

Ao discorrer sobre o histórico da luta de pessoas LGBTI+, Regina Facchini, socióloga branca paulista, apresenta um cuidado ao considerar as pautas distintas do movimento, objetivando integrar um olhar que considere as outras identidades distintas às suas nas lutas, com uma proposta semelhante às encontradas anteriormente pelas feministas negras nos debates de raça-gênero-classe. Pensando nos efeitos negativos da historicização do movimento LGBTI+ no Brasil, ela destacou algumas das pautas encontradas dentro do movimento: prerrogativas de gênero negadas às mulheres lésbicas; luta de pessoas bissexuais pelo reconhecimento de suas identidades na sociedade (e no próprio movimento); busca pelo reconhecimento da identidade social por travestis e transexuais; além de outros aspectos de segurança jurídica para adoção; e retificação do registro civil; políticas de saúde sexual e reprodutiva (Facchini, 2011).

Mais recentemente, a partir de 2010, houve uma série de avanços nas conquistas de direitos para a comunidade LGBTI+: união estável homoafetiva e reconhecimento de entidade familiar por LGBTI+; retificação de registro civil de pessoas trans sem exigências judiciais, documentais ou sanitárias; equiparação da homofobia e da transfobia ao crime de racismo, para citar algumas (Oliveira, 2013). Apesar de parecer que é um país progressista em marcos regulatórios para a comunidade LGBTI+, essas decisões anteriormente citadas são frutos de intervenções do sistema Judiciário, em especial o Supremo Tribunal Federal (STF) do Brasil, interpretando a nossa Constituição Cidadã de 1988, em detrimento da aplicação de leis pelo Legislativo. Foi o próprio STF que garantiu à população LGBTI+ o direito de doação de sangue a partir de 2020, o que até então era negado devido à associação com as infecções da “peste gay”.

É importante destacar as contribuições de pessoas trans na luta do movimento LGBTI+, que se encontram com seus corpos nas linhas de frente para a garantia de direitos,

como à vida e à dignidade da pessoa humana, devido ou independente ao gênero que se identificam. Existem segmentos cuja preocupação de mobilização política está voltada para o avanço dos direitos, o que são legítimos e valiosos para a comunidade, mas para a realidade da população trans, ainda estão buscando formas de (sobre)viver (Jesus, 2019).

Jaqueline Gomes de Jesus, mulher trans negra psicóloga brasileira, retomou a história de Xica Manicongo, congoleza e escravizada por portugueses no Brasil no século XVI, sendo a primeira travesti documentada no Brasil. A partir dos estudos transfeministas, Jaqueline discorreu sobre como historicamente as pessoas da população trans são apagadas, violentadas e assassinadas, e valorizar a história de Xica é reconstruir pedaços da memória coletivas do movimento LGBTI+ e do movimento negro no país (Jesus, 2019).

A dificuldade de sistematização de informações sobre a vida e a morte de pessoas LGBTI+ pelo Estado corresponde a um grande desafio, principalmente devido à dificuldade de articulação de políticas públicas para o enfrentamento das LGBTI+fobias. Faço uma menção à ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil, com sua temática "resistir para existir, existir para reagir", denunciando violações de direitos humanos da travestis e mulheres trans no Brasil, e ao Grupo Gay da Bahia (GGB), responsáveis por sistematizar dados muito relevantes para a população LGBTI+ do Brasil, como assassinatos, expectativa de vida e dados gerais da população.

Ambas as organizações reconhecem que o Brasil é o país que mata mais pessoas LGBTI+ (Grupo Gay da Bahia, 2022) e pessoas trans no mundo (ANTRA, 2022), apresentando além de indicadores de saúde, segurança, educação, empregabilidade, dentre outras iniciativas no mapeamento, divulgação, orientação e suporte dos direitos de pessoas LGBTI+, devido ao descaso do Estado brasileiro na proteção dessa população de risco. Somando aos índices da população negra, pode-se evidenciar a vulnerabilidade de pessoas negras-LGBTI+ pelos índices de ataques violentos e letais contra essa população (Grupo Gay da Bahia, 2019; Grupo Gay da Bahia, 2012; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019).

Em 2020, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil desenvolveu uma cartilha sobre LGBTI+fobia, com o título "O Que Fazer em Caso de Violência LGBTIFÓBICA" (ANTRA, 2020), incluindo informações primordiais para a comunidade

LGBTI+ sobre: a tipificação da LGBTI+fobia e exemplos clássicos de LGBTI+fobias; dados e provas relevantes para efetuar uma denúncia; orientação para pessoas em situação de acolhimento de vítimas de LGBTI+fobia; opressão LGBTI+fóbica no ambiente virtual, entre outras diretrizes.

A organização reconhece a importância do suporte para pessoas que sofreram LGBTI+fobia, como acolher e escutar a sua história; não deixar a pessoa sozinha; refletir sobre outras modalidades de apoio em espaços para além da delegacia. A organização descreve a LGBTI+fobia como termo utilizado para:

compreender as violências cometidas contra a população LGBTI+ e se apresenta como uma série de atitudes ou sentimentos negativos em relação às pessoas LGBTI+, motivadas pela orientação sexual e/ou sua identidade de gênero. Normalmente é motivada por desconhecimento, alienação, valores morais baseados em argumentos do senso comum, com cunho religioso, pela invisibilidade, ignorância e preconceito (ANTRA, 2020, p.6).

A seguir, alguns exemplos presentes no documento, referente as possibilidades de violência LGBTI+fóbica: associar homens gays e pessoas trans à pedofilia; imputar ao movimento LGBTI+ a responsabilidade de arruinar a família tradicional e a sociedade; culpar pessoas LGBTI+ de serem vetores de infecções sexualmente transmissíveis (grupo de risco); impedir mulheres trans e travestis de utilizarem o banheiro de acordo com sua identidade de gênero; deixar de atender pessoas LGBTI+ no comércio e oferecer preços diferentes; associar características pejorativas e negativas sobre uma pessoa ou grupo; menosprezar pessoas LGBTI+ pela sua orientação sexual e/ou identidade de gênero; proibir casais LGBTI+ de convivência social e de participação de eventos previstos para casais; impedir demonstrações públicas de afeto por pessoas LGBTI+; demitir pessoas LGBTI+ em função de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. A adoção de estratégias individuais, coletivas e sociais para sua erradicação dessas e outras violências não descritas no documento torna-se extremamente necessária, objetivando reduzir os efeitos negativos do fenômeno das opressões de pessoas negras-LGBTI+, provenientes de padrões hegemônicos que autorizam essas violências, pela sua margem nas políticas públicas.

A experiências de pessoas transmasculinas negras também devem ser discutidas, como nos mostra Bruno Silva de Santana, homem trans negro poeta baiano, ao narrar sua experiência de transição, destacando o quanto que as referências que encontrava nesse processo pessoal eram “corpos que obedeciam aos padrões de masculinidade e estereótipos de gênero que mais se aproximavam da cisgeneridade branca” (p.97, 2020). O autor demonstra o quanto que a construção da identidade de pessoas transmasculinas e homens trans perpassa pela construção de um corpo masculino que se aproxima da masculinidade hegemônica: homem branco heterossexual.

O conceito de masculinidades hegemônicas foi utilizado em Connell e Messerschmidt (2013), caracterizadas enquanto um padrão normativo da experiência masculina para além da força, cujos viés cultural, discursivo e institucional apresentam práticas de dominação (intencionais ou de cumplicidade) que deslegitimam outras modalidades de expressão. Em contraposição, os autores também apresentam o termo masculinidades subordinadas, que operam de modo a tensionar o padrão hegemônico, descrevendo outras possibilidades de experiências, pelos viés de raça, orientação sexual, classe e deficiência.

De modo a refletir sobre as masculinidades¹⁷, Kimmel (1998) as define como socialmente construídas e não heranças de um determinismo biológico, variando entre culturas, no tempo e na própria identidade individual. O autor segue destacando que as masculinidades apresentam uma lógica de relação de poder, seja com as mulheres, caracterizando as desigualdades de gênero, ou na relação com outros homens, abrangendo raça, etnia, sexualidade, entre outros marcadores identitários de diferença.

No contexto brasileiro, Díaz-Benítez e Mattos (2019) efetuam uma provocação de pensar que dentro da discussão binária de gênero, uma “boa masculinidade” não efetua necessariamente uma oposição à construção do gênero feminino ou à mulher, mas numa relação de oposição à bicha, em que existe uma feminilidade não desejada. Isso demonstra a

¹⁷ "Ao usar o termo no plural, nós reconhecemos que masculinidade significa diferentes coisas para diferentes grupos de homens em diferentes momentos" (Kimmel, 1998, p.106). Apesar de Kimmel associar as masculinidades aos vários grupos de homens, Halberstam (2008) enfatiza que as práticas discursivas e os signos das masculinidades não se restringem aos homens, uma vez que essas narrativas também estão presentes nas lesbianidades, nas pessoas *trans e na população intersexo.

potência de atenção ao contexto das narrativas, indicando possibilidades de uma grande sinergia entre as discussões de orientação sexual e de relações gênero.

Bruno Santana (2020) abordou que o momento que começou a ser lido socialmente enquanto um homem, não foi qualquer tipo de homem, mas um homem negro, quando as pessoas começaram a ter medo da sua presença. Isso demonstra o quanto que o processo de transição e tornar-se uma pessoa transmasculina é marcado por opressões, devido aos estereótipos negativos atribuídos à imagem do homem negro como perigosa.

Enquanto isso, o processo de buscar uma aproximação com a masculinidade hegemônica pode ser uma forma de ser melhor aceito na sociedade, uma vez que se beneficia das relações hierárquicas de poder que sustenta. Esse movimento pode ser visto na constante tentativa de aproximação da identidade hegemônica patriarcal do homem cis branco rico aceito socialmente nos padrões estéticos e produtivos. Sendo assim, a busca de masculinidade não-hegemônicas por representações e apropriações do ideal de masculinidade, acabam reproduzindo suas hierarquias simbólicas e materiais de identificação e de dominação.

Nessas hierarquias, nota-se uma fetichização pela hipervirilização¹⁸, na tentativa de legitimar um espaço dentro da hierarquia do patriarcado, e contra a percepção feminilizada de bicha. A constante busca por símbolos, imagens e representações que estejam associadas à lógica hegemônica, dentro da comunidade negra e LGBTI+, pode estar associado a uma busca de se enquadrar à norma para reduzir os efeitos negativos de estar associado ao grupo estigmatizado, e acaba por trazer o vírus normativo para dentro da comunidade que não se enquadra nesses moldes.

A importância de trabalhar com as masculinidades subordinadas, ou (não) hegemônicas, denota "reconhecer a possibilidade da democratização das relações de gênero e da abolição de desigualdades de poder, e não apenas a reprodução da hierarquia" (Connell & Messerschmidt, 2013, p. 272). Dialogando com uma perspectiva amefricana do norte aliada dos debates do sul, bell hooks, ativista e teórica feminista estadunidense, no seu livro *We Real*

¹⁸ A hipervirilização é compreendida: "série de estereótipos são vinculados aos corpos dos homens negros distorcendo seu porte físico (ultrarresistente), força (sobre-humana), moralidade (degenerada) e sexualidade (desenfreada)" (Restier, 2020, p.42). O autor demonstrou que o duelo viril opera tanto no campo físico quanto na moral, produzindo estereótipos negativos das masculinidades negras em relação à sexualidade, o corpo, a auto-imagem e as suas relações intersubjetivas.

Cool Men (2004), apontou sobre a importância das masculinidades se tornaram aliadas nas lutas feministas, utilizando o viés racial interseccional, reivindicando posicionamentos em prol da equidade de gênero mediante suas ausências nesses debates. A autora sinalizou nesta obra que os efeitos do patriarcado não impactam somente as mulheres, utilizando o conceito de patriarcado capitalista imperialista supremacista branco¹⁹, e reconhecendo seus efeitos nos diversos grupos sociais.

Com o entendimento de que a depender de suas categorias sociais da desigualdade, você apresenta um sistema de privilégios e de opressão dentro desta modalidade de patriarcado, vejo que a autora é bastante enfática na convocação dos homens negros para a luta em prol da equidade de gênero e dos efeitos negativos das opressões patriarcais. Retomando as críticas sobre a construção de corpos transmasculinos negros têm sobre a cis-heteronormatividade branca, Bruno Santana (2020) demonstra possíveis caminhos para a construção de outras formas de identidade e de masculinidade, e que muitas vezes os homens trans compartilham pautas com as lutas feministas e com as demandas de mulheres cis (legalização do aborto, combate ao machismo/misoginia/racismo, luta contra violência obstétrica, direito ao corpo, etc.).

Pensando nas experiências de mulheres cis na relação com patriarcado imperialista supremacista branco, acredito ser importante destacar as contribuições de feministas lésbicas negras, ladinas e periféricas, e suas contribuições na descolonização e representação das pautas políticas das mulheres não-brancas LGBTI+. Dorotea Gómez Grijalva, feminista lésbica guatemalteca, renuncia ao sistema patriarcal, racista e heterossexual numa perspectiva relacional e política pelas lesbianidades, identificando os corpos de mulheres lésbicas amefricanas como um território político atravessados pela lógica colonial (Grijalva, 2012).

Sendo assim, componentes de subjugação, alienação e desvalorização são localizados nas mulheres lésbicas, utilizando o corpo como um símbolo de luta e de resistência. Caterina Alessandra Rea, professora mestiça lésbica italiana, ao desenvolver discussões sobre o

¹⁹ O termo sinaliza que o patriarcado consiste em um sistema de poder que hierarquiza e opera opressões de formas distintas entre os gêneros: pelas expectativas sociais dos "papéis masculinos", pelas explorações de classes, pelos pensamentos colonizadores e pelo racismo. Sendo assim, a autora contribui para identificar opressões nos homens negros, enquanto reconhece a posição ainda mais desproporcional que as mulheres negras nos efeitos negativos desta modalidade de patriarcado.

pensamento lésbico e as lesbianidades juntamente com os debates das teorias e crítica *Queer of Color*, integrou discussões de mulheres lésbicas negras na renúncia dos rumos elitistas e reformistas do movimento LGBTI+: homonacionalistas, homonormativos e homoliberais (Rea, 2018). A busca pela justiça econômica e social, travada pelas lutas antirracistas e anticoloniais das lésbicas negras, juntamente com o potencial de diluição das fronteiras de sexualidade e de gênero, convidando a incluir o sexismo, o racismo, as LGBTI+fobias e outras formas de exclusão de gênero, sexualidade, classe e raça nas raízes das opressões.

Paola Bacchetta, professora mestiça lésbica estadunidense, também contribui com as pautas feministas de cor²⁰ e lésbicas, como relacionamento entre as identidades dissidentes, uso de *hijab* por mulheres de religiões muçulmanas, lesbianidade enquanto sistema político independente de homens, reconhecimento de opressões de mulheres negras lésbicas, e outras dinâmicas de poder (Bacchetta, 2015). A autora demonstrou sua preocupação em trazer elementos da história do movimento feministas negro lésbico para o debate, a fim de analisar as diferentes formas com que as dinâmicas de poder se operaram na interseccionalidade, a fim de desconstruir padrões impostos pelos movimentos LGBTI+ eurocentrados, brancos e homonacionalistas.

Ao abordar sobre os afetos da bixa preta, Lucas Veiga (2018; 2019) integra alguns conceitos fundamentais do sistema raça-gênero-classe, sinalizando as dificuldades de homens gays negros se integrarem na sociedade em que violências exercidas pelo homem-branco-hétero exerce um efeito duplo colonizador. E ao reconhecer essa dupla violência, o meu xará localiza esse afeto-diaspórico das bixas pretas tanto pela racialização de seus corpos, quanto pelas possibilidades de suas orientações sexuais distintas à heteronorma branca, sinalizando que ela pode acabar sendo suprimida para uma autopreservação, localizando o efeito duplo diaspórico do sentimento de não pertença.

Ao incorporar a experiência LGBTI+ às vivências da negritude, Prestes (2020) é bastante certa em sua crítica ao sistema hierárquico-punitivista em que vivemos, conectando algumas agendas de lutas: antimanicomial, antirracista, feminista e anticapitalista.

²⁰ Conceito empregado comumente utilizado pelas mulheres negras estadunidenses, para demarcar uma abordagem específica dentro do feminismo negro: as que se encontram nos Estados Unidos da América. Buscando respeitar seu contexto, opto por utilizar o termo aqui, e entendo que se refiram às mulheres racializadas como não-brancas.

Ela também nos convida a refletir sobre o racismo científico histórico presente nas Américas, que impediu a divulgação de trabalhos e uso de referências elaborados por pessoas negras nas mais variadas áreas de conhecimento, como o campo da saúde mental com os psiquiatras negros, o martinicano Frantz Fanon e o baiano Juliano Moreira. Ambos são referências de estudos do campo da psiquiatria e das relações raciais decoloniais, e ao historicizar pessoas negras e suas contribuições no campo da saúde mental, Prestes (2020) destaca a importância de valorizar produções de suas próprias regiões, incorporando saberes locais na produção de conhecimento, principalmente porque foram constantemente deixadas à margem do campo social e científico.

Apesar de contribuições de diversas frentes dos movimentos LGBTI+ e negro no processo de inquietação das pautas de suas identidades, ainda é necessário avançar com ações efetivas para freiar os efeitos negativos de práticas normativas das opressões propagadas. O Conselho Federal de Psicologia (CFP) reconhece que a "estigmatização que incorre em violação de direitos sexuais enquanto direitos humanos, como efeito de representações de inferiorização, patologização e mesmo de desumanização que recaem sobre sujeitos que estão em não conformidade com os estereótipos da cisheteronormatividade" (2021, p.2), reafirmando o seu compromisso de atenuar os efeitos negativos de pessoas LGBTI+.

Para auxiliar na discussão sobre diversidade corporal iniciada pelas relações de raça, gênero e sexualidade, destaco os Estudos da Deficiência, ancorados no modelo biopsicossocial, feminista, crítico e relacional da deficiência, deslocando a concepção de deficiência de uma lesão estrutural do corpo e/ou impedimento corporal para modos de interação e produção de intersubjetividades (Mello, Aydos & Schuch, 2022). Um de seus desdobramentos influenciou a teoria *crip*, que segundo McRuer (2021), recebeu do campo das deficiências, das teorias queer e dos estudos de gêneros/sexualidades na sua construção, demarcando uma articulação entre pessoas com deficiência e o movimento LGBTI+.

Mello (2016) enfatizou que uma aproximação do conceito *crip* para o português seria o aleijado, como uma resposta aos padrões da normalidade no campo dos corpos, gêneros e sexualidades, que criam corpos não desejados ou abjetos. Para a autora, o capacitismo corresponde a formas de discriminação contra pessoas com deficiência pelas expectativas de desempenho nas tarefas, nas funções ou nas expectativas sociais, influenciadas pelos modos produtivistas neoliberais, evidenciando uma não abertura às diversidades corporais. A

hierarquização dos padrões de funcionamento dos corpos pela corponormatividade²¹ acaba por enquadrar as pessoas com deficiência como se fossem inferiores, incompletas ou passíveis de reparação/reabilitação mecanicista (Mello & Nuernberg, 2012), sendo uma população em situação de violação de direitos.

E a partir disso, McRuer (2021) enfatizou que práticas de domesticação dos corpos ficam evidentes, consistindo em estratégias de controle e de disciplina sobre os corpos considerados desviantes, citando exemplos como a expectativa que se tem de pessoas estarem um relacionamento heterossexual ou preocupação somente reabilitação funcional numa lógica biomédica restrita a estruturas do corpo para pessoas com deficiência física. Isso demonstra a importância de garantir a efetivação participação de todas pessoas na sociedade, adequando eventuais barreiras ou dificuldades de participação às modalidades de acessibilidade e de apoio, como previsto na Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015).

2.4 A Interseccionalidade e as Opressões

A presença de mais de uma categoria dos marcadores sociais da desigualdade faz com que o debate sobre as perspectivas interseccionais²² venha à tona, conceito discutido por algumas referências do feminismo negro (Crenshaw, 1989; Ribeiro, 2018; Akotirene, 2019; Collins, 2019), que contribuem com a articulação dos conceitos de identidade e poder nas mais diversas categorias sociais, como é o caso de pessoas LGBTI+ e das mulheres negras, estas últimas como pioneiras no campo. A integração de discussões interseccionais que consideram raça, gênero, sexualidade, deficiência, território e classe, juntamente com críticas amefricanas contra o imperialismo, a colonialidade e o monopólio epistêmico traduzem uma possibilidade de articulação teórica cujos operadores analíticos em destaque estejam num

²¹ A Corponormatividade consiste em uma referência padrão para os corpos, que devem buscar atingir o seu ideal estético e produtivo, por um viés normativo da normalidade, hierarquizando as diferentes modalidades de corpos, como os com deficiência. Sendo assim, há uma forte invisibilização das deficiências, raças, gêneros e sexualidades, evidenciando atualização de opressões. Ver nota 15 sobre Capacidade Corporal Obrigatória.

²² “As perspectivas interseccionais surgem na década de 1990 no campo dos estudos de gênero, mais precisamente no marco teórico do feminismo negro. A reflexão sobre o cruzamento ou a intersecção (como a área compartilhada por diferentes conjuntos) entre gênero, raça e classe pautou os importantes debates que inauguraram o que hoje se convencionou chamar de feminismos interseccionais, desdobrando-se na análise de diversas outras categorias” (Díaz-Benítez & Mattos, 2019, p.67)

patamar de equidade, contribuindo de forma sistemática e entrecruzada para as discussões teórico-metodológicas.

É fundamental discutir o conceito de interseccionalidade (Crenshaw, 2004), que a partir da vivência das mulheres negras com o racismo e o sexismo, foram responsáveis por destacar como as múltiplas formas de opressões se combinam e promovem barreiras específicas para pessoas que compõem mais de uma categoria socialmente vulnerabilizadas. Alguns dos possíveis marcadores são: deficiência, raça, gênero, classe, orientação sexual, geração, nacionalidade, entre outros, valorizando essa perspectiva interseccional, que vejo como de grande importância para a sociedade, para a ciência e para o meu atual momento profissional e acadêmico.

Kimberly Crenshaw, professora negra estadunidense, foi pioneira na elaboração do conceito interseccionalidade, e a partir da tradução do conceito para o português em 2002, houve um maior entendimento sobre o seu alcance no Brasil, sendo pautada como uma:

forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p.177).

A interseccionalidade aparece enquanto um campo de análise idealizado pelas mulheres negras, e isso é de fundamental valia para os estudos feministas, em especial ao feminismo negro e ao decolonial. A importância de trazer as dificuldades encontradas pelas mulheres negras e/ou periféricas é imprescindível, sendo que foram elas que abriram as portas para conseguir ampliar essa análise para outros marcadores sociais da desigualdade, como de pessoas negras-LGBTI+.

Enquanto um conceito acadêmico, a interseccionalidade começou a se tornar mais popular no contexto de produção anglófona na década de 1970, principalmente pelo movimento feminista negro estadunidense, na busca de uma valorização da heterogeneidade das identidades, considerando suas vivências e formas de violências distintas. Sendo assim, é

um pensamento construído pelas mulheres negras em oposição ao feminismo liberal branco, ao considerar domínios de gênero, classe, raça, sexualidade e outros na composição de sua identidade e reconhecimento das assimetrias das opressões proporcionadas por esses operadores.

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (Bilge, 2009, p.70).

Deste modo, como a interseccionalidade parte do princípio de integrar diversas categorias analíticas no foco da discussão, e como cada uma delas integra o modo de interação no contexto social, sua sinergia faz com que eu também adote a posição de que não é possível estabelecer um "recorte", uma separação, um pensar essas categorias analiticamente separadas. Descolar certas identidades de outras categorias demonstra uma falta de abertura para considerar a complexidade de fenômenos psicossociais e da subjetividade (Akotirene, 2019), enquanto o cerne do pensamento interseccional está em integrar matrizes de opressões para compreender de que modo potencializa as dificuldades de acessos, barreiras e violências contra populações marginalizadas.

Ainda assim, cabe destacar que as abordagens interseccionais são das mais variadas, e possuem distinções nas formas de operar. A partir da forma com que são estabelecidos as relações de poder, a noção de diferença e grau de importância destinada para a agência das pessoas (Díaz-Benítez & Mattos, 2019). Isso auxilia a compreender tanto da perspectiva de escolhas teóricas, pensando nos caminhos que são considerados nas perspectivas interseccionais, como os contextos apresentados, vão regular as discussões sobre interseccionalidade, demonstrando que as categorias não podem ser pensadas a priori, porque elas encontram-se sempre em relação.

Um estudo sobre as vivências e cuidado em saúde de pessoas LGBTI+ em situação de rua na cidade de Florianópolis (Campos, Cardoso & Moretti-Pires, 2019), demonstrou que as pessoas negras-LGBTI+ em situação de rua apresentam uma estigmatização²³ que autoriza violências por serem negras, caracterizando um exemplo da opressão na região. Os autores reforçam que a realidade da população de rua é negra, pobre e de baixa escolaridade, e quando integrante da comunidade LGBTI+, apresenta os piores indicadores no acesso de serviços de saúde.

O impacto na saúde da pessoa negra-LGBTI+ catarinense fica evidente, de modo que a sua dificuldade de acesso, culmina em diversos desfechos negativos sobre o auto-cuidado e gestão de demandas terapêuticas para dar conta da integralidade em saúde. A subjetivação de pessoas que são negras, da comunidade LGBTI+ e em situação de rua, demonstra um nicho alvo de violências marcadas pelas opressões, devido às categorias que representa para causar desordem na norma.

"Analiticamente, é difícil determinar em detalhes o impacto específico tanto da 'raça' quanto do gênero, porque ambos estão sempre entrelaçados" (Kilomba, 2019, p.94). Ao dar uma inteligibilidade para conceitos analíticos de modo integrado, há diversas maneiras de observar os fenômenos psicossociais que ocorrem, seja na manutenção desse modo de funcionamento, na (re)distribuição do poder e/ou na produção de vias de hierarquização de grupos humanos, coloca dentro das diferença (identidade, subjetividade, relações sociais e experiências) um espaço para que as desigualdades apareçam, estabelecendo formas de viabilizar uma luta política.

Grada Kilomba, psicóloga negra portuguesa, apresenta os tensionamentos na interação entre racismo e sexismo, por levar em consideração as construções racistas nas relações de gênero (e vice-versa), produzindo o racismo genderizado, cujos efeitos se traduzem na opressão, conforme descrita por mulheres negras, ao denunciar suas violências através de suas

²³ O estigma como ameaça à identidade é uma ampla área de estudos, destacando seus efeitos em populações-alvo ao mediar a extensão de como as outras pessoas a enxergam, além de suas próprias interpretações nos espaços de interações sociais e contextos cotidianos (Major & O'Brien, 2005). As autoras incluem um modelo de ameaça identitária do estigma, onde uma identidade social desvalorizada (estigma) aumenta as chances de estressores (eventos de ameaça à identidade), a depender das vivências, do tipo de exposição à cultura dominante, do relacionamento com instituições, da consciência sobre o estigma, do grau de identificação com o grupo estigmatizado e com as áreas lidas como negativas.

próprias experiências (Kilomba, 2019). Articulando concepções sobre raça, gênero e estética, ela evidenciou que as políticas de identidade e do racismo são mediadas por práticas discursivas de subjugação. “O mito da mulher negra disponível, o homem negro infantilizado, a mulher muçulmana oprimida, o homem muçulmano agressivo, bem como o mito da mulher branca emancipada ou do homem branco liberal são exemplos de como as construções de gênero e raça interagem” (Kilomba, 2019, p.94).

Em seu célebre livro, *Memórias de Plantation*²⁴: Episódios de Racismo Cotidiano, Kilomba discorreu sobre as políticas de dominação da escravidão, do racismo e do colonialismo são fontes de trauma para a população negra, e o acúmulo de situações violentas são responsáveis por impactos psíquicos importantes (Kilomba, 2019). Enquadrando o projeto político secular de dominação de pessoas negras pelo imperialismo e pelas grandes navegações como “holocausto africano” (p.162), ela frisou o processo traumático destinado à população negra pelos mecanismos políticos de discriminação racial, culminando em um processo de negação da própria subjetividade. Como ela representa aquilo o que as pessoas brancas não queriam parecer, a autora apresenta a noção de Outridade, a partir das construções da branquitude, que fazem da população negra a Outra do branco, auxiliando na manutenção de lugares e funções desempenhadas pelas raças na sociedade.

Para a autora, a escrita representa um ato político, e as suas escrevivências de situações de racismo e do sexismo na subjetivação de mulheres negras, tratadas como a Outra do Outro pela lógica de dominação (duplamente Outra), evidencia as condições de poder, de honra e de orgulho por um lado, e de subordinação, da desonra e da vergonha do outro, provenientes da relação de poder estabelecida entre senhor e escrava. Kilomba destacou a importância de um processo de descolonização do Eu, de modo a efetuar um enfrentamento às práticas de dominação racista e sexista que produzem opressões.

²⁴ “A ideia de plantação é, além disso, a lembrança história coletiva de opressão racial, insultos, humilhação e dor, uma história que é animada através do que chamo de episódios de racismo cotidiano” (Kilomba, 2019, p.213). O *plantation* corresponde a uma modalidade de dominação colonial, responsável pelo extrativismo mercantil de matérias primas de colônias, com o uso da força de mão de obra escrava. Foi bastante presente no sul dos Estados Unidos da América, assim como do Brasil.

Como o racismo cotidiano é invasivo, é o estabelecimento de limites que leva à própria descolonização, não a explicação. Enquanto se explica incessantemente, o sujeito negro expande suas fronteiras em vez de estabelecer novas. Para alcançar um novo papel de igualdade, é preciso também colocar-se fora da dinâmica colonial; isto é, é preciso despedir-se daquele lugar de Outridade. Portanto, é uma tarefa importante para o sujeito negro despedir-se da fantasia de ter se explicar ao mundo branco (Kilomba, 2019, p.230).

A lógica familiar nuclear eurocêntrica produz seres generificados e racializados, cujos efeitos são reguladores de ideais e relações, e a interseccionalidade aparece enquanto um conceito possível para questionar esses modelos hegemônicos de analisar as categorias dentro dos estudos críticos de raça e gênero. Oyèrónké Oyèwùmí, socióloga negra nigeriana, discorreu sobre como as relações de gênero e de raça dentro das comunidades africanas destoam das expectativas ocidentais, causando um deslocamento da compreensão ocidentalizadas sobre os conceitos (Oyèwùmí, 2004). Desta maneira, a professora tensiona o cânone do feminismo, destacando que experiências em África promovem outras modalidades de relações sociais que não compactuam com as imposições das opressões do patriarcado branco, hétero, cristão, ocidental.

A autora discorreu sobre sua crítica à lógica colonial na construção das relações de gênero, relações familiares e da de cuidado, que fogem à expectativa da lógica individualista, doméstica e familiarista. Para Oyèwùmí (2004) a lógica heterossexual ocidental de estabelecimento de relações sociais e afetivas distorce as possibilidades de categorias sociais, retomando diversas críticas à divisão sexual e racial do trabalho e das funções domésticas em função do gênero, e sua incompatibilidade com certas relações sociais africanas.

“Metodologicamente, a unidade de análise é o lar da família nuclear, o que, teoricamente, então, reduz a mulher à esposa. Porque raça e classe não são normalmente variáveis na família, faz sentido que o feminismo branco, que está preso na família, não veja raça ou classe” (Oyèwùmí, 2004, p.5). A autora evidencia todo um aparato simbólico, social e cultural da construção do gênero na sociedade africana, que oportuniza formas de desestabilizar os sistemas de hierarquia decorrentes do imperialismo e da colonização, que

enquadra as mulheres dentro dos limites do domicílio e da família nuclear, em uma lógica de esfera privada, branca e classista de subordinação de mulheres.

Citando como exemplo a família Iorubá, Oyèrónké vai tensionando a lógica patriarcal imperialista branca das relações familiares, discorrendo sobre como as crianças não são generificadas em um aparato binário de gênero ao nascimento, e que as categorias de classificação dentro de uma família são estabelecidas pela geração: ordem de nascimento (linhagem) e quem entrou pela instituição do casamento (Oyèwumí, 2004). Ela explica que isso ocorre porque “o princípio organizador fundamental no seio da família é antiguidade baseada na idade relativa, e não de gênero, as categorias de parentesco codificam antiguidade, e não gênero” (p.6).

O pensamento de Oyèrónké Oyèwumí também lança um olhar de questionamento para abrir espaço para as múltiplas formas de opressão entrarem no debate, destacando as desigualdades entre raça, gênero e classe como fontes primárias de violência dentro do ambiente familiar nuclear ocidental. “Por que gênero? Em que medida uma análise de gênero revela ou oculta outras formas de opressão? As situações de quais mulheres são bem teorizadas pelos estudos feministas? E de que grupos de mulheres em particular?” (Oyèwumí, 2004, p.3).

Crenshaw (2002) apresentou o termo "opressões" em seu trabalho, sinalizando processos dinâmicos e/ou ativos desempoderamento, citando como exemplo a violência contra mulheres baseada em sua raça/etnia (estupros coloniais e corretivos; propagandas sexualizadas de mulheres negras; linchamentos de homens negros; discriminação no ambiente de trabalho e de educação; sub-representação em espaços políticos e de tomada de decisão). Partindo do pressuposto da variedade de categorias para serem pensadas interseccionalmente, opto por utilizar a categoria de opressões neste trabalho para validar as modalidades de violências que são destinadas às pessoas negras-LGBTI+.

Patricia Hill Collins, professora de sociologia negra estadunidense, trouxe mais alguns elementos para a compreensão das opressões, destacando que as ações em rede entre economia, política e ideologia embasam um sistema de controle social bastante efetivo para suprimir a experiência de pessoas negras (Collins, 2019). Para a autora, essa rede corresponde

ao campo econômico, com destaque para a exploração do trabalho como fundante dos Estados-Nação na modernidade; à parcela política, com privações nos acessos aos direitos em instituições e na vida pública; e ao domínio ideológico, com práticas sociais discriminatórias e estigmatizantes com base em estereótipos negativos.

A opressão é um termo que descreve qualquer situação injusta em que, sistematicamente e por um longo período, um grupo nega a outro grupo o acesso aos recursos da sociedade. Raça, classe, gênero, sexualidade, nação, idade e etnia, entre outras, constituem as principais formas de opressão nos Estados Unidos (Collins, 2019, p. 33).

Com o auxílio de identificar contextos de violência, pautar a interseccionalidade consiste em uma ferramenta de resistência, principalmente dos grupos historicamente vulnerabilizados, marginalizados e injustiçados, utilizando as relações raciais e de gênero como base. Apesar da autora retratar as vivências do Estados Unidos da América, é possível compreender que as violências descritas ocorrem à sua maneira no Brasil, já que as opressões de raça-gênero-sexualidade são recorrentes na população negra, sejam homens, mulheres, jovens, LGBTI+ (Grupo Gay da Bahia, 2019; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019). Refletir sobre as modalidades de resistência é essencial, contribuindo para a construção de espaços seguros, que versam sobre informações críticas sobre letramento racial, equidade de gênero, luta anticapacitista e outras pautas interseccionais, avançando em estratégias adequadas à realidade da população.

A identificação de fatores similares entre pessoas negras-LGBTI+ traduzem experiências compartilhadas pela própria condição de negritude-LGBTI+. Vilma Piedade (2016) aproxima o conceito de diáspora nas relações étnico-raciais, situando as afro-diásporas como sistemas de fugas, lutas e disseminação de povos africanos ao redor do mundo, unificando experiências subjetivas da dororidade. Ela compreende que a dor compartilhada entre a população negra pelas práticas de dominação do racismo como uma fonte de potência, tendo o quilombamento enquanto prática de organização coletiva que há séculos encontra formas de resistência ao sistema colonial, criando um novo senso de coletividade e possibilidades para a negritude.

Isso demonstra a importância das ciências psicológicas em buscarem cada vez mais o compromisso de travar debates racializados sobre os fenômenos psicossociais, principalmente por nosso país ter mais tempo sob regime do sistema escravocrata (colonialismo) do que dentro do mito da democracia racial que ainda vivemos (colonialidade). Entendo que correspondem a momentos distintos, mas ambos são ancorados em atitudes xenoracistas (Masocha & Simpson, 2011) de dominações expressivas que modulam hierarquizações sobre corpos que desafiam a norma com todas suas cores, sejam elas brancas, coloridas ou escuras.

2.5 Contextualizando a Grande Florianópolis: Perspectivas Territoriais

Falar sobre a Grande Florianópolis, consiste em considerar um contexto territorial bastante específico, pensando no processo de históricos, sociais, culturais e políticos que estão associados à região. Com auxílio de produções sobre esse contexto, é importante destacar certas construções que impactam à dinâmica da realidade dessa localidade, refletindo sobre a sua historiografia e o impacto que deve na construção das identidades e das opressões.

Trazendo o debate decolonial e interseccional de pessoas negras-LGBTI+, proponho uma reflexão crítica sobre o espaço da Grande Florianópolis, de modo a mediar com auxílio da literatura, informações fundamentais para compreensão de suas relações de poder. Utilizando as perspectivas teóricas trabalhadas anteriormente, proponho um modo de buscar uma descolonização da ilha, identificando alguns elementos sobre a sua construção das tensões de raça e de gênero/sexualidade.

A escolha de colonizar este território não ocorreu por acaso, tendo em vista a sua localização estratégica entre o estado de São Paulo e o extremo sul do país (Silva, Muller & Silveira, 2018), que à época representava uma grande rota de interesse econômico. Essas pessoas autoras discutiram o quanto que a presença de Santa Catarina nas diásporas africanas e nas migrações posteriores convidam a refletir sobre a importância das pessoas negras na elevação da qualidade de vida e na construção do estado, em detrimento de desqualificações e invisibilizações produzidos contra grupos não-brancos na historicização na região catarinense.

Com auxílio de campos dentro das Humanidades, como a História e a Antropologia, tenciona-se a ideia de que não existem, ou nunca existiram, pessoas negras em Florianópolis,

devido a essa predominância narrativa do sul Brasil ser europeu e branco. "Nossa ideia é de que a história de Florianópolis, branca, europeizada, mais tarde açoriana, colonizou a memória de Desterro, portuguesa, oitocentista e profundamente marcada pela presença africana" (Cardoso, 2004, p.19).

Ilka Boaventura Leite, socióloga negra catarinense, discutiu em "Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e Territorialidade", que a invisibilização da população negra na representatividade social e política da região é associada à baixa proporção em relação ao total de pessoas no território catarinense, combinado com políticas racistas de segregação e falta de oportunidades de trabalho, moradia e acesso a serviços. "Esse quadro assegurou para Santa Catarina, no cenário nacional, a imagem não apenas de "Estado branco", mas de "uma Europa incrustada no Brasil", de "superioridade racial", de "desenvolvimento e progresso" (Leite, 1996, p.38).

"A construção dos estereótipos negativos relacionados ao fenótipo negro traduz, em grande medida, as significações corporificadas sobre a concepção de pertencimento local" (Maia, 2018, p. 58). Cauane Gabriel Azevedo Maia, antropóloga negra baiana, apresentou em sua dissertação de mestrado as escrituras de vozes das mulheres negras na cidade de Florianópolis, em especial no Morro da Caixa/Monte Serrat, buscando assim como Ilka, subverter a lógica da ausência de pessoas negras na região ao incorporar as vivências de mulheres negras faveladas.

Em seu capítulo "Em Floripa Não Tem Negros" (Maia, 2018), ela apontou para um discurso presente em Santa Catarina que utiliza como base o reconhecimento fenotípico das pessoas para identificar o seu pertencimento ou não à região. Ou seja, pessoas brancas costumam ser vistas como dignas de serem catarinenses, enquanto pessoas não-brancas são vistas como forasteiras, as Outras e apartadas da cultura local. A estratificação social também foi identificada a partir da disparidade racial entre as pessoas brancas e as negras, definindo as concepções sobre essas diferenças, com a procedência e o pertencimento das pessoas, para efetuar uma classificação racial da sociedade.

Em termos de invisibilização, Ilka destacou que corresponde a um processo que busca banir as pessoas negras da sociedade: não é que a pessoa negra não é vista, mas a condição

pela qual é percebida é como de não existente (Leite, 1996). Ela associa esse fato à política do embranquecimento, marcada pela autorização das migrações europeias no período pós-escravidão e do uso de sua força laboral, intelectual e política como imigrante europeu na realidade catarinense, como uma das formas de marginalizar a população negra da região e privilegiar a população branca.

"O menor número de africanos cativos em terras catarinenses é interpretado como não dependência dessa mão de obra escravizada. A invisibilização da efetiva contribuição dos negros e a ênfase na ausência negra em terras catarinenses são os elementos identificados na literatura científica" (Maia, 2018, p.73). Cauane reconhece os efeitos negativos da falta de representatividade e do apagamento de pessoas negras em Florianópolis, principalmente as mulheres negras, e efetua um debate racial digno de reconhecimento, fazendo enfrentamento interseccional à lógica racista-gendrada que ocorre na região de Santa Catarina, demonstrando nuances da violência na região.

A política migratória brasileira no período pós-escravidão formal representou uma grande virada no tratamento das relações raciais brasileiras, principalmente ligadas as políticas de embranquecimento populacional da época, sustentada pelo racismo científico (Silva, Muller & Silveira, 2018). Elas seguem destacando que nacionalidades europeias diversas como alemã, italiana, portuguesa, austríaca, polonesa, entre outras, foram se fixando na região, ao mesmo tempo em que marginalizavam pessoas não-brancas, principalmente pessoas negras e indígenas, caracterizando uma invisibilização social e historiográfica que negam a sua existência e todas as suas contribuições no desenvolvimento do estado de Santa Catarina.

Não obstante, ao versar sobre os novos padrões migratórios no século XXI, as autoras sinalizam diversas influências que modulam esse interesse de pessoas africanas, pessoas negras e pessoas das mais distintas nacionalidades e regiões a buscarem (ou não) Santa Catarina como um destino possível para suas migrações. Dentre eles, são: os megaeventos da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016; o prolongamento das condições de invisibilização da comunidade negra na historiografia de Santa Catarina; a qualidade de vida elevada; a flexibilização de migração para certas nacionalidades; a forte exclusão social e a violação de direitos humanos (vistas nos casos de injúria racial, racismo e xenofobia); a

competitividade econômica; e o atraso na formulação de políticas públicas e a omissão do poder público sobre a pauta migratória, o que evidencia as novas influências nas rotas de trânsito das identidades negras na região, com suas dificuldades atualizadas na realidade catarinense contemporânea (Silva, Muller & Silveira, 2018).

Entretanto, é notório diferenciar que os trânsitos realizados entre grupos étnico-raciais distintos. Para elucidar essas diferenças nas viagens, retomo as experiências do Atlântico Negro de Paul Gilroy (2012), sociólogo negro inglês, que integra os estudos de identidades raciais e de culturas políticas, demonstrando assimetrias nas viagens entre essas identidades: o imperialismo e o expansionismo europeu, com práticas de dominação e possibilidade de circulação por lazer; e as populações africanas saqueadas de seus territórios e impostas a trânsitos compulsórios.

Eles são particularmente importantes na história do Atlântico Negro, onde movimento, reterritorialização, deslocamento e inquietação constituem mais normas do que exceções, onde, como já vimos, existem longas histórias de associação entre a autoexploração e exploração de novos território e diferenças culturais existentes entre e intragrupos que passam a ser chamados de raça (Gilroy, 2001, p.260).

Alguns dados dos fatores sociais presentes na história do sul do Brasil são: a região com o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país; apresenta desigualdades extremas entre a sua população; avanços de governos de extrema-direita à nível municipal e estadual; extermínio da população negra devido às Guerras do Paraguai (1864-1870) e Farrapos (1835-1845); condições de vida precárias de pessoas negras escravizadas; falta de suporte social e incorporação no mercado de trabalho após a suposta abolição da escravidão²⁵ (Nardi & Costa, 2020).

Dentro do racismo cotidiano da região do sul do Brasil, e Costa (2020) destacam: maiores índices de violência urbana contra juventude negra; mulheres negras morrem mais do

²⁵ Comumente é ensinado que a abolição da escravatura brasileira ocorreu em 13 de Maio de 1888 pela Princesa Isabel com a Lei Áurea. Entretanto, a realidade aponta para uma falta de assistência, legislações e políticas públicas para auxiliar a população negra "liberta". Muito pelo contrário, sofreram amplamente com novas formas de controle: submissão a servidões laborais com péssimas condições de trabalho, proibição e criminalização de manifestações artísticas e culturais afro-descendentes, impedimento de casamento e de relação sexual com pessoas de raças diferentes, entre outros modos atualização das formas de dominação (Paulino & Oliveira, 2020).

que as brancas; expectativa de vida e mortalidade infantil com índices piores para população negra; rendimento econômico de pessoas negras inferior às brancas; preconceito de gênero/sexualidade no ambiente universitário.

Os autores também abordam regulações federais, estaduais e municipais que auxiliam no combate à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, que apesar de serem constantemente desarticuladas por ações políticas da extrema-direita, são previstas no país, no estado de Santa Catarina e na cidade de Florianópolis: ações do Brasil sem Homofobia (federal); criação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (federal); uso do nome social em espaços públicos (federal); penalidade de discriminação sexual (estadual); dia estadual de combate à homofobia e à discriminação da orientação sexual (estadual); reconhecimento da liberdade de manifestação sexual (municipal); dia do orgulho gay e da consciência homossexual (municipal); selo da diversidade sexual para combater a discriminação sexual no ambiente de trabalho (municipal).

3 NARRATIVAS METODOLÓGICAS: SISTEMATIZANDO CAMINHADAS

Durante o processo de construção da dissertação, existem diversos caminhos metodológicos de pesquisa, que podem levar para diferentes modos de observar os fenômenos. Sendo assim, a escolha aqui foi a pesquisa qualitativa, de análise narrativa, embasados nos referenciais teóricos e processos de pesquisar alinhados ao construcionismo social e aos estudos feministas pós-estruturalistas, promovendo uma articulação pela perspectiva construcionista, com os desdobramentos do feminismo negro, as interseccionalidades e o movimento LGBTI+.

Efetuar essas escolhas metodológicas refletem a minha implicação enquanto pessoa ativa processo de pesquisar, uma vez que as possibilidades de investigar fenômenos demandam posicionamentos em relação aos métodos empregados, assim como a visão de ciência que se sustenta. Sendo assim, refletir sobre os caminhos epistemológicos torna-se fundamental, compreendendo que nossas escolhas metodológicas carregam ideologias que influenciam olhares sobre a pesquisa. “Não há múltiplas formas de coletas de dados e, sim,

múltiplas maneiras de conversar com socialidades e materialidades em que buscamos entrecruzá-las, juntando os fragmentos para ampliar as vozes, argumentos e possibilidade presentes” (SPINK, 2003, p.37).

Durante as minhas caminhadas teóricas em Psicologia, aproximei-me dos pressupostos do pensamento sistêmico e do construcionismo, como formas de compreensão das concepções de produção de saber científico. Em seu livro *Pensamento Sistêmico: o Novo Paradigma da Ciência* (2013), Maria José Esteves de Vasconcellos, terapeuta sistêmica branca mineira, estabelece uma evidente distinção entre as bases da ciência moderna tradicional, distinguindo-a da ciência novo-paradigmática emergente do campo sistêmico.

O paradigma tradicional da ciência se encontra ancorado no pressuposto da simplicidade, que objetiva separar o mundo em partes, elementos simples para se entender o todo, buscando relações causais lineares pela simplificação; o pressuposto da estabilidade, entendendo como os fenômenos funcionam de modo previsível, reversível e controlável (regularidade); e o pressuposto da objetividade, que busca conhecer objetivamente o mundo, sem a interferência da subjetividade da cientista (Vasconcellos, 2013).

A autora foi responsável por reunir uma série de valores, entendimentos e propostas dentro do campo científico moderno clássico: representação da realidade; verificação empírica, uso da racionalidade; estabilidade do mundo ordenado; controle e controlabilidade; observadores independentes e relatório impessoal; subjetividade entre parênteses; classificação e explicação; leis gerais e verdade; para citar algumas. Resgatar essa concepção da ciência moderna corresponde ao berço ideológico para a construção e manutenção de distintos campos de conhecimento científico, como as Humanidades e a Psicologia.

As ciências humanas tentaram adotar o procedimento positivista, que vinha sendo tão fértil no campo das ciências naturais, buscando também o status da ciência. Foi o próprio Comte que criou o termo sociologia para se referir a essa ciência da sociedade humana, que deveria seguir o exemplo das demais ciências positivas e se desenvolver como uma “física social” (Vasconcellos, 2013, p.96).

A aproximação das ciências humanas com a Filosofia, entendida como campo de elaboração de teorias no pensamento positivista, fez com que houvesse um deslocamento entre o entendimento do objeto de estudo da natureza para o ser humano: assim, os fenômenos humanos são de ordem subjetiva, ficando alheios aos métodos modernos de obtenção da objetividade, como descrita nos fenômenos naturais (Vasconcellos, 2013). A autora destaca a construção social da ciência, demonstrando que as bases do pensamento moderno da ciência promove uma forma de compreensão de fenômenos.

Em oposição ao pensamento clássico de ciência, Vasconcellos (2013) destacou três dimensões para tensionar com os paradigmas tradicionais: o pressuposto da complexidade, que desmonta a lógica da simplificação ao versar sobre a complexidade do mundo em diferentes níveis para contextualização de fenômenos, validando sua causalidade recursiva; o pressuposto de instabilidade, pautado na lógica de indeterminação e imprevisibilidade dos fenômenos, evidenciando sua irreversibilidade e incontrolabilidade; e o pressuposto da intersubjetividade, demonstrando o que a ciência é uma construção social, com distintas formas de analisar a realidade pelos distintos domínios linguísticos explicativos.

A autora salienta que os ganhos previstos nesta nova modalidade de pensar e fazer ciência contribui na contextualização do fenômeno, de modo a ampliar o foco e identificá-lo dentro de suas relações intrassistêmicas e intersistêmicas, observando uma teia de fenômenos interligados, demonstrando a complexidade do sistema (Vasconcellos, 2013). Ela também corresponsabiliza as implicadas da relação construída durante o ato de pesquisar, devido a intersubjetividade encontrada em quem co-constrói ativamente o sistema.

3.1 Pesquisando com a Interseccionalidade e o Construcionismo Social

Utilizar uma metodologia feminista de análise interseccional de narrativas consiste em trazer discussões dentro do campo das experiências da interseccionalidade, com destaque para os feminismos negros e decoloniais, de modo que não se proponha para universalizar vivências, mas localizar formas de agência dentro do campo político, histórico e cultural. A interseccionalidade permite uma postura crítica e reflexiva sobre processos sociais desiguais

que afetam diversas categorias sociais de modo desproporcional, com destaque para raça-gênero-classe, denunciando os efeitos negativos violentas das opressões sobre seus corpos.

Para integrar a interseccionalidade enquanto uma perspectiva metodologia, deve se considerar a elaboração de categorias, perspectivas analíticas e compreensão das relações de poder que não sejam essencialistas. A interseccionalidade enquanto em uma trama organizava de matrizes, que permitem a visualização de fenômenos por múltiplos prismas, recombina interpretações da sociedade em contextos sociais, culturais e históricos. Esse campo permite que haja uma construção singular dos caminhos de pesquisar as experiências de opressão, evitando a produção de verdades universais que compartilham do efeito normativos da hegemonia da pesquisa.

Sendo assim, a pesquisa interseccional incorpora narrativas de si, referenciais de movimentos sociais, da literatura e de fontes consideradas de menos relevância científica, adotando estilos da escrita que se distanciam de padrões normativos da produção científica (Díaz-Benítez & Mattos, 2019). O reposicionamento na disputa pela construção de problemas de pesquisa, à enunciação e à autodeterminação de quem pesquisa demarca um grande potencial de se pesquisar narrativas juntamente com a interseccionalidade, resistindo a qualquer enunciado que produzam uma essência de uma categoria social.

“O que é mais importante, uma lista de pontos a serem verificados para determinadas a validade do método ou uma disponibilidade para o diálogo?” (SPINK, 2008, p.76). Essa provocação convida para refletir sobre as escolhas dos caminhos epistemológicos, demarcando que a forma com que escolhemos observar e interpretar os fenômenos são feitas a todo momento pelas pesquisas ao redor do mundo, e impactam no processo de entendimento do fazer-pesquisar.

Costa (2012) destacou que o Construcionismo Social é uma área que valoriza a narrativa de participantes, suas experiências e suas falas, denotando um processo social dinâmico rico, cuja perspectiva dialógica demonstra teias de sentidos, pensamentos e heranças sociais e culturais. Cardoso e Beiras (2017) indicam a potência dentro do Construcionismo Social para tecer críticas às verdades únicas e especialistas, para valorizar as especificidades históricas, relacionais e culturais do conhecimento, para destacar o quanto é alicerçado nos

processos sociais e nos padrões de relacionamentos, evidenciando seu caráter narrativo e relacional.

Algumas premissas do Construcionismo Social são: a experiência de mundo não determina por si só como ele é compreendido; os termos que utilizamos são construções socialmente compartilhadas entre as pessoas; processos sociais influenciam as formas de entendimento sobre os fenômenos durante o tempo; a negociação das formas de entendimento são fundamentais para a vida social, uma vez conectadas entre as atividades das pessoas (Gergen, 2009). Sendo assim, o Construcionismo Social também declara seu antagonismo à ciência moderna positivista, cujo modelo tradicional de busca de verdades universais dá espaço às complexidades dos fenômenos, em que aspectos intersubjetivos são valorizados na produção de sentidos sobre si e sobre o mundo.

O Construcionismo Social articula-se com Psicologia Social, conforme ilustraram Mélo, Silva, Lima e Di Paolo (2007), em que a importância de compreensão da realidade passa por ações cotidianas mediadas pela linguagem, com construção, manutenção e mudanças das interações sociais. Ou seja, um olhar construcionista não busca objetificar de modo representacionista a realidade, e sim contribuir com diversas formas de se observar um mesmo fenômeno.

As psicólogas e os psicólogos deveriam aprender que é imprescindível pensar no contexto, no político que deriva do social e se imiscui no psíquico: generalizações geralmente não funcionam adequadamente em situações particulares, o que responde às demandas das nações centrais para o capitalismo pós-industriais, costumam não atender à nossa realidade altamente segregada e desigual (Jesus, 2015, p.215).

Minayo (2012) salientou sobre a importância do processo de compreensão crítica da realidade nas pesquisas qualitativas, de modo a destacar a singularidade de cada uma, valorizando suas experiências, a forma com que interage com as pessoas e o seu contexto, facilitando um dimensionamento sobre a sua própria realidade. A produção de sentido em relação aos campo-temas não é visto como algo dado, tampouco automático, estando em constante disputa e negociação na processualidade, na materialidade e nos encontros

intersubjetivos. “Nos mesmos moldes, a internet, documentos, artefatos de todos os tipos podem também ser partes do campo, maneiras de aumentar a nossa capacidade de diálogo” (Spink, 2003, p.32).

Mara Viveros Vigoya, antropóloga negra colombiana, abordando sobre sexualização da raça e racialização da sexualidade, aproxima os dispositivos do racismo, classismo e heterossexismo entre si a partir da forma como operam, considerando a naturalização; racialização do outro; e uso da natureza/cultura (Viveros, 2008). A autora discute as nuances das experiências de pessoas negras-LGBTI+ na região da Colômbia, em que as ambiguidades e tensões dos sujeitos nas posições subordinadas fazem com que a sexualidade e o desejo em contextos racializados seja marcados por estereótipos que produzem impactos negativos.

Deste modo, alinhado com as perspectivas interseccionais, o modo de pesquisar durante essa pesquisa foi pautado que pensar os sentidos da violência devem considerar o contexto, que será primordial na identificação da opressão e na compreensão do encontro racista-LGBTI+fóbico. Como o meio social produz diversas percepções sobre o poder, a escolha de análise será realizada com auxílio da Análise Temática.

3.2 Análise Temática: Compreensão de Narrativas

As narrativas são infinitas em sua variedade, e nós as encontramos em todo lugar. Parece existir todas as formas de vida humana uma necessidade de contar; contar histórias é uma forma elementar de comunicação humana e, independentemente do desempenho da linguagem estratificada, é uma capacidade universal. Através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social. Contar histórias implica estados intencionais que aliviam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana (Jovchelovitch & Bauer, p.91).

Spink (2003) nos convida a refletir sobre o conjunto de vetores que ampliam as possibilidades de um campo-tema para além dos limites ou das fronteiras, localizando na

matriz o ponto de encontro entre as narrativas: quem fala, o que se fala, como se fala, onde se fala, para quem se fala, caracterizando a materialidade das relações sociais e intersubjetivas. Benjamin (1975) ao versar sobre as narrativas, associa-na como uma grande ferramenta para captar a transmissão de experiências intersubjetivas que as pessoas apresentam sobre o mundo, uma forma artesanal de comunicação pela linguagem, que viabiliza complexificar a busca de informações de um determinado fenômeno, contextualizando-a nas histórias de vida.

Como se pretende analisar contextos de narrativas nas dinâmicas cotidianas e institucionais, não se pretende aqui esgotar o debate dentro do campo do Construcionismo Social, mas possibilitar mostrar caminhos possíveis de se trabalhar com os fenômenos de pesquisa nessa modalidade. Ao abordar sobre narrativas e identidades de pessoas negras-LGBTI+, algumas pistas sobre como elas costumam pautar elementos identitários e de categorias sociais, situando o interesse da análise narrativa pelos posicionamentos, pelas possibilidades e pelos alinhamentos que são socialmente construídos dentro de um contexto (Bastos & Biar, 2015).

As narrativas são fortemente abordadas dentro da linguística, além da pesquisa qualitativa, tendo como aspecto central dentro do conceito de narrativa a necessidade de contextualizar o processo de pesquisar, e que suas descrições sejam capazes de produzir análises implicadas com o campo. O Quadro 1 destaca os principais passos para realizar as entrevistas narrativas, que auxiliou no processo da condução das entrevistas.

O trabalho com a perspectiva de narrativas, para Gibbs (2009), corresponde a valorizar histórias que qualificam as experiências, contribuindo para o desenvolvimento das identidades. Deste modo, coloco-me como interessado na qualificação das histórias e trajetórias de pessoas negras-LGBTI+ na região da Grande Florianópolis, com a visão de que ao dar foco para as produções de suas opressões, há uma possibilidade para reflexões transformadoras da sociedade.

Quadro 1

Fases e Consignas das Entrevistas Narrativas (Jovchelovich & Bauer, 2002)

FASE	CONSIGNA
1. Preparação	Momento de criar familiaridade com o campo de estudo, definir tema e objetivos, perspectivas teóricas e método, público participante, construção de perguntas disparadoras
2. Iniciação	Com o consentimento para gravação da entrevista, o contexto da pesquisa e da entrevista é explicado em termos gerais, com introdução ao tema para iniciar o processo de narração.
3. Narração Central	Efetuar escuta ativa da narração, promover estímulos para continuidade da narrativa
4. Fase de Perguntas	Momento de explorar a narrativa, detalhando algumas histórias e incentivando temas associados
4. Fase Conclusiva	Encerramento da gravação, situação descontraída e comentários informais.

Dentro do campo das análises narrativas existe uma diversidade de abordagens, desde as mais estruturais com sequenciamento discursivo das orações em ordem cronológica (Labov & Waletzky, 1967; Labov, 1972) e outras mais críticas sobre os modelos hegemônicos representacionista das narrativas, incluindo discussões de semânticas e visões complexas da construção da realidade (Bruner, 1990; Linde, 1993; Mishler, 1999). Bastos e Biar (2015) destacam a análise narrativa como uma ferramenta útil para: facilitar diálogos entre diversas áreas do saber; incluir falas de diversos atores sociais em diferentes contextos; ampliar o discurso narrativo como prática social de construção da realidade; diminuir o risco de delinear as identidades de modo estereotipado. Sanches-Justo et al. (2010) demarcam interações entre análise narrativa e o construcionismo social, em que as narrativas sejam responsáveis por traduzir uma linguagem que incorpora e traduz aspectos da socialização em sociedade, tanto produto quanto produtora de sentidos.

A análise temática de Riessman (1993), consiste em um método de análise de pesquisa qualitativa que busca identificar e interpretar temas e padrões subjacentes a um conjunto de informações de dados textuais, como entrevistas, narrativas ou outros materiais. Ela costuma ser utilizada para uma compreensão aprofundada de significados e experiências das pessoas

entrevistadas. Para a sua execução, é possível tornar o processo flexível e dinâmica, mediante as habilidades de interpretação ao manipular os dados coletados.

De modo a compreender sobre os conteúdos presentes dentro das narrativas comunitárias, Riessman (2008) examina “o que o texto disse”, “por que o disse” e “para quem o disse”, em que as histórias compartilhadas durante a entrevista ganharam centralidade neste momento da investigação e análise. Sendo uma pessoa negra-LGBTI+ que também já viveu situações de opressão na região, acredito que destacar as narrativas a partir da relação construída antes, durante e após o ato da entrevista contribui em demarcar toda a intencionalidade dos relatos, cujos afetos são territorialmente situados e diretamente influenciados pelo contexto (internacional, histórico e discursivo), pelas pessoas presentes no espaço e pelos conteúdos compartilhados no momento. Aqui, a reflexividade crítica e o processo de supervisão teórica são elementos fundamentais para o tratamento das informações, uma vez que influenciam no processo de interpretação dos materiais narrativos coletados.

3.3 Entrevistando Pessoas Negras-LGBTI+

A pesquisa foi desenvolvida com quem se autodeclarou no perfil de pessoa negra-LGBTI+, considerando toda a diversidade racial, de gênero e de sexualidade existente, e que já tiveram contato com a região da Grande Florianópolis. O roteiro de entrevistas semi-estruturado (Apêndice I) foi construído de modo a incluir temáticas distintas, facilitando pontos disparadores para uma conversa entre as pessoas presentes, de modo a deixar fluir a narrativa da pessoa entrevistada. Evitando uma rigidez metodológica, a semi-estruturação de uma entrevista permite haver pontos centrais para organizar as informações necessárias a serem questionadas para as pessoas entrevistadas, demarcando uma interatividade dinâmica na produção de sentidos, evitando uma rigidez da conversa, tampouco uma comunicação pouco sensível às demandas.

Compreendendo sobre as assimetrias de poder envolvidas dentro do processo de pesquisar, principalmente com pessoas negras e LGBTI+ que historicamente foram tratados como objetos de pesquisa, e não pessoas em situação de pesquisar, o estabelecimento inicial

de acordos de convivência para oportunizar um espaço seguro e acolhedor foi fundamental. Inicialmente, houve um espaço de acolhimento, de modo a haver uma conversa inicial de apresentação, estabelecer o contrato sobre objetivo da pesquisa e andamento da entrevista, construção de vínculos e destacar os aspectos éticos sobre sigilo, manipulação de dados, devolutivas e documentos necessários. Compartilhando as categorias de opressões da negritude e da diversidade sexual e de gênero entre entrevistador e pessoas entrevistadas, é importante chamar a atenção que somos impactados enquanto pessoas pelas histórias compartilhadas, produzindo sentidos e formas de acolhimento específicos para o espaço.

A metodologia da bola de neve corresponde a uma técnica de amostragem utilizada principalmente em estudos qualitativos, em que as pessoas participantes são difíceis de serem identificadas ou contactadas, como é o que ocorreu com pesquisas com grupos marginalizados, ocultos ou com pautas sensíveis. Essa abordagem possui fundamento no recrutamento de participantes para a pesquisa por meio de quem já estava incluído na amostra, construindo uma “bola de neve” que aumenta à medida que novas pessoas são adicionadas (Vinuto, 2014).

Vinuto (2014) destacou que as sementes costumam ser quem atua enquanto uma informante, que colocam as pessoas em contato, e as minhas sementes foram tanto pessoas negras quanto pessoas LGBTI+ do meu próprio círculo de amizades. Um possível fator de risco para essa abordagem consiste no viés de seleção, uma vez que novas indicações são realizadas a partir de quem indicou inicialmente, que potencialmente pode compartilhar características comuns. Como o objetivo era compreender a experiência de cada pessoa entrevistada, sem almejar um esgotamento de temáticas associadas ou generalização de resultados, sendo uma reflexão crítica a partir das limitações impostas pelo estudo.

A amostra de pessoas participantes foi feita por conveniência, devido à especificidade da população em análise, sendo ela não probabilística. A metodologia da bola de neve compreende cinco passos norteadores para execução desta modalidade de recrutamento de pessoas a serem entrevistadas: a identificação do participante inicial, a partir de alguém que se encaixe nos critérios de inclusão do estudo, comumente identificado na abordagem com contatos pessoais, organizações relevantes ao tema ou ambas fontes; a entrevista e solicitação de novas indicações, após a realização da entrevista e coleta de dados pelo método escolhido,

é solicitada à pessoa uma nova indicação de alguém que preencha os critérios do estudos; contato com as indicações, de modo a explicitar o estudo, seus objetivos e efetuar o convite de participação, podendo ser entrevistado ou indicar novas pessoas; finalização da amostra, comumente ocorre na saturação de dados, sem novas informações relevantes para a pesquisa.

A partir do momento que foram obtidos os contatos de potenciais interessadas na pesquisa, durante a etapa de levantamento de interesse com auxílio do método bola de neve, o passo seguinte consistiu em contactar cada uma dessas pessoas individualmente, por mensagens de texto e áudio nas redes sociais de preferência, de modo a explicar qual proposta da pesquisa e seus objetivos; confirmar o interesse e a disponibilidade para participação; orientar sobre importância do respeito aos aspectos éticos e disponibilidade para devolutiva de informações produzidas; agendamento e realização da entrevista com data previamente acordada, mediante assinatura do termo de consentimento.

Todas as entrevistas forma realizadas na modalidade online, com autorização para gravação de vídeo com áudio por parte das pessoas entrevistadas. Em um primeiro momento, foi realizado um acolhimento das pessoas entrevistadas, compartilhando brevemente sobre o percurso pessoal e acadêmico do entrevistador, que refletiam na motivação para a pesquisa. Também foi demarcado o ponto de contato dentro da dinâmica da bola de neve, com o surgimento da indicação e o aceite do convite. Em um primeiro momento, foram levantadas algumas informações sócio-demográficas, assinalando a não obrigatoriedade de responder quaisquer perguntas durante o andamento da entrevista. E então, o processo narrativo começou, em que tanto entrevistador quanto pessoa entrevistada poderiam refletir e ressignificar suas experiências a partir da narrativa da pessoa entrevistada.

As pessoas entrevistas tiveram um papel ativo no ato de pesquisar, mediante o contato relacional e intencional construído com o entrevistador, que procurou promover um espaço de diálogo de trocas sinceras, por também vivenciar o tema analisado, que contribui para a produção ativa do sistema da entrevista no processo de narrar histórias de vida. Além disso, essa modalidade de pesquisar propõe uma integração entre os atores sociais envolvidos na pesquisa: a pesquisadora, as narradoras e também as leitoras, situando essa interação em um tempo e espaço específico, cujas histórias são co-construídas e atribuídas sentidos distintos e compartilhados.

Como os estudos da narrativas que foi elaborado buscava uma análise mais aprofundadas dos fenômenos que apareciam, sem haver o intuito de promover generalizações, foram realizadas um total de seis entrevistas. Com uma escuta atenta para as sensibilidades que emergiam nas narrativas, em diversos momentos as perguntas forma flexibilizadas dentro da entrevista semi-estruturada, seja por já terem sido respondidas anteriormente ou por necessitarem de adequações para construção da narrativa no contexto da pesquisa.

Para a organização da presente pesquisa, foram utilizados alguns instrumentos que auxiliaram no processo de coleta de dados, como: a entrevista semi-estruturada, termo de consentimento informado, de modo a zelar por aspectos técnicos da pesquisa que envolvem pessoas, e incluir diversas formas de valorizar o fenômeno em análise. Durante as entrevistas, de modo didático, posso dividi-las em três grandes blocos: os processos de (des)identificação enquanto pessoa negra-LGBTI+; conteúdos de opressões na Grande Florianópolis; e as estratégias de enfrentamentos das violências e situações de conflitos vividas. Todas as narrativas foram gravadas, transcritas e analisadas a partir da Análise Temática.

No momento da apresentação da pesquisa, todas as pessoas participantes das entrevistas relataram que já haviam sofrido algum tipo de opressão no território da Grande Florianópolis (Santa Catarina, podendo contribuir com o objetivo da pesquisa. Pesquisar sobre vivências pessoais necessita uma sensibilidade para saber navegar nas profundezas da intimidade das pessoas, cujos impactos possuem desdobramentos muito delicados no cotidiano de pessoas negras-LGBTI+. Com o aceite de participação das pessoas, logo foi enviado o Termo de Consentimento por e-mail e alinhamento sobre eventuais dúvidas, as entrevistas foram agendadas entre os meses de Julho e Setembro de 2022, e ocorreram com duração média de uma hora e meia.

Como procedimento de análise de dados, todas as entrevistas foram gravadas e armazenadas em um domínio online, em uma pasta com senha, conforme descrito no termo de consentimento. Posteriormente, houve o processo cauteloso de transcrever as entrevistas na íntegra, de modo a sistematizar a diversidade de informações abordadas, valorizando as narrativas das participantes. Após uma leitura minuciosa das entrevistas transcritas, as informações coletadas foram organizadas em eixos narrativos, conforme demonstrado acima (Quadro 2).

Como a dissertação em questão foi co-construída com o auxílio de pessoas, abordando temáticas sensíveis de identificação e violências, sinalizo que pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil e ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Catarina (CRPSH/UFSC), sendo aprovada em 29 de agosto de 2022, cujo número do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética é 60650422.9.0000.0121. Seguindo com o rigor ético da arte de pesquisar, também foi elaborado o Termo de Consentimento Informado (TCI) (Apêndice II), de preenchimento obrigatório das pessoas que participaram da pesquisa, conforme estipulado pelas Resolução 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e complementares, para resguardar aspectos éticos de participação voluntária em uma pesquisa acadêmica de mestrado.

Os pesquisadores também frisam a importância de atuação em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Brasil, 2019), tendo em vista que dados sensíveis foram manipulados no ambiente virtual, o que demanda uma gestão adequada das informações coletadas. Também foi incluído um termo de autorização de uso de áudio e imagem no termo de consentimento, de modo que as entrevistas realizadas pudessem ser gravadas, utilizando informações coletadas para análise.

Quadro 2

Etapas de Análise Temática (Braun & Clarke, 2006)

ETAPA	DESCRIÇÃO
1. Familiarização com Dados	Momento de transcrever os dados, reler as informações contidas, registrar ideias iniciais durante o contato.
2. Geração de Códigos Iniciais	Iniciar o processo de codificação com temas de interesse, sistematizando trechos importantes para cada código.
3. Busca de Temas	Agrupar os código tem temas possíveis, unindo dados em temas em potencial.
4. Revisão de Temas	Verificar se os temas estão alinhados com os enxertos, criando um mapa temático de análise
5. Definição e Nomeação de Temas	Refinar as temáticas escolhidas e suas narrativas, para exemplificar bem o tema.
6. Produção de Resultados	Síntese da pesquisa científica, com discussão entre os dados e a literatura.

Os dados sociodemográficos das pessoas participantes das entrevistas encontram-se presentes no Quadro 3, incluindo informações sobre sua raça, identidade de gênero, sexualidade, deficiência e bairro de morada na região da Grande Florianópolis. Cabe destacar que houve uma preocupação inicial em pensar sobre a diversidade de identidades, no que diz respeito às categorias previamente destacadas, de modo a valorizar uma gama de experiências por partes das participantes de modo a ampliar as possibilidades de discussão da temática abordada.

As pessoas entrevistadas foram: um homem cisgênero negro gay sem deficiência, uma mulher cisgênero negra bissexual sem deficiência, uma mulher cisgênero preta de pele clara bissexual sem deficiência, um homem cisgênero gay pardo com deficiência (bicha surda unifocal parda), uma pessoa não-binária preta pansexual sem deficiência e uma pessoa não-binária parda sapa-trans-viade demisssexual sem deficiência. No período de realização das entrevistas, todas essas pessoas encontravam-se residindo em Florianópolis, nas regiões: Trindade, Itacorubi, Jurerê Internacional, Carvoeira, Abraão e Armação, respectivamente.

Quadro 3

Dados Sociodemográficos das Pessoas Entrevistadas

Nome	Raça/Cor	Identidade de Gênero	Sexualidade	Deficiência	Bairro	País de Origem
Dome	Negro	Homem Cisgênero	Gay	Não	Trindade	Brasil
Eva	Negra	Mulher Cisgênero	Bissexual	Não	Itacorubi	Brasil
Luzia	Preta (Pele Clara)	Mulher Cisgênero	Lésbica	Não	Jurerê	Brasil
Helix	Pardo	Homem Cisgênero	Gay (Bicha)	Auditiva	Carvoeira	Brasil
Val	Preta	Pessoa Não-Binária	Pansexual	Não	Abraão	Brasil
Nil	Parda (Afro-Indígena)	Sapa-Trans-Viade (Pessoa Não-Binária)	Demisssexual	Não	Armação	Colômbia

Juntamente com os processos de efetuar as entrevistas, como conteúdos de base para desenvolvimento das análises e discussões teóricas, foi elaborado um diário de campo com a minha vivência dentro do Mestrado de Psicologia Social e Cultura da Universidade Federal de Santa Catarina nos anos de dedicação à pesquisa (2021-2023). Optei pela construção de um diário de campo com registros sob forma de transcrição textual, porque identifico que corresponda a um instrumento elaborado para apontar movimentos, leituras, tempos, espaços e observações (Oliveira, 2014).

O seu caráter descritivo-analítico-investigativo, realizando um convite para a reflexividade crítica como fonte de (des)construções de conhecimentos teóricos, relacionamentos interpessoais e padrões de comunicação, visando reconstruí-los em registros (Lima, Míoto & Dal Prá, 2007). Mediante sua possibilidade de abertura para diálogos distintos, vejo que ele auxilia no processo de análise das narrativas que serão descritas a seguir.

4 (DES)IDENTIFICAÇÕES DA INTERSECCIONALIDADE NEGRA-LGBTI+

O processo de seleção de pessoas para a pesquisa foi bastante complexo. Com a especificidade de dialogar com pessoas negras-LGBTI+, acabei realizando uma escolha teórica em relação às terminologias conforme demonstrado anteriormente, o que suscitou diversas questões nas pessoas entrevistadas. Por isso, acho importante começar essa conversa sobre como é o processo de identificação (ou não) com as categorias negras-LGBTI+.

Reforço que aqui não se busca pautar práticas de identitarismo, que denotam uma lógica separatista e individualista em relação às diversas categorias interseccionais, como muitas vezes atribuídas como uma consigna do movimento negro e do movimento LGBTI+. Essa lógica que imprime às minorias sociais que estão buscando se isolar do restante da sociedade é contraproducente para a valorização da diversidade, e para a efetivação de políticas públicas que sejam protetivas dos direitos de pessoas negras-LGBTI+. A discussão do identitarismo não está alinhado com a proposta política deste trabalho, sendo a identidade é fundamental porque atravessa a todas as pessoas, por símbolos materiais e simbólicos que mediam a sociedade.

A identidade aqui pode ser compreendida dentro das relações raciais enquanto algo construído dentro dos processos de diferenciação, por estarmos em constante negociação quanto as nossas diferenças de gênero, sexualidade, classe e raça (Hall, 2014a). A para as pessoas negras, o seu processo de afirmação racial vem carregado com uma série de estigmas, que localizam na cor de pele e traços físicos caminhos para produção de formas de dominação simbólicas, com estereótipos estigmatizantes, criada no tecido social para manutenção do processo de submissão de pessoas negras à branquitude. O autor destacou que o uso da palavra "negro" para qualificar algo, como exemplo a pessoa negra, costuma não incorporar aspectos subjetivos e históricos para contextualização dessa identidade, trazendo percepções estigmatizantes enquanto uma construção social negativa quanto à pertença da identidade racial negra.

Munanga (2012) destacou que dentro da identidade negra existe um processo de autoatribuição relevante, que produz uma série de símbolos no imaginário coletivo, que embora não corresponda à realidade, ainda assim produz efeitos subjetivos, simbólicos e materiais muito significativos para a integridade física e para o processo de autodeterminação da identidade. Por fim, a identidade negra consiste em um posicionamento político, que demarca uma posição em relação à construção histórica de ideia de raça como potencial de dominação, rompendo com a dominação para estabelecer pontos de conexão de pertencimento e reconhecimento. Ainda assim, não se pode negar que existem diversas pessoas para diferentes medidas quando falamos de identidades Hall complexifica a construção da identidade, ao integrar essas conexões entre os discursos, as narrativas e práticas sociais com processos subjetivos "As identidade são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós" (Hall, 2014b, p.112).

Conforme ilustrado previamente, foi preconizado a criação de categorias temáticas, de modo a agrupar as narrativas levantadas durante a etapa de realização de entrevistas, e aproximar alguns núcleos de sentidos construídos pelas pessoas participantes. Em alguns momentos, essas categorias serão abordadas à luz das teorias de modo separado, mas isso não transmite a ideia de que foram analisadas e debatidas de maneira recortada e descontextualizada. Pensando no processo de construção da pesquisa, em alguns momentos haverá alguns enquadramentos que enfoquem categorias específicas, para que se possa

discutir posteriormente, pela perspectiva interseccional, estabelecendo as teias de sentidos entre as categorias e vivências.

4.1 Performance de Gênero em Interseccionalidades

Ao pautar as discussões sobre identidades, reforço que é um construto abordado de diferentes perspectivas teóricas, e que apresenta uma vasta possibilidade explicativa. Pensando dentro do contexto do Construcionismo Social, as identidades das pessoas participantes foram levantadas logo no início das entrevistas. Anteriormente a começar as perguntas previstas no roteiro semi-estruturado, foi solicitado para que cada uma efetuasse sua autodeclaração, apresentando conteúdos que compõem a sua identidade.

"Eu me auto-declaro e me reconheço como um homem negro cisgênero e gay também, tenho 28 e logo faço 29 mês daqui a 1 mês, sou de São José do Rio Preto em São Paulo, mas moro em Florianópolis há 9 anos, acho que faço 9 ou 10 não sei mas acho que é 9 mesmo, e no geral, trabalho na área comercial dentro de empresas de tecnologias. Fora isso, também produzo eventos" (Dome). Dome trouxe que se identifica como um homem negro dentro da matriz cisgênera e gay. Não sendo procedente da Grande Florianópolis, encontra-se na região há aproximadamente uma década, circulando entre os contextos de tecnologias e eventos culturais na região.

"Eu quando tinha 19 anos, queria parecer o mais masculino possível, queria estar o mais enquadrado na normalidade possível. Eu sabia que não ia ser aceito sexualmente pelas pessoas, eu sei que estaria em grupos de amigos com um propósito X" (Dome). Seguindo suas narrativas enquanto um homem cis negro gay, ele destacou inicialmente em sua fala o quanto que buscou esconder a sua sexualidade, de modo a performar um padrão de masculinidade que não corresponde à sua sexualidade, de modo a encobri-la.

Butler (2018) compreende a Performance de Gênero enquanto uma possibilidade de manifestação das categorias de identidade de gênero e sexualidade, demarcando a expressão desses marcadores na vida cotidiana e nas relações intersubjetivas. A autora destacou que o processo de produção no imaginário social do masculino e do feminino impactam diretamente

como esses elementos são incorporados dentro das identidades, não ocorrendo de modo natural ou determinista, mas sim nas produções de sentidos dessas narrativas em sociedade.

A Performance de Gênero pode ser verificada em diversas narrativas das participantes, de modo a retratar como manifestam as suas identidades dentro do tecido social. Dome inaugura uma discussão sobre as Masculinidades Negras LGBTI+ que demarcam características de sua identidade, juntamente com a forma que operava ao não demonstrar abertamente o fato de ser gay, buscando estar dentro do socialmente esperado pela cisheteronormatividade. Destaco esse processo de corresponder sua Performance com Gênero com a hegemonia como tentativas de passabilidade, ou seja, apresentar-se como algo distinto de sua identificação.

Os Estudos das Masculinidades, segundo Beiras et al. (2021), correspondem a desdobramentos das discussões de gênero, de modo a refletir de modo crítico sobre a construção social do gênero masculino. começaram a aparecer no ambiente acadêmico pelas décadas de 1980 e 1990, como resposta do movimento feminista a grupos conservadores que objetivavam a manutenção do poder para o masculino, enquanto minava avanços baseados na equidade de gênero. Desse modo, tensionar a Performance das Masculinidades Negras LGBTI+ pretende verificar ações que não pensam configuração estereotipadas e restritas sobre os corpos, como ocorre na divisão binária entre homens e mulheres, ampliando possibilidades de manifestações de Masculinidades que sejam inclusivas e diversas. O processo de desconstrução de uma masculinidade socialmente lida como única ou hegemônica ganha destaque, de modo a enfatizar a diversidade de expressões das Masculinidades, de modo a pensá-la sob um prisma relacional, histórico e performativo, objetivando um modelo de sociedade mais equitativo para todas as pessoas (Beiras et al., 2021).

Além de Dome, Helix e Nil também apresentaram conteúdos de Masculinidades dentro de suas narrativas, ao discorrerem sobre suas identidades. Ambas pessoas também trouxeram conteúdos interseccionais para dentro de suas autodeclarações, destacando outras dimensões que modulam suas Performances de Gênero, aqui trabalhadas de modo interseccional. Helix discutiu sobre ser uma pessoa surda periférica, enquanto Nil abordou sobre sua não-binariedade imigrante.

Englobando diversas categorias dentro da Interseccionalidade, Helix trouxe sua identidade, além da identificação enquanto uma pessoa negra-LGBTI+, mas também uma pessoa com deficiência e periférica.

Começar pela minha identidade, ou pelo o que me fortalece hoje. Eu me reconheço, e me identifico, como uma bicha surda periférica. Isso é bastante novo, sair desses armários, principalmente da deficiência, e também construir essa identificação dentro do espaço acadêmico, porque foi no espaço acadêmico que eu pensei “eu acho que é isso”. Tornar isso visível e político também. Sou uma pessoa surda, pelo diagnóstico médico é uma deficiência auditiva bilateral moderada, então eu tenho um resíduo e uma capacidade residual de audição nos dois ouvidos [...] Não faz muito tempo que eu comecei a dar conta de um outro marcador, que é esse, de pensar principalmente a cor da raça... a cor da pele, que é um lugar, assim como a surdez, dá uma possibilidade de você escolher se você quer estar nesse meio ou não, como surda ou ouvinte, ou como pessoa parda, porque tem outra relação, que consigo transitar e acessar outros lugares (Helix).

Pensando no processo saída do armário, é comum observar que pessoas LGBTI+ buscam reproduzir alguns estereótipos de modo a buscar uma maior aceitação social, fazendo com que reproduzam uma Performance de Gênero pautada nas Masculinidades Hegemônicas, de modo a esconder sua sexualidade.

Quando eu ia para lá [casa da mãe], eu tentei várias vezes fazer essa conversa [assumir enquanto um homem gay]. Eu não tinha coragem, eu chegava, e me perdia. E isso estava sendo sufocante, eu tava sendo outra pessoa. Literalmente, eu mudava tom de voz, eu não saía do banho, e eu tenho piercing no mamilo, e não saía do banho sem estar já de roupa. Minha mãe nunca me viu sem camiseta, umas coisas assim, eu não quero. Eu quero projetar essa masculinidade, esse homem viril (Helix).

O recente reconhecimento de Helix enquanto uma pessoa parda, traduz a dificuldade que existe dentro do território brasileiro de construir uma autodeclaração da sua identificação racial. Conforme ilustrado anteriormente, a intencionalidade do Estado brasileiro em apartar

as discussões de raça dentro do tecido social historicamente, prejudica que pessoas negras consistem se afirmarem enquanto tal. Caneiro (2011) com sua discussão sobre mestiçagem e colorismo frisa que a dificuldade dessa identificação racial enquanto população negra é responsável por um esvaziamento político e simbólico da identidade racial negra. Isso evidencia a importância de se trabalhar com o quesito raça/cor dentro dos espaços educacionais e de trabalho, a fim de que haja uma maior compreensão por parte da população da sua identidade racial.

demarca sua autodeclaração enquanto uma bicha surda periférica parda, sendo sua autodeclaração racial sendo uma das questões que vem compreendendo dentro de seus marcadores identitários se reconhecendo mais recentemente, enquanto uma pessoa parda. Destacou sua vivência enquanto uma pessoa com deficiência, e que para pensar suas identificações, precisa abordá-las de modo bastante entrecruzado, como nos mostra a abordagem da Interseccionalidade. "Pensar um corpo deficiente é um pouco delicado, e não é para pensar potências de opressão, qual a opressão mais opressora, é um pouco mais delicado, porque requer uma sensibilidade de “n” maneiras. Acho que são “n” variáveis” (Helix).

A Performance de Gênero de Helix demonstra uma série de etapas que as pessoas LGBTI+ passam, ao construírem seu processo de aceitação pessoal, assim com pessoas próximas, como é o caso da família. Pensando no seu entendimento enquanto uma pessoa com deficiência, a recente construção dessa identidade convoca para refletir sobre as demandas de acessibilidade para promover uma equidade na participação de pessoas com deficiência na vida social. Pensar uma ética do cuidado baseada na lógica da interdependência (Diniz, 2007), parte da premissa que os processos de cuidado sejam preconizadas pela perspectiva dialógica relacional, implicando na promoção da autonomia e oportunidades para as pessoas com deficiência. Desloca-se a obrigatoriedade funcional para corresponder às expectativas produtivas da sociedade capitalista neoliberal, para uma relação de oferta e recepção de apoios, que conectam pessoas de modo intersubjetivo, tendo em vista que todas as pessoas, com ou sem deficiência, necessitam de apoio de terceiros para conseguirem sobreviver em sociedade.

"Analiticamente, a epistemologia da passabilidade sob análise interseccional, nos termos aqui apresentados, pode contribuir para pensarmos em novos mecanismos de

enfrentamento das violências relacionadas às experiências desse regime de (in)visibilidade" (DUQUE, 2020, p.45). Esses regimes de invisibilidade denunciam quais grupos sociais apresentam identidades que são comumente descartadas ou deixados à marginalização, que deixam de lado a manifestação do seu gênero para corresponder às relações de poder da hegemonia, com uma Performance de Gênero que possibilita circular dentro das prerrogativas socialmente esperadas para condição de humano. O processo de (se) passar por algo ou alguém é complexo, para além de uma experiência identitária ou corporal única, mas traduz relações políticas históricas particulares de identificação socialmente compartilhadas que induzem pessoas que não reproduzem os padrões da norma a se encaixarem em espaços violentos, que são de não-pertença à sua identidade de gênero ou sexualidade.

A discussão sobre passabilidade é algo bastante delicado para o movimento negro e para o movimento LGBTI+, uma vez que existem pessoas com essas identidades que acabam reproduzindo padrões de performance mais normativos, como meio de sobrevivência às violências cotidianas. Ao mesmo tempo que apresenta o seu caráter normativo, o impacto simbólico de corresponder a uma lógica de representação da identidade que difere da sua, deve ser observado. Helix discorre o quanto que os processos de saída de armário, muito comum no cotidiano da população LGBTI+, foram decisivos para o processo de aceitação e integração de suas identidades dentro de sua rotina.

Para McRuer, a teoria *crip* é um campo interdisciplinar que pensa os Estudos da Deficiência de forma crítica, produzindo uma desestabilização sobre a construção de corpo ideal, pensando na diversidade de corpos com deficiência, identidade de gênero e orientação sexual, distanciando de uma suposta naturalidade e hierarquia de corpos ideais. McRuer (2021) ao trazer as teorias *crip* para o debate, destaca a influência que teve do campo das deficiências, das teorias *queer* e dos estudos de gêneros/sexualidades na sua construção, demarcando uma articulação entre pessoas com deficiência e LGBTI+ bastante sinérgica. Mello (2016) enfatiza que uma aproximação do conceito *crip* para o português seria o aleijado, como uma resposta aos padrões da normalidade no campo dos corpos, gêneros e sexualidades, que criam corpos não desejados ou abjetos, permitindo "aleijar" as barreiras impostas às pessoas com deficiência.

Porque também tem essa passabilidade, a coisa mais triste que pode existir. Porque tipo, te dá a possibilidade de tu ser outra coisa, e daí enfraquece até mesmo as próprias construções. Demorar para acessar e sair desse armário crip, pensando o armário da deficiência por exemplo, é uma revisitação das memórias o tempo inteiro. 2020 eu consigo abertamente ter essa identidade, falar sem problema nenhum, o problema é seu. Se você não quer lidar com isso, só vira a cara e vai embora, não tem problema nenhum (Helix).

Em sua análise sobre passabilidade, Helix frisa sobre o quanto que performar a passabilidade é propulsor de um esvaziamento político da identidade. A saída do armário crip, traduz processos de controle e domesticação de modo disciplinar sobre os corpos desviantes, como a expectativa do casamento heterossexual classe média para pessoas LGBTI+; e a reabilitação biomédica de funcionalidades de pessoas com deficiência, articulando críticas a ambas nos processos de saída do armário crip (movimento coletivo de manifestação de demandas dessa população) (Mcruer, 2021), e traduz o processo de aceitação político das categorias identitárias interseccionais das pessoas com deficiência, reconhecendo sua existência e a importância de proteção de seus direitos.

Eu sou um acúmulo de passabilidade: eu posso performar um heterossexual, posso performar um branco sem ser questionado e posso performar um ouvintista. Hoje eu não faço questão de performar nenhum deles, não acho que é saudável para mim, estar nesses lugares. Mas quando eu começo a apresentar alguns trejeitos de bicha, eu consigo visualizar um outro sentido para a vida, não que eu era uma triste, mas eu consigo ver felicidade em momentos de vida, que você vai trabalhando e você vê “como é bom ser viado” (Helix).

Helix apresenta sua identidade “bicha” como forma de romper às amarras da passabilidade, de modo a conseguir trazer um elemento positivo para sua construção enquanto pessoa LGBTI+. No atual momento de sua vida, apresentar felicidade enquanto um significado da sua existência como uma pessoa bicha, é muito importante para afirmação de suas identidades interseccionais."

Pensando em outras formas de compreender a construção das identidades, Eva compartilhou sobre como se identifica, pautando a perspectiva das mulheres negras e uma Performance de Gênero construída a partir das expectativas quanto à feminilidade, que também é influenciada pela passabilidade. Dentro do seu processo de identificação, Eva compartilhou que é uma mulher-negra-bissexual, nascida e criada em Florianópolis, sendo a única pessoa entrevistada a ser nascida na região. Ao discorrer sobre o seu processo de identificação sobre ser uma pessoa negra-LGBTI+, Eva enfatizou os eixos de sua identidade a partir de sua interseccionalidade enquanto uma mulher negra, tendo em vista que sua sexualidade não costuma ser um questionamento aparente. Pensando novamente em Butler (2018), com a Performance de Gênero, ao performar uma feminilidade que não costuma apresentar a sua sexualidade enquanto bissexual, Eva acaba por não destacar que sofre violências diretas LGBTI+fóbicas, por não ser vista enquanto uma pessoa bissexual.

Entretanto, em espaços que se encontro junto de sua namorada, essas opressões aparecem de modo mais explícito, de modo a demarcar que a sua Performance de Gênero enquanto uma mulher negra bissexual oscila entre as violências que sofre.

Dentro de uma realidade como uma mulher negra, a questão da raça vem antes, porque eu performo bastante feminilidade. São coisas que não batem de frente no meu dia-a-dia, se eu não estiver de mãos dadas com a minha namorada. Não vou dizer que é um mar de rosas, to me adaptando ainda em algumas coisas. Nesse momento não posso dizer que é a pior coisa, mas começa a perceber microagressões que antes, estando inserida em um ambiente bem hétero, você acaba não percebendo [...] Antes de mais nada, eu andando na rua, a primeira coisa que a gente enfrenta é o racismo. Antes de ser mulher, eu sou uma pessoa negra. E aí a gente vai nas escalas: negra, mulher; e acredito que o bissexual não ande junto das agressões que eu sinto (Eva).

O processo de performar a feminilidade de Eva faz com que sua sexualidade não seja questionada. Ao se declarar uma mulher negra bissexual, trouxe que o processo de passabilidade para si é uma forma de não ter contato com a bifobia, enquanto nomenclatura da violência correspondente à sua sexualidade. Ainda assim, as opressões de Eva aparecem na

Performance de Gênero de uma mulher cis negra, que possui outros marcadores de identificação na sociedade, que influenciam na vivência da experiência de opressão.

Pensando na Performance de Gênero de mulheres negras, o processo de compreender suas (des)identificações com as identidades que compõem sua interseccionalidade, Luzia trouxe informações sobre sua transição dentro do espectro da sexualidade, em momentos que se autodeclarava como bissexual e heterossexual, e que assume sua sexualidade enquanto lésbica.

Luzia, economista de formação, mulher preta de pele clara, hoje eu me declaro como lésbica, mas passei um processo para entender, fui de bi, para hétero, indo de todas as identidades. Sou uma mulher cis [...] e trabalho com tecnologias e finanças. Estou focada em desenvolver diversidade, para quebrar os preconceitos infernais, que já deu a hora (Luzia).

É importante destacar que existem processos dentro das pessoas LGBTI+ de apresentarem uma fluidez de suas identidades, podendo ocasionalmente transitar entre as sexualidades. A Performance de Gênero de Luzia enquanto uma mulher lésbica negra de pele clara pode ser vista dentro de um processo de mudança de identificação das sexualidades, que Luzia traduziu em diversas identidades de identificação sexual (como foi o caso da bissexualidade e da heterossexualidade), que dialoga com os processos de outras pessoas entrevistadas. Existe uma possibilidade disso ser decorrente das pressões externas e processos de violência vivenciados por Luzia, que traduz o quanto que as opressões impactam no desenvolvimento e processos de autoafirmação de pessoas LGBTI+. Após brevemente se autodeclarar e apresentar um pouco mais sobre si, Val apresentou algumas compreensões da categoria negra-LGBTI+ que influenciam modos de existência.

Eu me chamo Val, tenho 27 anos, nasci em Curitiba, me considero uma pessoa pansexual e também não-binária [...] A gente é taxado, e não tem como não ver e falar que a gente é outra coisa. É ter um lugar bem estruturado, seja ao lado das pessoas pretas também, seja um lugar dentro do trabalho. Porque acima de tudo, além de eu ter que mostrar o meu serviço, mostrar minhas qualificações, as pessoas me enxergam como uma pessoa preta. Às vezes eu

Val trouxe uma percepção de que pessoas negras são estigmatizadas pela sua pertença racial, citando o exemplo do mercado de trabalho, em que existe uma expectativa sobre os corpos negros apresentarem um nível de produtividade acima da média, de modo a se destacar perante os seus colegas de trabalho brancos. Mesmo percebendo a sua negritude enquanto um estigma dentro dos processos de trabalho, Val deixou bastante explícito que seu sentimento de pertença à identificação racial preta é algo socialmente construído como algo positivo, e também parte de seus valores, sua essência e sua existência. Logo em seguida, Val trouxe sobre suas características de identidade de gênero e sexualidade.

Eu vejo a transexualidade como um autoconhecimento que eu obtive. É uma coisa recente, que eu já pensava antigamente, mas nunca tinha dado muito importância, porque são pensamentos que vem e vão. [...] É porque LGBTI+ entra a sexualidade e o gênero, eu como uma pessoa não-binária, me compreendo como o todo. Existem vários eixos da não-binariedade, mas me compreendo como um todo sem gênero, porque é o todo (Val).

Destacando que suas narrativas de compreensão da transexualidade não binária tem sido recentes, Val abordou sobre sua compreensão em relação ao processo de construção de sua identidade de gênero de modo não dicotômico, como comumente empregado pela sociedade entre masculino e feminino, entendendo-se como uma totalidade das Performance de Gênero, assumindo diversas flexões de gênero nos seus pronomes de tratamento.

A não-binariedade permite uma desconstrução das prerrogativas de gênero na história, oportunizando a não identificação de gêneros específicos, não reproduzindo padrões socialmente impostos (Lemos, Andrade & Cardoso, 2020). A vivência da não-binariedade e transexualidade de Val são entendidas como um processo de autoconhecimento, de modo a compreender relações de gênero que impactam diretamente o seu corpo. Isso aparece pela

forma com que utiliza a linguagem, pela perspectiva da escolha do gênero do seu pronome de tratamento e nas palavras, que expressem a sua integralidade dentro de suas compreensões sobre o sistema sexo/gênero. A Performance de Gênero a partir da transexualidade não binária enfatizou um modo de pensar a reafirmação da identidade como algo fundamental.

É complicado como não-binária, mas não digo que não seja para as outras pessoas e outros espectros da transexualidade e do transgênero. É um pouco complicado a gente se colocar numa posição para ser respeitado. E a gente não precisa fazer isso, o respeito tem que vir. E o sofrimento vem da parte quando a gente quer forçar isso: não deveria ser forçado [...] Seja diferente, sabe? Eu também sou pansexual, eu sou aberto para todas as possibilidades mesmo, e acho que engloba muito isso. É se reafirmar, é se autoconhecer, é ter a consciência daquilo que você é, mesmo sem saber muito sobre o que é (Val).

Refletindo sobre a pansexualidade, Silva (2021), ao abordar sobre sua vivência enquanto uma pessoa pansexual, apresentou-a enquanto uma sexualidade monodissidente, que apesar de não amplamente conhecida, traduz processos de identificação de pessoas cujas sexualidades monodissidentes permitem que se relacionam com mais de um único gênero, diferentes das pessoas monossexuais. "A pessoa pansexual se relaciona com todos os gêneros, ou, como preferimos dizem, se relaciona com pessoas, independente da sua identidade de gênero e sexual. A atração é relativa a relação com cada pessoa especificamente, de uma forma mais abrangente, não focada e (de)limitada pelo sexo e/ou gênero" (SILVA, 2021, p.4).

Nil apresentou seu processo de reconhecimento identitário enquanto uma pessoa sapa-trans-viade, demarcando um lugar político de construção sexual sapatão (dentro das lesbianidades), e que vem circulando dentro da transexualidade pela perspectiva das transmasculinidades e da viadagem, que tensionam a hegemonia da cisgeneridade heterossexual. O seu corpo em transformação pela hormonioterapia e pelo seu reposicionamento em relação à construção de sua identidade assumem uma narrativa própria, de modo a demonstrar a sua Performance de Gênero na perspectiva da transexualidade não-binária.

Eu me reconheço como uma pessoa sapa-trans-viade, por aí que vai. Eu tenho uma construção sapatânica, caminhão, tortilleira, arepera, essa construção que me acompanha, o qual eu tenho uma parte de mim ali. Ao mesmo tempo, me acompanha as questões trans, transmasculines, não-binárias, e a viadagem. Me encanta a viadagem da vida [...] Já fiz hormonioterapia por 1 ano e pouco, inclusive esta minha voz [risos] é uma voz diferenciada, daquela voz que tinha a outra pessoa. E tenho desejo por continuar, mas pelas questões econômicas. [...] Eu gosto dela, porque ela me permite me experimentar do meu próprio corpo, com um tempo mais poético (Nil).

Sendo a única pessoa entrevistada que não é procedente do Brasil, a experiência enquanto uma pessoa imigrante de outra localidade da América Latina também aparece enquanto uma forma de pensar a construção de sua identidade.

O IBGE Colombiano também faz a mesma separação que no Brasil entre pretos/pardos, brancos, indígenas e amarelos. Tem um conflito sobre quem seriam as pessoas indígenas, como que se constituem, quem vai dizer que são, etc. Mas também reconhecendo que certas pessoas indígenas migraram, e não tem um povo específico, erradicado pela colonialidade. Na Colômbia temos um grande problema que é a mestiçagem. “Somos todos iguais. Todos temos um DNA negro”. Também tem esse discurso. Mas em teoria, Colômbia, é um país que se tentou desde a constituição, trazer a plurinacionalidade. Pensar nos povos indígenas, como que eles também estão inserindo na nação [...] A gente não teve a ditadura, tivemos outras formas de violência [de Estado], que também pautaram um embranquecimento. Quem mais sofria e mais sofre na violência são as pessoas negras, racializadas, indígenas e LGBTI+. Tem essas particularidades (Nil).

Nil traduziu em sua narrativa a partir do processo de identificação racial no seu país de origem, Colômbia, que apresenta categorias raciais semelhantes ao IBGE, facilitando intercâmbios de significações do nosso país vizinho com o Brasil. Ao ressaltar o processo da mestiçagem, Nil sinalizou o impacto do processo de embranquecimento na América Latina, que também é marcado pela mestiçagem (Munanga, 2019). Apesar de não buscar aprofundar

sobre o impacto da colonização espanhola no contexto da América Latina durante a dissertação, é interessante pensar o quanto o processo de mestiçagem foi peça fundamental na construção das colônias ibéricas, portuguesas e espanholas, cuja suposta harmonia entre as raças denunciava uma série de opressões de dominação realizadas pelo imperialismo. Dentro do processo de mestiçagem na América Espanhola, Gloria Anzaldúa (2005), uma mulher cis lésbica chicana, imprime o conceito da nova consciência mestiça, para abordar encontros fronteiriços, que denuncia o processo de mestiçagem encontrado na construção de um Estado para raças híbridas, como na América Espanhola.

O choque proporcionado pelo encontro do imperialismo espanhol com a cultura indígena nativa, demarcou processos de colisão cultural e pontos de vista conflitantes. A *Mestiza* (Anzaldúa, 2005) desenvolve uma tolerância às contradições e ambiguidades, equilibrando-se entre distintas culturas, produzindo uma nova história para traduzir uma visão de mundo que tem os seus sistemas de valores e símbolos próprios. O potencial do conceito de *mestiza*, além de tensionar fronteiras entre raças distintas, produz um processo de ruptura consciente com tradições opressivas de culturas e religiões que hierarquizavam populações na história, atribuindo novas perspectivas para mulheres negras e às pessoas LGBTI+ (Anzaldúa, 2005).

5 OPRESSÕES: EVENTOS VIOLENTOS NA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Conforme demonstrado anteriormente, Santa Catarina apresentou uma forma específica de dominação da escravidão da população negra (Leite, 1996; Cardoso, 2004; Maia 2018), assim como políticas recente de inclusão da população LGBTI+ (Nardi & Costa, 2020). Pensando em um processo de dominação secular de aproximadamente 500 anos, com ênfase para os saqueamentos em África, associados aos genocídios, epistemicídio e memoricídio de populações negras, indígenas e originárias. Com os ideais de construção de ideia de nação brasileira, forjada nas importações pseudo científicas de uma ideologia eugenista segregatória, os resquícios dessas práticas ainda são observadas na contemporaneidade. A integração de pessoas de diferentes na construção do estado de Santa Catarina, que demonstra uma narrativa hegemônica da branquitude e da cishetermnormatividade que vem sendo tensionadas.

Com apoio da fundamentação teórica no que tange às relações étnico raciais na construção da história do Brasil, foi possível identificar seus pontos de confluência com a realidade da cidade de Florianópolis. Analisando os processos de opressões, estabeleço uma análise das pessoas entrevistadas no que diz respeito às suas narrativas enquanto pessoas negras-LGBTI+ que vivenciam opressões na região da Grande Florianópolis, seus processos de (des)identificações com a sua raça e sexualidade, assim como formas de manifestá-las socialmente no dia-a-dia. Com apoio do conceito da Interseccionalidade, as narrativas foram categorizadas em alguns temas principais para facilitar os processos de análise, mesmo que as pessoas entrevistadas não façam uma separação de suas identidades construídas enquanto pessoas negras-LGBTI+.

Dentro do processo de analisar as entrevistas das pessoas entrevistadas, destaco que existem uma diversidade de caminhos para serem compreendidas essas opressões, mas que demandariam outros tipos de análise e com outro formato de procedimentos de pesquisa. Cabe destacar que o objetivo aqui não consiste em analisar todas as nuances das narrativas produzidas pelas pessoas entrevistadas, nem mesmo produzir generalizações sobre os conteúdos levantados, por compreender que as escolhas das falas foram voltadas para o processo de produção de pesquisa, dentro da abordagem teórico-metodológica preconizada.

5.1 Sociedade da Grande Florianópolis e Relações Sociais Cotidianos

Pensando na construção de ideia de nação à brasileira marcada pela mestiçagem e por um processos de discriminação racial bastante dissimulado, a compreensão sobre as opressões dentro da Grande Florianópolis também trouxeram uma construção de que as narrativas sobre dominação racial ocorrem muito frequentemente nas entrelinhas.

Em relação a questões raciais, eu acho que Florianópolis faz um trabalho muito bom em ser polida na forma com que ela faz e oprime as pessoas [...] eu meio que já me posiciono quando eu saio de casa, independente para onde eu vou, já meio que armado sabendo que não é 100% o meu lugar. Porque aqui também concentra pessoas de muitas culturas, mas principalmente de pessoas culturas brancas ou pessoas com outros tipos de acesso, socioeconômico principalmente, eu acho que de critério de intelecto assim, sei lá, porque tem muita gente que estuda aqui, sabe? Mas no geral, eu acho que Floripa esconde um pouco isso, mas mostra no dia-a-dia que essa diferença é discrepante. Eu conheço amigos assim que já teve casos explícitos. Eu já sofri racismo em zilhões de lugares (Dome).

O entendimento sobre insegurança da região da Grande Florianópolis, pensando nas discrepâncias raciais, devem considerar também as desigualdades econômicas e intelectuais que exercem influência social no cotidiano de pessoas negras, ao sinalizar a recorrência da experiência do racismo, tendo em vista que possui legitimidade de acontecer em diferentes espaços, também de uma maneira bastante velada. A população brasileira tem preconceito de ter preconceito, que dificulta o processo de responsabilização por um meio de dominação que ao mesmo tempo que é estrutural, é sistêmico e institucional. A sutileza da expressão do racismo dificulta o processo da pessoa que vivencia a violência enquadrá-la enquanto racismo, produzindo uma desconfiança difícil de demarcar em sua materialidade. Isso consiste em um grande desafio, porque dificulta no combate ao preconceito racial.

"O discurso social de tolerância, juntamente com várias ações no mundo inteiro nessa direção inibem a manifestação aberta do racismo" (Nunes, 2014, p.107). A violência velada que Dome destaca me chamou a atenção, tendo em vista que apareceu também dentro das narrativas de outras entrevistadas, indicando uma percepção coletiva em relação à forma como essas opressões podem ocorrer no dia-a-dia, e que não significa que seus efeitos na subjetividade serão também sutis, uma vez que interpretados com base em outras vivências, potencializa-se enquanto novas percepções das violências cometidas contra si.

As atualizações através da colonialidade oportunizaram que os meios de dominação racista ganhassem novas roupagens, inclusive na forma de ação, que assume uma postura

mais velada. Dome destacou sobre como o cotidiano em sua realidade na Grande Florianópolis é bastante atravessado pelo racismo e classismo, demarcando um processo de desterritorialização importante, cuja geopolítica dos afetos impactam nas relações sociais estabelecidas na região, e na sua leitura de que é bastante comum sofrer violências devido às hierarquias de raça-classe. Entretanto, Dome demarcou que essas violências em Florianópolis variam desde casos muitos sutis até eventos bastante explícitos, demonstrando facetas do racismo em empregar formas de discriminação através de ações abertas ou dissimuladas.

Eva também trouxe elementos para aprofundar a compreensão do racismo velado que ocorre em Florianópolis, cujas sutilezas são bastante eficazes para produzir impactos relevantes na vida de pessoas negras-LGBTI+.

O amigo falso. Gosta muito de ti na sua frente, mas por trás malharia muito o pau. Gosto, mas não tanto. Gosto, porém tem isso... Acho que não é nem gosto, é tolero, é aceito. Acho que Florianópolis mexe bastante com a cabeça de uma pessoa negra e pessoa LGBTI+, pelos espaços, e pelo ambiente ser muito branco, não tendo muitas pessoas de referência ao seu redor (Eva).

A falta de uma representatividade de pessoas negras-LGBTI+ não significa que essas pessoas não existem no território de Florianópolis, pensando em como Leite (1996) nos relembra sobre o apagamento histórico e sistemático que ocorre sobre a presença da população negra em Santa Catarina. Isso ajuda a pensar que esse público não usufrui dos mesmos espaços de tomada de decisão, de divulgação da imagem em campanhas ou na vida pública, e de celebração da existência racial, como é o caso de pessoas brancas, que auxiliam na construção dessa narrativa de falta de representatividade no local.

Buscando detalhar uma experiência em relação às opressões dentro do seu cotidiano, Eva narrou sobre um episódio envolvendo sua vizinha e sua mãe, em um contexto de transporte público.

Eu me lembro de uma cena que aconteceu quando eu era pequena, dentro do ônibus. Uma vizinha que morava aqui perto da gente, e aí a minha avó e minha mãe e eu saíamos muito cedo, eu para ir para creche e elas para irem trabalhar, e o ônibus lotado. Essa vizinha, não sei o que ela falou para minha mãe, “tanãã tanãã, sua nega macaca”. A primeira reação da minha mãe foi de quebrar o pau mesmo, parou o ônibus, não deixou ele [motorista] tocar o ônibus enquanto não tirasse ela dali, houve agressão [física]. Ficou muito martelando na minha cabeça que sim, muitas pessoas racistas não merecem o diálogo, mas talvez essa não seria a minha primeira reação. Se você está me envergonhando/agredindo ao ponto que eu ser negra ou LGBTI+ é uma vergonha, é muito mais sobre tu do que eu. Mas numa hora de uma situação como essa, não tem como te segure... (Eva).

Eva trouxe uma percepção que a intencionalidade do evento racista diz mais sobre valores e processos subjetivos da pessoa autora da violência, do que da vítima em si. A reflexão sobre as formas de reação perante a opressão também apresentou destaque, questionando se comportaria conforme a sua mãe, que utilizou do controle social do transporte coletivo do ônibus para denunciar o evento racista na frente de todo mundo, e exigir que fosse retirada do espaço.

5.2 Relações Sociais, Familiares e Construções Intersubjetivas

Pensando sobre as relações construídas com as pessoas entrevistadas com seus mais diversos espaços de encontros com outras pessoas, é importante destacar o quanto que as opressões também aparecem nesses contextos. Sejam nas relações de amizades, familiares, construções de afetos românticos e sexuais, o racismo e a LGBTI+fobia encontram-se presentes dentro das relações construídas com terceiro. Pensando no contexto familiar, Helix abordou o quanto que após o período de 2018 houve uma grande tensão na sua família, pensando nas discussões político-partidárias que se estabelecem em sua família extensa.

Depois de 2018 forma uma grande polarização, e eu sempre do lado de um partido político que pensa mais um poucos nas minorias, na classe trabalhadora, nos estudantes, nas mães solo... eu começo a me afastar um pouco, e hoje eu tenho 0 contatos com eles, o simples fato desse posicionamento traz outras violências, e eu não vou chover no molhado com citações homofóbicas, transfóbicas, classistas que aparecem nesse governo [2019-2022] (Helix).

Pensando sobre a representatividade das pessoas com alinhamento político com partidos conservadores e de extrema-direita, é notório o quanto que existe um projeto de país por parte de alianças dos segmentos conservadores que buscam criminalizar e institucionalizar as camadas das populações vulnerabilidades, como as pessoas negras, LGBTI+, pobres e periféricas. Helix traduziu que muitas das narrativas presentes dentro de sua própria família geram sofrimento para si, pensando que apontam diretamente para algumas de suas características, como a sexualidade e a classe. "Então eu me distancio disso, eu saio do meu armário nesse período, eu entro em contato com a minha mãe de uma forma covarde, mas foi o que eu consegui fazer naquele momento. Conto para ela, a gente passa uns 6 meses sem se falar, ela foi bastante violenta comigo" (Helix).

Conforme ilustrado por McRuer (2021), o processo de saída do armário crip, ou seja, de pessoas que divergem da normativa ideal de corpo, podem ser identificadas algumas nuances com a saída do armário de pessoas LGBTI+. O processo de compartilhar sobre suas identidades com terceiros pode acompanhar falta de acolhimento e violências de diversas formas, seguido de rompimento de vínculos significativos. O armário consiste tanto numa ameaça como uma condição para existência, sendo uma de várias barreiras que as pessoas LGBT com deficiência precisam enfrentar, destacando os sistemas de privilégio e de opressão em atuação de modo complexo (Martínez & Sánchez, 2022)

Pensando no movimento de saída do armário em relação à identidade racial, é importante considerar o quanto que o processo de mestiçagem afetou a América como um todo, e pensando nas estratégias encontradas pelas pessoas negras e indígenas para trilhar caminhos de resistência durante a escravidão na região. Nil trouxe um elemento novo para pensar as relações étnico-raciais: a perspectiva afro-indígena, que demarca um lugar bastante

específico dentro da América Latina, na composição de famílias interracializadas com pessoas afrodescendentes e provenientes de povos originários.

Eu me autodeclarava como uma pessoa parda na Colômbia. Vamos dizer que em casa, teve um apagamento sobre as questões afro-indígenas, é algo que sempre foi negado. Das pequenas violências, minha avó pedia para eu não pegar sol, porque eu ia ficar “mais negra”. Coisas sempre foram ditas para mim. Minha avó tinha esse receio de eu mostrar que a família não era branca/ espanhola (Nil).

A concepção racista sobre idealizar um senso de pertencimento da identidade branca e espanhola permite um apagamento das histórias, culturas e ancestralidades afro-indígenas, evidenciado tanto no silenciamento sobre essas discussões no ambiente familiar, e quando apareciam os debates de raças, costumam produzir um distanciamento das raízes afro-indígenas. O reconhecimento da categoria afro-indígena na região da América Latina perpassa pela importância de localizar pertencimentos identitários culturalmente construídos dos povos originários indígenas e da população negra africana, retomando uma herança ancestral com conexões e trocas dos territórios (Conrado & Neves-Barros, 2022)

Para as autoras, afro-indígena representa uma categoria não abstrata remetida às ancestralidades indígenas e de matriz africanas negras, acionadas como referências de práticas culturais, sociais, políticas e relacionais. Rediscutindo as narrativas da mestiçagem através da identidade afro-indígena, há um deslocamento para que as construções sociais sejam pactuadas no coletivo, dentro de culturas originárias, em que o processo de investigação das teias de significados são direcionados para uma legitimação de uma afirmação positiva em prol das identidades indígenas, que extrapolam os objetivos eugenistas e ocidentais da miscigenação da população brasileira pela dominação e estupros coloniais do homem branco colonizador contra mulheres amefricanas, negras, afro-indígenas e indígenas. Pensar o Construcionismo Social aqui como uma ferramenta de compreensão das cosmogonias dos povos originários indígenas e africanos, consiste em partir de suas cosmogonias e linguagem para produzir sentido em relação à construção da identidade racial e interseccional dentro dos grupos amefricanos.

O projeto de catequização secular, por meio dos jesuítas e missionários cristãos, foram responsáveis pelo apagamento de outras cosmogonias e visões de mundo manifestarem a sua fé dentro dos empreendimentos coloniais, reverberando no apagamento da memória de outras religiões diante de seus grupos étnico-raciais. As religiosidades do eixo católico ascenderam com grande notoriedade na hegemonia mundial, e hoje são vistos como grandes detentores do poder social sobre as políticas de fé, impactando em influências do cotidiano de diversos países e povos. Em paralelo com as formas de esvaziamento da discussão da sexualidade de forma segura no ambiente familiar, os processos de dominação pela identidade racial também ocorrem em diversas formas, como é o caso do Racismo Religioso.

O conflito religioso entre neopentecostais vêm se transformando, bem como as reações afro-brasileiras, a partir do final da década de 2000 e início de 2010 ocorre nas ciências sociais e das religiões o debate acerca da categoria “racismo religioso”. O “racismo religioso” é um conceito que emerge junto com a discussão sobre o racismo estrutural, a crítica que militantes fazem ao debate da “intolerância religiosa” versa sobre a invisibilidade do debate racial que envolve todo o histórico persecutório em torno das religiões afro-brasileiras. Desse modo, o “racismo religioso”, enquanto categoria analítica, é um termo importado dos movimentos sociais e que, por esforços conceituais dos antropólogos e seus interlocutores, passa a fazer parte do aporte teórico das ciências sociais e das religiões (Santos, 2022, p.18).

O projeto monoteísta acaba por invisibilizar outras espiritualidades que não enfatizam a figura - socialmente construída - de uma única pessoa, e cujos rituais de manifestações da fé são questionados em sua legitimidade, estabelecendo uma nova frente de dominação. O Racismo Religioso (Santos, 2022) traduz a forma como religiões de matrizes africanas, assim como rituais de povos originários, são hierarquizados como inadequados para a sociedade atual, cobrando uma nova forma de conversão jesuítica, para padronização dentro do cristianismo, seja pelo estabelecimento de um sincretismo (combinação de ambas perspectivas), ou processo de aculturação de sua própria religiosidade, de modo a incorporar uma nova perspectiva espiritual em face às imposições normativas da hegemonia. A seguinte narração de Dome explora um pouco essa vertente sobre as abordagens cristãs, e suas influências dentro do Racismo Religioso.

Por que eu fui citando a igreja a universal e o quanto isso influencia? Porque é muito pregado dentro dessas igrejas que qualquer coisa que se refira à cultura, literalmente direta a africana em qualquer uma das regiões, candomblé, umbanda, é coisa do demônio. Então hoje eu enxergo isso como uma forma de fato de apagar a questão cultural e religiosa do que de fato vem da gente [negra], e transformar isso para uma visão de fato, com uma normalidade do catolicismo... do catolicismo não, do cristianismo (Dome).

Essa tradição cultural bastante impositiva dentro do cristianismo, que promove o apagamento de perspectivas culturais e religiosas distintas das suas, e que não devem ser celebradas - muito pelo contrário, devem ser demonizadas e retiradas da ordem do dia. Dome apresentou de modo bastante enfático sobre a influência da religiosidade e da fé dentro do seu contexto familiar, marcado por um processo de hierarquia bastante singular. O enquadramento de religiões de matrizes africanas como símbolos associados ao demônio, frisam sobre como as manifestações da fé podem estar bastante arraigadas com conteúdos do Racismo Religioso. Em sua narrativa, pude observar um movimento de busca de normalizar as religiões de matrizes africanas no tecido social, de modo que sejam socialmente aceitas em sociedade, como ocorre com as religiões derivadas do Cristianismo.

A minha tia só aceitou ser a minha madrinha [de casamento] depois que o meu tio que me conhece, que é um dos únicos que não é evangélico, disse “mas essa menina teve uma difícil para caralho. Essa menina está super bem, por causa da religião? Porque ela vai pro inferno? O inferno é a vida que ela teve aqui na Terra, gente (Luzia).

Pensando em outras formas de manifestação da fé, como por exemplo, a instituição do casamento (na perspectiva homoafetiva e interracial), Luzia demonstrou uma grande tristeza, ao perceber que diversas pessoas evangélicas de sua família não estariam presentes em seu casamento com uma outra mulher. Utilizando da intervenção de um de seus tios para pensar um reposicionamento sobre a religião nas relações familiares, Luzia subverteu a lógica de céu-inferno enquadrado pelo catolicismo, abordando que as dificuldades que ela sofre ocorrem na atualidade, pelas dificuldades impostas pela religiosidade de alguns familiares na expressão de sua sexualidade.

O desenvolvimento da identidade sexual de uma pessoa lésbica dentro de uma família evangélica é problematizada de modo a questionar como são as narrativas empregadas para o apagamento de pessoas LGBTI+ dentro do próprio ambiente familiar. Dantas (2010), ao discutir sobre sexualidade, cristianismo e poder, trouxe o quanto que a ciência moderna, aliada às práticas dogmáticas da Igreja, foram responsáveis por imputar as perversões ao que chamavam de "desvios sexuais", retirando a sexualidade das crianças, das mulheres e da população LGBTI+, considerado como um pecado para instituição cristã. As expectativas da cisheteronormatividade se acoplam ao fundamentalismo religioso cristão, produzindo uma linguagem dentro da contemporaneidade, que pessoas LGBTI+ são pecadores por não performarem um estilo de vida baseado numa heterossexualidade cisgênera procriativa.

A intervenção de seu tio para sensibilizar familiares da importância do casamento de Luzia ilustra bem isso, abordando sobre o modo como Luzia é vista por diversos de seus familiares: uma mulher negra que vai para o inferno devido à sua lesbianidade. E ainda utiliza do mesmo argumento para situar sobre como é custoso para Luzia a forma como essa dominação religiosa também opera a partir de sexualidade, pensando nas dificuldades impostas pela própria ao estarem dispostos para celebrarem um casamento que não acreditam ser verdadeiro, por não ser realizado entre um homem e uma mulher.

Então hoje eu faço para tirar sarro, com um pouco de respeito mas não muito. "Nossa, vocês estão acreditando numa história de uma mulher que engravidou a imaculação da uma pomba do espírito santo". Para pensar que tudo isso também pode ser construído. Não acho que a gente possa deslegitimar a fé de alguém, porque para algumas pessoas é o catalisador na vida: acreditar de que fazer o bem na Terra, ela pode ter um espaço no seu. (Helix).

O fundamentalismo religioso católico surge enquanto um importante fator que impacta as relações sociais, ao estabelecer diretrizes de modos de viver a partir de uma moral religiosa. Entretanto, algumas práticas lidas como cristãos, muitas vezes estão arraigadas em um individualismo que foi cooptado pelas sociedades modernas, que não possui efetivo interesse no processo de construção coletiva da fé, marcando uma relação de obrigação e dominação dentro do campo espiritual.

Um outro tema que apareceu de modo recorrente entre as pessoas entrevistadas foi o processo de violência dentro das relações sociais e afetivas que estabelecem no território da Grande Florianópolis.

Já aconteceram diversas situações de familiares, de um ex-namorado, que foi uma situação assim. Estávamos numa mesa de almoço, e uma senhora comentou que ela tinha uma vizinha nova negra, e achou engraçado porque não era uma pessoa agressiva e falava baixo. Nesse momento, todo mundo da mesa me olhou, porque eu era a única pessoa negra presente. Só que isso nunca foi falado, entende? Num primeiro momento, eu guardo isso até hoje. Eu lembro de ter saído do almoço, esse meu ex-namorado me trouxe para casa, e no caminho inteiro a gente veio em silêncio, a gente não falou sobre isso, sabe? Eu não soube como reagir, as pessoas que estavam lá não sabiam como reagir (Eva).

Eva trouxe alguns estereótipos percebidos pela família de um antigo relacionamento seu, que abertamente durante a mesa do almoço, disparou comentários racistas sobre a construção da mulher negra, demonstrando-se surpresa ao não corresponder com imaginários sociais racistas em relação à sua agressividade e tom de fala. Pessoas negras ainda são responsabilizadas por carregar toda a culpa e feitos da população negra, generalizando posicionamentos de uma pessoa para o restante do grupo, demarcando a construção de estereótipos negativos racistas.

Associado a essas construções coletivas, Eva destacou o quanto que o processo de afeto acaba sendo uma pauta bastante sensível para públicos minoritários quando se fala de violência, trazendo um debate sobre a solidão da mulher negra bissexual. "Essas questões ficam escancaradas quando a gente fala de afeto. Como eu disse, em relação a ser uma mulher negra, o afeto sempre foi mais escasso, e eu já vinha lidando com isso. E quando vamos para um público mais específico: mulheres, negras, LGBTI+, fica mais difícil ainda." (Eva). Retratando a posição social construída e destinada às mulheres negras, Eva destacou a construção de relações intersubjetivas e produção de afetos enquanto uma pauta negada à população negra, mulheres e comunidade LGBTI+, evidenciando a dificuldade de haver suporte social, que culmina no processo da solidão da mulher negra. O processo da solidão da

mulher negra pode ser percebida em diversos espaços de subordinação, onde são preteridas: no processo das escolhas afetivas; no mercado do trabalho e destino de atividades domésticas reclusas, sob uma lógica de servidão; ao não preencherem as prerrogativas estéticas da construção do corpo (Pacheco, 2008), seja por funcionalidade ou parâmetros socialmente construídos de beleza e estética.

Pensando em outros espaços de encontros intersubjetivos que estão influenciados pela lógica da opressão, Helix relatou um episódio de homofobia que ocorreu com o seu antigo namorado, que trouxe diversos complicadores para o desenvolvimento da relação homoafetiva que construía, assim como o próprio psiquismo da população negra-LGBTI+.

Quando eu começo o meu relacionamento mais longo, o menino que eu me envolvi, fazia 20 dias que ele tinha sido agredido na rua, pelo fato de estar de mãos dadas com outro menino. Era muito recente, era um lance, não saberia outra palavra agora porque fugiram todas. E aí a gente começou a namorar, ele estava com bastante cicatrizes, no joelho, ele caiu, enfim, e eu começo a ter mais essa preocupação de pensar tudo isso (Helix).

Citando um exemplo explícito de homofobia direcionado ao seu parceiro da época, após uma tentativa de demonstração de afeto em público de homens gays, houve um conflito, com uso de violência física, e que traduz um trauma dentro da conjugalidade construída, pelo receio de novas violências contra os corpos LGBTI+. Cardoso e Ferro (2012), ao versarem sobre demandas de saúde transversais à população LGBTI+, frisaram o quando que o discurso de ódio e as LGBTI+Fobias são violação de direitos humanos, embasados no preconceito e na violência, que podem ocorrer em diferentes espaços da sociedade, como na via pública, e por pessoas desconhecidas.

A violência física traduz o discurso de ódio homofóbico, como tentativa de extermínio da comunidade LGBTI+, com um modo corretivo bastante truculento, que ficou bastante normalizado na sociedade contemporânea. Mesmo com avanços no sentido de legislações e políticas públicas que visam à proteção da comunidade LGBTI+ (Nardi & Costa, 2020), mediante o legado histórico de violências simbólicas e materiais, a insegurança de demonstrar afeto em público acaba aparecendo enquanto uma constante, tornando pessoas enquanto

grupo alvo de opressões, devido às suas expressões da identidade que não correspondem à lógica hegemônica.

Esse processo de dominação também pode ocorrer dentro dos relacionamentos afetivos que as pessoas negras-LGBTI+ constroem, conforme destacado por Nil.

Eu tenho uma relação interracial, e ela me diz um dia: eu não acredito que você seja uma pessoa negra. "E aí, você quer me dizer quem que sou eu? O que faz a branquitude, então?". E ela é uma pessoa que tem letramento racial. E eu disse: veja bem o que você está fazendo. Você está fazendo o papel, como uma boa pessoa branca, da branquitude. Você está querendo dizer a minha identidade (Nil).

Nil evidenciou que dentro do seu atual relacionamento, que se constrói a partir de uma perspectiva interracial com uma pessoa branca, acaba possuindo a sua própria raça questionada, uma vez que sua atual parceira não reconhece a sua autodeclaração enquanto uma pessoa negra. Pensando nas discussões sobre construção da identidade racial, é possível pensar três possibilidades encontradas dentro das comissões de heteroidentificação:

O primeiro é a autoatribuição, no qual o próprio sujeito da classificação escolheu seu grupo. O segundo é a heteroidentificação, no qual outra pessoa define o grupo do sujeito. O terceiro método é a identificação de grandes grupos populacionais dos quais provieram os ancestrais por intermédio de análise genética (Osório, 2013, pp.91-92)

A discussão sobre autodeclaração e processo de heteroidentificação, ou seja, como as pessoas buscam se afirmar dentro de suas identidades, e como a sociedade costuma fazer a leitura em relação às suas categorias de pertença, respectivamente, acabam tensionando a produção de sentidos das relações raciais, de gênero e de sexualidade, sob uma perspectiva de dominação. O processo de questionamento da autodeclaração racial aparece como destaque de uma violência dentro da conjugalidade de Nil, que vivencia o paradoxo de desenvolvendo um relacionamento afetivo com uma pessoa, que ao mesmo tempo, desacredita na forma com a qual faz o seu reconhecimento enquanto uma pessoa afro-indígena parda, incrustando mais um encontro intersubjetivo que deslegitima a sua identidade racial, ocorrendo uma atualização

da moral da ideologia do embranquecimento, que acaba por silenciar e apagar essas raízes raciais.

Ao questionar Luzia sobre as diferenças que percebe dentro dos bairros de Florianópolis, ela trouxe uma narrativa que permite pensar espaços que as opressões aparecem de modo distinto.

Jurerê é um lugar muito bonito, se não fosse as pessoas, seria ótimo. Perto da praia, com qualidade de vida. Na estrutura de cidade, fica longe do Centro. Eu moro próximo ao supermercado e à praia. Mas as pessoas aqui são muito pelo status, o que você tem, são muito arrogantes, acham que dinheiro compra tudo, e elas são do pseudo-social: elas são muito do social branco. Pessoas pretas em Jurerê são incômodos: ou elas estão em lugar de serviço, ou acham que é preto arrogante, algo que escuto muito: “A Luzia é arrogante”. Mas e se eu fosse branca, eu seria arrogante se eu pedisse para as pessoas me respeitarem? (Luzia).

Com o marketing da cidade com interesse nas classes mais abastadas, com auxílio da naturalização das desigualdades sociais, as estratégias de segregação raciais são bem recebidas para a separar esse mal-estar das classes menos favorecidas. Em nome de uma suposta segurança, estabelecem condutas que se dizem preventivas mas que transmitem estigmas, preconceitos, estereótipos racistas e classistas. Luzia apresentou em sua narrativa que a especificidade do seu bairro de Jurerê Internacional ser marcado pelo status e pelo social branco, que traduz formas em que a branquitude opera no sentido de produzir uma teias de privilégios materiais e simbólicos, e que com auxílio do pacto narcísico da branquitude, organiza-se de maneira para haver uma manutenção do racismo perpetrado pelas pessoas brancas.

Então, já tive vizinha que segurou a porta para mim e disse “você tem certeza que você mora aí?”. Na primeira vez eu devolvi se ela tinha certeza que morava aqui, na segunda não falei nada, na terceira eu disse que iria chamar a polícia para a senhora. Fui ao mercado, tomei vacina do COVID-19, com febre, exausta, querendo só comprar legumes para fazer uma sopa no mercado do lado de casa. Estava de calça e blusa de moletom, tinha uma mulher muito bem arrumada, me olhou de cima embaixo, e disse “Jurerê já foi muito melhor frequentado (Luzia).

Luzia retomou uma cena cotidiana durante o contexto da pandemia da COVID-19, que estava apresentando reação à vacina, e que estava querendo simplesmente ir ao mercado para comprar alguns ingredientes para pensar um auto-cuidado em formato de sopa para alívio de seus sintomas. Para muitos, visto como uma atividade corriqueira e simples, a entrevistada trouxe duas situações violentas que ocorreram consigo: a primeira, ser questionada dentro de seu próprio prédio, se realmente morava naquele lugar, e outra, no ambiente do mercado, que recebeu um comentário de desaprovação em relação à sua roupa, por não estar correspondendo socialmente ao que a branquitude do bairro demanda, exemplificam como o racismo é operante dentro das violências.

Isso acontece devido à uma construção social de que pessoas negras não estão presentes dentro de espaços lidos socialmente enquanto brancos, ou de classe média para alta, demarcando uma das expressões do racismo ao evidenciar que possui uma expectativa de que pessoas negras não são bem-vindas ou que não compõem aquela realidade social (Nogueira, 2018). Essa demarcação traduz as relações de poder que imperam sobre a região, demonstrando como o racismo fica evidente na construção do território, ao não autorizar o direito à cidade de pessoas negras.

Luzia também indicou que percebe essas violências principalmente por morar na região de Jurerê Internacional, um bairro construído no imaginário social da ilha enquanto um espaço nobre, com imóveis bastante caros, destinados às pessoas brancas. "Aqui em Jurerê, se eu saio para passear com o meu cachorro, que é um Yorkshire pequeno, e as pessoas perguntam quanto que eu cobro para andar com o cachorro. Não sei se consegui te dar uma visão diferenciada. Passei muito com o Sheldon [cachorro] na Trindade, e nunca me

perguntaram quanto que eu cobrava para passear com o cachorro" (Luzia). O direito à cidade, enquanto um lazer supostamente simples como sair para passear com o seu próprio animal de estimação, também apresenta um marcador do racismo na construção da violência praticada, reafirmando que aquele lugar não é socialmente construído para a presença de pessoas negras.

5.3 Educação, Desenvolvimento Humano e Mercado de Trabalho

Pensar sobre a construção dessas violências que as pessoas negras-LGBTI+ são submetidas nos diferentes espaços, algumas instituições foram marcadas por estarem na ordem do dia no plano das violências que acontecem. Os espaços educacionais, sejam desde escolas até espaços de ensino superior e pós-graduação, e os ambientes do contexto do trabalho, favorecem encontros de conflito permeados pela tensão racial interseccional colocada entre a diversidade de pertencimentos distintos dentro de um mesmo espaço.

A percepção de algumas pessoas entrevistadas, que abordaram suas vivências dentro do contexto educacional universitário, para destacar elementos que refletem a norma da branquitude e da cisheterossexualidade para dentro desse contexto. Deme trouxe sobre alguns dos estigmas associados às pessoas negras dentro da universidade pública. "No convívio social, os olhares, com certeza a primeira coisa. Depois, comentários, principalmente vindo de homens brancos: "é gay, porque não conheceu um homem ainda". E no ambiente acadêmico da universidade, é o intelecto. Também é o fato de estar ocupando espaço, e você não estaria ali se não fossem as cotas." (Eva). O questionamento do intelecto de pessoas negras fica bastante marcado em sua narrativa, de modo a tensionar uma construção social de que pessoas negras não são pessoas capazes de produção de conhecimento, ou mediando discussões pelas perspectivas teóricas.

A invisibilização das possibilidades de pertencimento da identidade negra no ambiente universitário é visto por Eva com uma facetas dos estigmas contra a população negra cotista. O acesso da população amefricana afro-descendente, de contextos de educação pública e baixo rendimento sócio-econômico, populações indígenas, pessoas LGBTI+ e pessoas com deficiência para dentro do ambiente universitário, como forma de reparação histórica para populações em situação de vulnerabilidade social pelas violências incrustadas dentro de suas subjetividades (Brasil, 2012).

Taylor (2015) apresenta um termo chamado de "racialização da deficiência intelectual", demonstrando que pessoas negras são vistas como não intelectualizadas, reforçadas pelo discurso patologizante e capacitista da deficiência intelectual sobre mentes (in)capazes. A associação entre deficiência intelectual e pessoas negras exemplifica uma análise da opressão, em que a vivência de uma pessoa negra com deficiência intelectual denuncia sistemas discriminatórios que mediam as relações entre as identidades sociais e os sistemas de opressões em diferentes eixos.

O processo de desintelectualização de pessoas negras permite aproximar as discussões entre os estudos étnico-raciais e dos estudos da deficiência, ao identificar que a hegemonia produz um imaginário social de que as pessoas negras não são corpos capazes de estarem em meio aos processos intelectuais, seja de produção, manutenção, questionamento e produção de novas teorias e cosmogonias. Pensar que isso estabelece um processo de "racialização" de pessoas com deficiência intelectual, disputando um espaço pela construção do conhecimento nas instituições de ensino contemporâneas que não lhes é reconhecida, que evoca um produz esvaziamento político de sua participação social, e por conseguinte, na construção de sua identidade. É comum que haja o processo de subordinação de pessoas não-intelectualizadas ou processos de deficiência intelectual, pelo Estado, família e sociedade civil, gerando novas barreiras para sua plena participação social.

Ainda pensando sobre corpos negros no ambiente universitário, Luzia apresentou um cenário presente dentro de faculdades privadas, marcadas por uma grande ausência de participação de pessoas negras no corpo discente, sendo somente 2% desse público à época no seu curso de graduação.

E éramos nós. Eu era a única naquele grupo de 4 pessoas [negras] que tinha uma vida privilegiada, e eles tinham bolsa. Numa faculdade de economia com uns 200 alunos, éramos 4, e eu nunca tive essa consciência de que só éramos 4 [pessoas negras]. Eu fui ter essa consciência com 30 anos vivendo em Florianópolis. Porque eu comecei a passar por essas situações (Luzia).

Demarcando uma expressão massiva da branquitude no contexto universitário, foi somente a partir da sua vivência quando se mudou para Florianópolis, permeada pelas violências que sofreu na região, que conseguiu simbolizar o quanto que foi violento estar em

um espaço universitário que tinha uma minoria racial da população negra, abrindo as possibilidades de repensar as tensões raciais dentro da universidade. Sendo um espaço de produção de conhecimento e reflexividade crítica, também reproduz padrões de dominação cerceadas pela branquitude e pela cisheteronorma no corpo de Luzia, e de outras pessoas entrevistadas.

Nil também compartilhou sua experiência enquanto uma pessoa negra-LGBTI+ que desenvolve atividades acadêmica dentro do contexto da saúde pública. "A saúde ainda é um espaço elitizado, não tem muitas pessoas racializadas, maioria das pessoas brancas, magras e cisheteras. A pessoa diferente tenta construir espaços com outras pessoas diferentes." (Nil). O contexto universitário das ciências da saúde foi percebido na narrativa de Nil enquanto um lugar que é muito marcado por pessoas brancas, cisheterossexuais e com um padrão estético dentro da magreza. O fato de não ocupar nenhuma dessas identidades, enquanto uma pessoa parda afro-indígena imigrante, gorda e não-binária, assume uma dificuldade na conexão com outras pessoas discentes que compõem a vida universitária, que representam simbolicamente aspectos da norma da branquitude cisheterossexual.

Pensando nas possibilidades de violência dentro do ambiente institucional do trabalho, houve algumas discussões que ilustraram esses contextos.

Sempre fiz questão de ser contratado e registrado na carteira de trabalho como pessoa com deficiência. Não teve um trabalho dos quais eu fiz, que eu não fiz essa recomendação. A primeira vez, a gestora de RH questiona, eu era jovem aprendiz, fiquei 2 anos nessa empresa, era um banco cooperativo, em atividades administrativas e não atendimento ao público. Não me pergunte por que, não fui pro atendimento ao público, mas a gente já consegue dar esses nomes. Eu não conseguiria quando tinha 14 e 15 anos. A cada 6 meses eu tinha que trocar de função, essa era a configuração do programa de jovem aprendiz. E aí toda vez que a gente precisava fazer o ajuste de cargo/função, ela perguntava: você se sente capaz de fazer isso? (Helix).

O tratamento desigual em relação às outras pessoas que se encontravam em posições na hierarquia, juntamente com um tempo de senioridade semelhantes aos seus, evidencia formas de violência contra a população negra-LGBTI+. Demarcando que em todas as suas

contratações trabalhistas, foi enquadrado enquanto uma pessoa com deficiência, trouxe essa experiência em que as suas competências profissionais eram questionadas em virtude de sua capacidade de conseguir desempenhar determinadas tarefas.

O capacitismo foi trabalhado em Moreira et al. (2020) tanto como violências contras as pessoas com deficiência, marcadas por uma produção de hierarquias nas capacidades estéticas e funcionais de seus corpos, quanto outras formas de corporalidades, utilizando da interseccionalidade para localizar corpos que compartilham de desvios do sistema produtivista neoliberal, como pessoas negras e indígenas, mulheres, população LGBTI+, pessoas idosas, para citar alguns grupos sociais. O capacitismo aqui acaba ficando mascarado nas entrelinhas, mais uma forma de opressão de modo sutil, que acaba por evidenciar que existem prerrogativas de dominação em relação aos parâmetros de funcionalidade que são, a todo momento, impostas às pessoas com deficiência, de modo que consigam atingir um potencial produtivo dentro do ambiente organizacional, partindo do princípio que são menos capazes. A Lei de Cotas (Brasil, 2012), pensada sobre o processo de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, oportuniza que haja a entrada de pessoas com deficiência em contextos laborais, destinando uma porcentagem de vagas da organização para as pessoas com deficiência.

Apesar da Lei de Cotas (2012) representar uma política pública que promova a entrada de pessoas com deficiência no mundo do trabalho, é importante problematizar o quanto que há uma dificuldade em pensar a permanência de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Tendo em vista que tanto o seu senso de pertencimento, quanto o investimento necessário de apoio para desenvolver tarefas e pensar uma progressão funcional de carreira para cargos mais alto no quadro de funcionários, acabam por ficar de segundo plano, criando políticas de acesso ineficazes para o desenvolvimento pleno de suas potencialidades, que acabam ficando restritos à lógica da falta, perda de tempo e necessidades de apoio lidas como supérfluas.

Era um lugar marcado, se tu ia conversar com alguém: “Ah, eu moro ali”. “Ah, tu mora na favelinha?”. Então também tinha essa desconfiança [...] Eles [pessoas do trabalho] me colocaram uma sala, essa sala era um almoxarifado com chave, tranca, várias chaves, ficava com uma pessoa só. [...] Uma das gerentes me coloca nessa sala, com uma caixa malote, caixa marrom de papelão, com um monte de dinheiro enrolado. E eles falam: “a gente precisa contabilizar esse dinheiro”. E eu fui a pessoa para contabilizar esse dinheiro. Não faz o menor sentido isso na minha cabeça: eu trabalhava em um banco, eu tinha recursos para contar esse dinheiro de uma forma muito mais automática: contador de notas, contador de moedas. Eu fiz aquilo tudo manual, e demorei uns 2 ou 3 dias, não fazia ideia do porquê eles queriam. Eu estava em uma sala.... Sozinho.... Com duas câmeras na sala, que também é pela segurança da sala, o que me importava aquilo com 15 anos... mas abre aquela ideia “estão me testando para saber se não levo para casa isso” (Helix).

Tendo vindo de um contexto de periferia, Helix integra juntamente à experiência capacitista de ser um homem com deficiência no ambiente de trabalho que possui diversas possibilidades de acesso e apoio negados, o fato de que o contexto de moradia ser em um território periférico, acaba trazendo à tona a discussão sobre o classismo e violências contra pessoas pobres e periféricas.

Martins (2018) pensando sobre aspectos da criminalização da população negra brasileira, destacou que o sofrimento proveniente de questões sociais históricas de falta de investimento do Estado em políticas públicas protetivas às pessoas negras, que são marcadas pelo subemprego, desemprego, falta de moradia e acessos à saúde, educação e oportunidades. "O Estado atua nas favelas e periferias de forma desumana, preconceituosa e discriminatória. Percebe-se que existe um projeto de criminalização da população trabalhadora, principalmente a população negra, especialmente voltado para os jovens negros" (MARTINS, 2018, p.19). O exemplo citado de ter sido convocado por lideranças importantes da organização, para efetuar um trabalho manual, exaustivo e pouco propositivo de contagem de dinheiro, pode significar que Helix era visto de modo negativo enquanto uma pessoa negra, pobre, periférica e com deficiência. A maneira como esse "teste" foi estruturado evidencia que

existe uma expectativa da organização de que pessoas dentro desses marcadores sociais seja criminosos em potencial, ou que não podem ser confiáveis, chegando ao tempo de mobilizar diversos recursos no intuito de criar uma atmosfera que busque validar essas hipóteses, baseadas no estigma racial atual.

Meu chefe é um cuzão, ele é um racista mesmo, mas isso todo mundo já viu. Racista, machista, pior tipo de pessoa. [...] Ele já me fez limpar o chão por uma coisa que ele quebrou. Eu não faço isso. Meu trabalho é cuidar do financeiro e fazer atendimento ao cliente, quando necessário. Mas um dia ele tava lá na loucura dele, derrubou uma jarra de café, quebrou a jarra de café inteira, e disse “limpa aí Val, limpa aí”. E eu limpei (Val).

Ainda discutindo sobre componentes do mundo do trabalho, Val elucidou o como o lugar de subserviência da população negra aparece enquanto uma prerrogativa da sociedade, de modo a ser um lugar destinado para a sua categoria. Esse local de subserviência pode ser demonstrado ao retratar a realidade de organizações, sejam elas públicas ou privadas, e que quando possuem uma quantidade considerável de pessoas negras dentro do quadro de quem trabalha, acabam por ocupar cargos hierárquicos mais baixos. A produção desta hierarquia dentro do mundo do trabalho pode ser vista como uma nova atualização das condições de vida destinadas às pessoas negras, que ao não conseguirem as mesmas oportunidades de acesso que pessoas permeadas pela branquitude, acabam por conseguir uma menor mobilidade social, e ascensão dentro de espaços de liderança e tomada de decisão.

Mesmo assim, sendo vista como uma das poucas pessoas negras da organização, a branquitude encontrada no tecido social, com destaque para a sua liderança no atual emprego, evidencia que pessoas negras são destinadas para o trabalho doméstico. É importante salientar que não há pretensão moral em relação às produções de sentidos e significados do mundo do trabalho, e que o trabalho doméstico representa uma atividade laboral digna como qualquer outra. O que está em jogo aqui é uma construção social que imputa às pessoas negras este lugar à todo e qualquer custo, provocando impedimentos nas possibilidades de existência que fujam à essa lógica, que se apresenta como mais uma tentativa de dominação da população negra, através do mundo do trabalho.

A discussão sobre dominação em relação ao trabalho pode ser amplamente tensionada com os efeitos da escravização da população amefricana (pessoas africanas e indígenas/povos originários), pensando que a proposta de trabalho imputada pelo patriarcado imperialista se quer deveria ser considerado como trabalho, pensando o quanto era permeada por longas jornadas, de trabalho braçais e rotineiros exaustivos, que traduzem o processo de desumanização colonial (André, 2007). A expressão do aparelho repressivo encontrado nas metrópoles europeias durante os séculos do colonialismo, esse legado da submissão em espaços de trabalho podem ser articulados com estratégias seculares de controle direto por meio da força de trabalho das populações escravizadas pelos europeus. As atualizações do controle colonial aparecem novamente nesse momento, em que a produção do desvio de função de Val, faz com que esse lugar de serventia e subserviência, seja atualizado na forma como que é imposto às pessoas negras, ganhando no espaço cotidiano novas estratégias de controle da categoria social das pessoas negras.

6 DESDOBRAMENTOS DAS VIOLÊNCIAS: EFEITOS PSICOSSOCIAIS E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

Pensando nas complexas dinâmicas sociais retratadas anteriormente, foi possível identificar que as pessoas que compõem a comunidade negra-LGBTI+ enfrentam as opressões nos mais diferentes espaços. Pensando na conexão de raça/etnia, juntamente com a orientação sexual e a identidade de gênero, que imprimem desafios singulares, e por muitas vezes, avassaladores. Este capítulo intitulado "Desdobramentos das Violências: entre os Efeitos e as Estratégias de Enfrentamento" surge enquanto uma tentativa de explorar alternativas de resistências às violências que afetam as pessoas negras-LGBTI+, de modo a pensar mecanismos de entendimento e proteção sobre as violência sofridas..

Buscando uma compreensão dos efeitos variados que as violências imputam às identidades interseccionais, esse capítulo retrata algumas das experiências de discriminação, violência e marginalização, cujo potencial de ser exacerbado quando características de raça, orientação sexual, identidade de gênero, juntamente com outras expressões da interseccionalidade, exigem uma análise sensível com pontes para construções de caminhos que sejam socialmente implicados. Desta maneira, as estratégias de enfrentamento é pensar

como atuar a complexidade das opressões com auxílio da exploração de narrativas que trazem as perspectivas de pessoas diretamente afetadas por essas violências. Buscando valorizar a diversidade de vozes, que com seus pontos de vista singulares, exemplificam tendências de pensar como possam lidar com as situações violentas, ao utilizar de estratégias de resistências funcionais. A ideia é contribuir com um entendimento mais profundo sobre as narrativas de questões interseccionais, buscando uma mudança significativa e inclusiva na sociedade atual.

Com esse capítulo, convido as pessoas leitoras a refletir sobre as relações de poder que legitimam a perpetuação das opressões, enquanto abordamos tecnologias de resistência, criando e agindo em comunidades mais equitativas. À medida que abordamos algumas histórias, na modalidade de narrativas, trazemos alguns dos efeitos conscientes das violências para ilustrar as percepções das pessoas entrevistadas com os eventos evocados, em paralelamente. Com o enfoque das estratégias de enfrentamento compartilhada pelas pessoas negras-LGBTI+, foi possível abrir novos caminhos que organizem para um projeto de futuro que a diversidade seja reconhecida, acolhida e celebrada dentro da sociedade, pensando uma prisma para a justiça social dentro de uma realidade material.

6.1 Efeitos Conscientes das Opressões

Ao serem questionadas sobre os efeitos que essas opressões produzem nas pessoas negras-LGBTI+, as pessoas entrevistadas trouxeram diversas reflexões que ajudam a pensar como esses eventos modulam processos subjetivos e de posicionamento nas relações que constroem com as pessoas no contexto de Florianópolis. Dome falou sobre uma tendência de

As pessoas se fecharem cada vez mais. Aumentar cada vez mais as doenças psicológicas. Todo mundo está doente há muito tempo, só que hoje a gente curte isso mais abertamente, tendo situações mais públicas, dando mais força para isso. A não aceitação consigo mesmo, a tendência de ser algo que você não é para conseguir se enquadrar em um padrão: ou para trabalho, ou para relacionamento amoroso/amizade/trabalho (Dome).

O impacto psicossocial é evidente na narrativa de Dome, que pautou um processo de isolamento afetivo, que dialoga com o desenvolvimento de um adoecimento psicossocial. As

marcas das opressões no âmbito da sociedade, como percebido nas relações amorosas, de amizade e de trabalho, impactam diretamente o psiquismo de pessoas negras-LGBTI+. Essa perspectiva da não aceitação de si, faz com que o caminho seja ainda mais tortuoso para construir uma narrativa interseccional.

Seguindo com alguns outros efeitos perceptíveis pelas pessoas entrevistadas, Eva entrou em contato com algumas das emoções e sentimentos que costuma sentir em eventos violentos.

Mas a primeira reação é o choque, “o que que eu fiz para estar passando por essa situação?”. Apesar de ser uma pessoa bem durona, eu sou bem emotiva, e eu fico bem nervosa em relação à emoção mesmo. E também o sentimento de não querer estar mais nesse lugar. Paro de frequentar lugares, não interajo com determinados grupos pela presença de pessoas (Eva).

Eva destacou que uma das percepções que tem de si quando essas violências acontecem é uma surpresa, e que uma das primeiras coisas que pensa é na sua própria responsabilidade por estar passando por essa situação. Sua narrativa demonstra que existe uma culpabilização das pessoas em relação às próprias violências que são submetidas, sendo responsabilizadas por situações que não competem à sua escolha. Pensando no quanto distintas emoções aparecem nos momentos de violência, nem sempre é possível realizar um enfrentamento direto às opressões vivenciadas. A ambivalência de sentimentos de força, juntamente com uma fragilidade emocional, são fatores desencadeados pela própria violência.

E conforme ilustrado, existe uma produção de um isolamento e de quebra de vínculos de pessoas negras-LGBTI+, ao evitarem estarem presentes em espaços ou com pessoas que reforçam as violências sofridas. Linhares (2021) analisou a culpabilização da vítima de violência sexual, e chegou a uma constatação em seus resultados que a culpabilização é maior para vítimas mulheres com características de serem negras e contra-normativas. Isso traduz que a Interseccionalidade de mulheres negras atua enquanto um efeito de responsabilização sobre as violências praticadas contra elas, instaurando um processo de culpa sobre formas de dominação de seus corpos. O processo de distanciamento pôde ser percebido dentro da narrativa de Luzia, que utiliza dessa estratégia de modo a diminuir os eventos violentos que sofre na região da Grande Florianópolis.

Eu diminui de sair, e eu vou me recluindo. Mesmo trabalhando com diversidade, e ciente de que temos que lutar e fazer. O efeito no psicológico quando não somos tratados, e psicologicamente todos tem espaço para evoluir. Tem momentos que a gente absorve o que a pessoa fala e acaba se diminuindo. Eu saio muito menos aqui em Floripa como um todo. [...] E também é de uma proteção minha, porque já fui muito ferida (Luzia).

Luzia apresentou que uma de suas estratégias para conseguir conviver com a realidade das violências em Santa Catarina, é alternando visitas à sua cidade natal, São Paulo, que segundo a entrevistada, apresentam outras possibilidades de existência. A entrevistada realiza esse movimento, porque assim como Eva, também acaba por se isolar desses espaços, restringindo as possibilidades de existência nos espaços geográficos do território.

O entendimento que as micro violências ocorrem de modo bastante sutil na região de Florianópolis também foi levantada por outras pessoas entrevistadas, que partem de reproduções de atos racistas tácitos, que sugere a dúvida sobre a intencionalidade do racismo, produzindo efeitos simbólicos dentro da subjetividade, no momento e no pós-violência. "São as microviolências, porque as pessoas não te agredem fisicamente, mas elas vão causando um negócio na tua alma que você fica revoltada, e você se protege. Eu sou uma pessoa muito armada. Eu geralmente eu vou para cima da pessoa, e estou tão cansada, porque não tenho mais paciência." (Luzia). O processo de proteção mencionado enquanto uma possibilidade é derivado desses constantes ataques, fazendo com que haja uma hipervigilância em relação às novas possibilidades de violências, e Luzia trouxe que costuma ser embativa com pessoas opressoras, porque não aguenta mais precisar ficar justificando a sua existência para os outros, fazendo um enfrentamento direto em algumas situações.

Um outro efeito de desdobramento das opressões é a dificuldade de construção da identidade de gênero e de sexualidade, uma vez que essas violências restringem a possibilidade de construção desses marcadores dentro da própria identidade. "Eu acredito que se você é invalidado, desde o começo, você não tem força para expandir e ser quem você realmente é. Essa invalidação faz com que muitas pessoas que tem ideias decididas na cabeça acabem não saindo do armário. Pessoal acaba não vivendo essa vida no 100%. Se a pessoa já vê isso acontecendo com outros.... Eu senti muito isso, inclusive. Até a gente conseguir

compreender certas coisas. Se na época que eu não tinha me entendido direito, já fazia isso, já via pessoas fazendo, hoje eu tenho receio de chegar me apresentando para as pessoas de quem eu sou [...] Você se fecha, né? Cê fica para dentro" (Val). Com a noção das violências impressas em seu corpo, o processo de isolamento também apareceu em sua narrativa, fazendo com que as pessoas negras-LGBTI+ fiquem imersas dentro de um círculo do silêncio, produzindo uma nova forma de pensar sobre a solidão de corpos negros.

Podemos aprender a trabalhar e a falar apesar do medo, da mesma maneira que aprendemos a trabalhar e a falar apesar de cansadas. Fomos educadas para respeitar mais o medo do que a nossa necessidade de linguagem e definição, mas se esperamos em silêncio que chegue a coragem, o peso do silêncio vai nos afogar. O fato de estarmos aqui e que eu esteja dizendo essas palavras, já é uma tentativa de quebrar o silêncio e estender uma ponte sobre nossas diferenças, porque não são as diferenças que nos imobilizam, mas o silêncio. E restam tantos silêncios para romper! (Lorde, 1977).

O rompimento deste silêncio constitui uma empreitada complexa, mas vista como necessária para evitar com que a culpa dos episódios de violência não recaiam somente para si. Alguns outros efeitos que foram destacados estão associados ao impacto biopsicossocial, com prejuízos na saúde biopsicossocial.

A consequência são outras para a gente: saúde mental, física e afins. E acompanho várias pessoas amigas negras que migraram, porque “não, não quero mais. Não rotundo”, e foram para outros espaços. Uma delas, que tenho muitas saudades, está muito feliz lá em Salvador. Não que ela não vivencie algumas violências, mas é diferente de Santa Catarina, com certeza. [...] São diferentes formas que temos para fazer esses enfrentamentos. A minha forma foi fazer uma aposta em ficar aqui. Aposta no incômodo, fazendo esse lugar do incômodo (Nil).

Algumas população optam pela saída do território em busca em um espaço seguro, que auxilia a repensar novos deslocamentos produzidos por uma diáspora contemporânea, ao produzir uma fuga da branquitude e da cisheternormatividade. Andrade (2016), ao dialogar sobre o acolhimento e integração social de pessoas LGBTI+ em situação de migração e refúgio na cidade de São Paulo, ressalta que mesmo as questões de identidade de gênero e

sexualidade serem parte de suas motivações de migração, continuam sofrendo violência e discriminação no país de destino, até mesmo de sua comunidade do país de origem. Nil apresenta uma sensibilidade de reconhecer nas migrações, tanto na sua própria, quanto da colega que se mudou para o território de Salvador, que exprime uma maior presença de pessoas negras na composição da cidade, ainda há a presença do preconceito interseccional por questões de raça, nacionalidade/procedência e sexualidade nesses espaços, ainda que de modo diferenciado, o que traduz a manutenção de violência das pessoas em situação de migração nos países de destino, como no caso do Brasil..

As falhas de acesso e de acessibilidade enquanto barreiras impostas às pessoas com deficiência no Brasil, apareceu durante as narrativas de Helix:

É um caminho cansativo, a Pamela Block acho que fala alguma coisa de fadiga de acesso [...] é o que eu sinto quanto eu tenho que ir lá negociar a minha acessibilidade. Tem um cansaço, não necessariamente de acesso, que parece que eu to levando o mundo inteiro sozinho. Eu tenho um marcador de corpo que dá uma sensação de responsabilidade social e que eu acho que é ótimo, que é catalisador para mim (Helix).

Versando sobre suas demandas de apoio no sentido das necessidades de acessibilidade dentro do ambiente universitário, Helix costuma ser recorrente convocado para criar suas próprias formas de acessibilidade, uma vez que não existe um preparo da instituição para atendimento de suas necessidades de modo sistêmico. Isso reflete uma culpabilização às pessoas com deficiência, ao serem responsabilizadas por criarem mecanismos para efetivar seus próprios acessos, distanciando a responsabilidade Mingus (2011), aborda a Intimidade de Acesso enquanto uma forma de promover a acessibilidade por uma perspectiva afetiva e relacional, sendo uma ótima estratégia para pensar a participação social dos corpos com deficiência, seu senso de pertencimento e validação de modalidades de apoio.

6.2 Modalidades de Lidar: Resistindo às Violências

Pensando sobre as formas com as quais pode se pensar um enfrentamento às violências, as pessoas entrevistadas apresentaram as mais distintas formas de lidar com as situações opressoras. Acredito ser fundamental destacar que a noção sobre as identidades que

possuem, junto como as pessoas se posicionam quanto a elas, demarcam uma tomada de consciência sobre a dominação racial, sexual e de gênero

Estar muito consciente de onde você está e com quem você está. Ter discurso e um diálogo aberto e sincero com amigos e com a rede de apoio [...] Rede de apoio de pessoas negras, LGBTI+ e pluralidade de pensamentos que se encaixam com o que você vive [...] Estar acompanhado de pessoas que te entendem é uma coisa que ajuda bastante. Conversar sempre, ser aberto com as pessoas sobre anseios/meios (Dome).

O processo de tomada de consciência da influência das leituras sociais praticadas pelo contexto, oferecem ferramentas para compreender questões que influenciam como essas opressões. Entretanto, é importante reconhecer que o processo de revisão crítica às relações raciais e de gênero à nível teórico e acadêmico não são de fácil acesso para a população brasileira, tendo em vista que esse debates costumam ocorrer à nível de ensino superior. Mesmo assim, existem outras formas de pensar a valorização da diversidade racial e de gênero, como expressão corporal, espiritualidade, musicalidade e formas populares de subverter as matrizes de dominação aqui descritas.

O suporte sócio-emocional apareceu para Dome enquanto uma das formas de lidar com as violências sofridas, principalmente de pessoas que possuem identidades semelhantes às suas, como outras pessoas negras-LGBTI+ para as pessoas entrevistadas, e suas outras intersecções. A construção de uma rede de apoio que fomente os pensamentos plurais oferece um espaço de acolhimento para a manifestação da subjetividade, tanto para elaboração do processo violento, quanto para sentimentos de segurança e de pertença junto a outras pessoas que compartilham das opressões.

O estabelecimento de redes de apoio, assim como políticas públicas específicas, costumam ser barreiras de acesso à população LGBTI+ em serviços de saúde com atendimento de modo integral (Cardoso & Ferro, 2012). O apoio de uma rede de amigas apareceu enquanto uma estratégia de enfrentamento potente, em que haja espaço para o compartilhamento de anseios juntamente de terceiros, dando vazão aos pensamentos angustiantes e receios produzidos pelas opressões. Além de Dome, outras pessoas participantes destacaram esse suporte em rede, que permite pensar o senso de comunidade

enquanto grupo social marginalizado, que apresenta um potencial de construção coletiva para tensionamento da normatividade e para apoio mútuo.

Compartilhar experiência com o outro que entenda a sua dor é melhor, e não tenho como esperar que pessoas de grupos distintos vão entender da mesma forma. [...] Tem assuntos que eu posso falar livremente, que eu não conseguiria ter a mesma desenvoltura com pessoas brancas, mesmo que LGBTI+. Não tenho exemplo de acontecimento, mas sobre os sentimentos sim. Eu me sinto muito mais à vontade, tipo, “você viu aquele jeito que a mulher me tratou?”. Para a cabeça da pessoa branca é super normal, e a pessoa negra validaria (Eva).

A diferença da identidade racial de pessoas brancas e pessoas negras pode ser um fator complicador no processo de validação das opressões, que muitas vezes ocorrem sob a forma de micro agressões, conforme ela mesmo explicitou anteriormente. Estar presente juntamente com outras pessoas negras-LGBTI+ pode ser um catalisador para validar a experiência violenta sofrida, de modo a evitar a fragmentação da subjetividade pelo não reconhecimento da opressão ocorrida.

Ainda sobre o histórico de vivências de sofrimento e dores, Luzia demonstrou que suas experiências negativas a propulsionam para buscar formas de mudar esse paradigma violento. Com sua formação de Economista, e atuando dentro do mundo corporativo com gestão das diversidades, situa a importância da mudança da realidade estrutural de Santa Catarina, devido ao seu preconceito contra pessoas negras-LGBTI+.

Eu quero fazer diferença aqui em Santa Catarina, eu tenho um pouco de ranço das pessoas daqui, porque ela são muito preconceituosas com pretos e com LGBTI+ [...] Um dos resultados foi que eu peguei essa dor, para transformar em uma fé do bem. A gente não falaria de diversidade se a gente não tivesse todas as pessoas passado por perrengue, e se revoltaram indo para a rua fazer acontecer. Eu quero levar através do amor para levar para as pessoas. (Luzia).

Atualmente, articula um grupo de mulheres dentro do seu contexto de trabalho, de modo a trazer pautas das opressões para a consciência de pessoas em empresas e

organizações. Com a pauta da gestão da diversidade dentro das organizações, Luzia trouxe que transformar essa dor para formas de sensibilização para pessoas que se encontram em poderes de decisão e pessoas que vivenciam opressões no ambiente de trabalho, o seu movimento de atenuar as barreiras por pessoas negras e/ou LGBTI+ no mundo corporativo se demonstra como uma importante estratégia para continuar em movimento, e defendendo as bandeiras de sua identidade. O potencial de aprendizagem por parte dos episódios de violência possuem um potencial transformador de experiências que são simbolizadas como dolorosas, para sensibilização e capacitação de pessoas dentro das organizações, e proporcionar propósitos dentro de sua vida. Um estudo desenvolvido pela consultoria Mais Diversidade (2021), ouviu um total de 2.168 pessoas LGBTI+ para discutir temáticas transversais no mercado de trabalho brasileiro, constatou: que 70% delas não se sentem seguras no ambiente de trabalho; que 61% presenciaram casos de preconceito dentro de suas empresas; e 57% acreditam que a sexualidade atrapalha o crescimento profissional. Isso demonstra as lacunas presentes para pessoas LGBTI+ dentro do mercado de trabalho, demarcando uma dificuldade de permanência e ascensão de carreira devido aos preconceito que vivenciam, sinalizando a importância desenvolvida pelo trabalho de Luzia.

Algumas tecnologias embativas de afrontar as situações de violência e as pessoas que reproduzem as opressões também foram utilizadas, conforme demonstrado por Helix.

Ao passo que agora já é um pouco diferente, quando eu saio do armário: “Nossa, mas tu não presta atenção no que eu falo”. “Claro, eu sou surdo”. Esse momento de desestabilizar é o que mais me satisfaz, posso estar sendo super pau no cu com o universo? Sim. Mas é o que mais me satisfaz. Porque dá a possibilidade da pessoa pensar em algo, e precisa ser rápido. Precisa ser rápido, tanto para ela sair, se ela quer conversar comigo ela escolhe permanecer ou não, tanto para ela ficar, mas para ela ficar tem que ter muuuuuuuta sabedoria (Helix).

Em diversos momentos em sua narrativa que o processo de sair do armário, tanto no sentido da identificação com suas características interseccionais, quanto na Performance de Gênero delas no tecido social, apresentou que uma de suas estratégias consiste em contestar

sentidos para as frases que são dirigidas à si, seja por pessoas desconhecidas ou pessoas próximas, de modo a traduzir a microviolência presente nas pontuações das pessoas.

Essa perspectiva do afronte, que consiste em um embate narrativo em relação às violências destinadas aos seus corpos, o processo de problematizar as intencionalidades por trás dos discursos opressores, também foi um dado que apareceu em outras narrativas. Seu potencial de desestabilizar mecanismos de produção de violência, ao passo que ainda explora um lugar de demarcar sua identidade, aparece enquanto potência dentro dos tensionamentos a serem produzidos dentro da normatividade racial, de gênero e sexual. "Em relação à agressão [verbal], eu corto a relação com aquela pessoa. Quando é uma pessoa estranha, acho que a educação, "por que você tá me tratando desse jeito? Qual o sentido dessa sua pergunta?". Mas às vezes não dá, a gente fica nervoso, acaba se excedendo" (Eva). Eva trouxe que o processo de contestar o que a pessoa está fazendo como uma saída para desestabilizar a microagressão, trazendo à tona sentidos e significados de conteúdos racistas e bifóbicos dentro de sua composição. Ainda assim, a entrevistada ressaltou que a depender de outros fatores que compõem a cena da opressão, muitas vezes não é possível realizar esse tipo de estratégia. Aqui faço uma ressalva que o processo de afronte pode provocar inúmeros efeitos às pessoas marcadas pela Fragilidade Branca (DiAngelo, 2018), que ajuda a pensar a Fragilidade Heterossexual normativas, o que importa dizer que podem responder numa variedade de frequências, desde implicação pela corresponsabilidade, até intensificação das ações violentas, que requer cuidado em relação à integridade biopsicossocial de pessoas negras-LGBTI+ que utilizam do afronte enquanto estratégia.

O que eu faço agora, quando uma pessoa está sendo desrespeitosa e eu to vendo que ela tá me violentando mesmo, eu dou uma de bobo. "O que? Não estou entendendo. O que você quer dizer com isso?". Até ela se tocar que está sendo idiota. E ela se toca. [...] Já que é sutil sendo violento comigo, eu vou ser sutil me defendendo também. E é uma defesa que acontece, porque o pessoal vendo o que tá acontecendo, começa a rachar o bico. E a pessoa fica sem graça, tipo "o que tá acontecendo? Não estou entendendo" (Val).

A partir do momento em que Val percebe que está em uma conversa com uma pessoa que está produzindo algum tipo de microagressão no seu discurso contra a sua honra,

enquanto uma pessoa negra-LGBTI+, ela disse que compartilha da sutileza para tensionar o desconforto provocado pela fala violenta. Isso demonstra mais um modo das pessoas entrevistadas fazerem resistência perante as opressões que sofrem, demarcando um enfrentamento aos discursos que não aparecem de forma explícita como de ódio, mas que exercem uma forma de subalternização das identidades pela sua tradução do patriarcado colonial. Esse processo de afrontar a pessoa autora de violência auxilia a tensionar o ato violento, causando uma desestabilização subjetiva em relação ao incômodo provocado pelas correções de pronomes ou de perspectivas de vida, muitas vezes necessárias para continuidade da existência, e que convocam para um posicionamento da pessoa responsável pela violência para uma tomada de decisão em relação ao o que está sendo comunicado.

Essa desestabilização subjetiva também pode aparecer enquanto processo de devolutiva para pessoas brancas-heterossexuais de se posicionarem em relação ao tratamento indevido proporcionado pela sua manutenção do privilégio. "Corrijo mesmo, quantas vezes forem necessárias, mas isso cansa. Até a pessoa ficar desconfortável e ver que tá errando ali, seja a forma como foi dita sobre a minha etnia ou a pronomes de tratamento. Busco também trazer informações, pessoas que realmente demonstram interesse" (Val). Val também apresentou que costuma deixar pessoas desconfortáveis, principalmente no tocante nos seus pronomes de tratamento e étnico-racial, de modo a demarcar o seu espaço na relação estabelecida no momento. O potencial educativo desse movimento ganhou destaque, de modo que trabalhar com a população que muitas vezes pode estar alheia à essa discussão, ou também que acabam por propagar concepções violentas, como vistas na cooptação da discussão de gênero, como foi o caso da Ideologia de Gênero.

Utilizando de conceitos da academia e dos movimentos sociais em prol da diversidade de gênero e sexualidade, segmentos conservadores da sociedade foram responsáveis pela construção do termo "Ideologia de Gênero", com o significado de que o movimento feminista e LGBTI+ buscava uma imposição de discussões que não deveriam ser realizadas no ambiente escolar, como educação sexual, em prol da diversidade de gênero e sexualidade. Ao associarem pessoas do campo dos estudos de gênero como responsáveis por induzir crianças a terem relações sexuais ou a serem pessoas LGBTI+, o seu uso denuncia uma onda conservadora responsável por discriminar diversidades de gênero e de sexualidade, e por não promover educação sexual de forma preventiva (Rosa, Souza & Camargo, 2019). Fica

evidente que o uso do termo atende a interesses particulares, demarcando a influência exercida pela "Ideologia da Ideologia de Gênero" por segmentos conservadores da política partidária e de instituições religiosas à população.

Com um discurso de suposta proteção contra as infâncias e adolescências, o termo é utilizado como forma de culpabilizar pessoas LGBTI+ se buscarem fazer uma conversão de crianças. Além de utilizarem conceitos importantes para discussões contemporâneas de modo esvaziado, impedindo o potencial educativo e protetivo que as discussões de gênero e interseccionalidades, essa percepção traduz a cisheternormatividade, ao partir do pressuposto que a conversão supostamente pretendida sejam de pessoas que já sejam (ou nasceram) heterossexuais, pensando na perspectivas das crianças e adolescentes. Entretanto, o que se propõe com essas discussões é que elas sejam formas de criar formas representativas para acolhimento da diversidade nas mais categorias interseccionais, evitando os desdobramentos violentos desse processo no futuro.

A psicoterapia apareceu enquanto uma estratégia de enfrentamento bastante promissora, de modo a entrar em contato com as emoções e processos subjetivos decorrentes nos momentos de violência, que apresentam um componente reativo bastante presente. "Eu também comecei a perceber, e aí com muito acompanhamento terapêutico, eu comecei a perceber que eu era outra pessoa aqui em Florianópolis. Cara, isso não tá certo. Não tá certo, porque eu sou feliz aqui, então por que eu não posso levar esse Helix para lá? [cidade da família materna]" (Helix). O processo de iniciar um processo psicoterapêutico com um profissional de Psicologia pode contribuir para melhor entendimento em relação às diferenças que percebe sobre como se porta em Florianópolis, e quando retornar para sua cidade natal, no interior do Paraná. A percepção que trouxe anteriormente de que, em diversos momentos, buscou esconder componentes de sua identidade no ambiente familiar, começou a trazer novos sentidos, com o apoio de psicoterapia, para uma melhor elucidação quanto a como se portar nos espaços que ocupa.

Segundo o artigo segundo da Resolução 01 de 1999 de Conselho Federal de Psicologia, os profissionais de Psicologia devem auxiliar com reflexão sobre o preconceito, a fim de desaparecer discriminações e estigmas contra a população LGBTI+ (Conselho Federal de Psicologia, 1999). O reconhecimento da importância de intervenções psicológicas em

contextos de violência contra a população LGBTI+ perpassa pelo reconhecimento da categoria profissional que essa população é marginalizada com processos de opressões. "Eu estou com a minha terapia em dia. Antes da terapia, eu esgoelava. "Pô, o que você tá falando, não é assim que funciona, não é desse jeito". Eu chegava enfrentando, e acaba repelindo muitas vezes. E não é escutado. Não precisa gritar para ser ouvido, e isso eu aprendi na terapia (Val). Proporcionar espaços para que pessoas negras-LGBTI+ entrem em contato com suas emoções e elaborem situações violentas que sofrem durante o cotidiano, consiste enquanto uma ótima forma de pensar um enfrentamento às opressões, de modo a haver um espaço de apoio profissional para demandas subjetivas.

Articulando que a violência LGBTI+fóbica é um relevante problema social, é importante pensar em formas de combate, proteção e promoção da integridade dessa população, uma vez que as opressões decorrentes de preconceitos, discriminações e estigmas são processos históricos complexos, inter-relacionais e com uma carga bastante pesada para a comunidade. A intervenção terapêutica por parte do profissional de Psicologia deve ser orientado para um acolhimento livre de preceitos morais sobre construções sociais da normalidade, permitindo uma escuta cuidadosa dos processos de subjetivação e questões balizadores das vivências da comunidade LGBTI+ (Toledo & Pinafí, 2012). Oportunizar um espaço para entrada em contato com as emoções por parte das pessoas que integram as minorias sexuais, a fim de elaborar os processos violentos causados pela cisheteronormatividade, quebrando concepções socialmente compartilhada que a população LGBTI+ é inferior ou anormal à hegemonia cisheterossexual.

A religião foi abordada como uma forma de dominação da identidade racial a partir das camadas do Racismo Religioso, entretanto, a aproximação com religiões de matrizes africanas também podem ser uma forma de enfrentamento às opressões, de modo a encontro dentro da espiritualidade ancestral, formas de pertencer ao mundo através da coletividade. "Quando eu vim aqui no Brasil, eu tive contato com pessoas da Umbanda e do Candomblé, e tendo essas leituras e acompanhando as pessoas de forma virtual mesmo. E aqui tem um terreiro que eu acompanho a minha companheira, onde a maioria das pessoas são brancas. Transitar nesse espaço, me permitiu fazer leituras, como constituiu a história, e ter essas leituras e acompanhar essas pessoas, tem sido também um abraço. Várias reflexões têm me tocado muito. Tem um cara que fala sobre a Psicologia, pensar como o Candomblé a

Psicologia. Esses textos reflexões têm sido para mim muito importantes, esse espaço tem sido bonito para mim. Tenho me reconhecido. Não tenho visitado outros espaços de Candomblé aqui em Floripa, mas queria ir com alguém que já conhecesse. Uma amiga que a gente compartilha muito sobre isso, e ela está pensando muito nas matripotências, africanidades. E aí ela tem compartilhado suas reflexões” (Nil).

Sendo um espaço para integrar processos subjetivos importantes, no tocante à pensar a centralidade das discussões étnico-raciais dentro dessas religiosidades, demarcando um intenso processo de agravamento da intolerância religiosa no cenário nacional, traduzido pelo racismo religioso e outras violências decorrentes disso, pensar sobre as religiões afro-brasileiras enquanto espaços de acolhimento permite a criação de refúgio para pessoas que sentem seus direitos cerceados. O resgate à história da população amefricana a partir da religião é de grande importância, sendo ela um dos grandes pilares para a manutenção no sentido de valorizar a identidade negra amefricana, que através da oralidade, com o uso de cantigas, presença de ritmos, contação de histórias que traduzem as perspectivas de mundo que efetivamente valoriza as cosmogonias amefricanas. Conforme discutido anteriormente, o processo de mestiçagem (Munanga, 2019) foi propulsor de um movimento de mistura interracial que vai para além das tonalidades das cores de pele e traços físicos enquadrados pelo pensamento racista, mas para a articulação linguagem, manifestações da fé e processos de construção da identidade.

Sendo assim, o processo de estar próximo da construção da identidade racial da negritude na região da Grande Florianópolis, com enfoque para as manifestações de fé de matrizes africanas, consiste numa interessante proposta de resistência secular da população negra. Paralelamente aos conteúdos da fé, a aproximação da literatura nacional e amefricana, principalmente de pessoas negras e LGBTI+, também foi um caminho possível para tensionar a violência vivida. "Começo a olhar para o movimento negro brasileiro, ler a Lelia Gonzalez, a Conceição, Jota Mombaça. E aí eu digo: putz, socorro, acho que é por aí” (Nil). O apoio de referências que dialoguem com a nossa realidade, enquanto o país que foi o último a abolir a escravidão nas Américas, apareceu enquanto uma estratégia preconizada por Nil. Compreendendo que possui uma circulação ampla dentro de espaços acadêmicos, a valorização de pessoas negras amefricanas consiste em uma estratégia que auxilia no processo de revisão dos referenciais teóricos sobre as discussões das relações étnico-raciais e do campo

de gênero e sexualidades. O reposicionamento em relação aos fundamentos das discussões cotidianas, com ênfase nessas categorias interseccionais, auxilia no processo de ampliação do repertório das vivências pessoas negras-LGBTI+.

Eu tenho uma palavra para isso: quilombamento. Isso é o que tenho visto. É isso que me chama também, de modo subjetivo e coletivo. É quilombamento: constituição de redes de afeto afrotranscendradas. Ou afrocentradas. E é isso para mim. Tem sido uma das maiores resistências que eu tenho visto. Quilombamento para sair, para fazer leitura, dentro e fora da universidade, no social, nos próprios espaços de lazer, eu vejo as pessoas se quilombando ali, constituindo espaços de suas músicas, seus desejos, é isso que eu vejo. Constituição dessas redes de afetos, de suporte, de partilha e de reconhecimento também de tudo que foi apagado pela colonialidade: da música, da performance, da estética... (Nil).

Pensar o Quilombo, longe dos perigos norteadores do Norte Global, trabalha aspectos subjetivos e existenciais da população, que construíam um território voltado para um dispositivo de liberdade. Pensando no sentimento quilombista de Abdidas do Nascimento (2019), há uma indissociabilidade da dimensão política da afetiva, há um processo de recuperação de uma consciência histórica que protejam a nossa memória. Pensando nessa estratégia de sobrevivência, tanto no sentido físico, quanto na dimensão subjetiva, o Quilombo pode ser pensado como uma trama associativa, cujas relações eram baseadas em ritos mútuos, nos mais diferentes âmbitos da construção de um território, livre e independente. "Quilombar-se é sair do paradigma racista, trabalhando pela desinstitucionalização do racismo como relação de poder. Tal processo põe em jogo, como colocou em relação à loucura, duas ações: sustentar o desejo da diferença, mas trabalhar também pela produção do comum." (David, 2018, p.146). Pensar a desinstitucionalização do racismo e de outras opressões, convoca a refletir sobre como as organizações e instituições são coniventes com a hierarquização de pessoas que tensionam a norma, de modo que haja um reposicionamento social em relação à integração de pessoas em sociedade, que não seja pautado pela cor, mas pela condição de humanidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de construção desta pesquisa auxiliou a nomear, compreender e debater o que pessoas negras-LGBTI+ vivenciam enquanto violência no território de Santa Catarina, ao efetuar uma análise psicossocial das narrativas dessa população na região da Grande Florianópolis. Com apoio da pergunta de pesquisa "de que modo as opressões afetam a vida de pessoas negras-LGBTI+ na região da Grande Florianópolis?", os caminhos trilhados possibilitaram um entendimento sobre o processo de identificação das identidades interseccionais, as violências vividas e as formas de lidar com essas opressões. Essa organização foi responsável por traduzir o percurso da pesquisa, voltada a tensionar a normatização proveniente da cisheteronorma e da branquitude da região. Ao longo desta pesquisa-ativismo, pôde-se perceber como as vivências dessas pessoas são marcadas pelas interações complexas de raça, orientação sexual e identidade de gênero, juntamente com outros marcadores, criando uma teia intrincada de opressões que frequentemente se manifestam de maneira interdependente.

As categorias de raça e de diversidade de gênero e/ou sexualidade foram preconizadas de modo a identificar as possibilidades de sentido que imputam modulações na construção de suas subjetividades, em diversos momentos do cotidiano. Para isso, foi utilizada uma abordagem qualitativa para construção e tratamento das informações coletadas, de modo a valorizar a processualidade da construção dos significados das pessoas participantes da pesquisa. Resgatando o conteúdo de embasamento teórico da pesquisa, utilizando a perspectiva das relações raciais no Brasil contemporâneo, foram preconizados os estudos críticos de gênero e sexualidade, perspectivas decoloniais, perspectivas interseccionais e de valorização de produções do Sul Global. Situo uma compreensão crítica e política das tramas relacionais que marcam as assimetrias das relações de poder elencadas entre tensões raciais e de diversidade de gênero e sexualidade, ampliando formas de construções de narrativas que não correspondem à perspectiva hegemônica.

Com o auxílio da interseccionalidade, de modo a buscar traduzir os efeitos da normatividade hegemônica que permeia a soberania de dominação no tecido cultural, que exprime uma cultura que apresenta coeficientes raciais, sexuais e de gênero no estabelecimento de interações sociais. Refletir sobre a comunidade negra LGBTI+ consiste em pautar as relações entre a socialização dessa comunidade denota desafios complexos para

pensar novas formas de existência dentro do cânone hegemônico, no sentido da produção de pesquisa, e também dentro das expectativas de vivências de pessoas que são constantemente colocadas à margem por não corresponder com as prerrogativas da dominação do patriarcado supremacista branco.

O delinear dessa pesquisa percorreu os caminhos do Construcionismo Social, cujas narrativas e significados foi visto no processo relacional das interseccionalidades no contexto. Essa escolha foi feita para compreender que somos serem generificados e racializados, dentro de uma teia de sentidos que articulam violências a partir das relações de poder, integrando influências da estrutura dentro da dinâmica relacional em um tempo e espaço específico, que influenciam as diversas histórias narrativas dentro da cultura catarinense. A produção de conhecimento proposta foi de modo interacional, em conjunto com as pessoas entrevistadas, cujas narrativas denunciam um sistema opressor que costuma favorecer a marginalização de quem tenciona a lógica hegemônica a partir de seus próprios corpos.

Sendo assim, a linguagem dentro do Construcionismo Social, demonstra como interações e processos ocorrem no cotidiano, auxiliando na construção e percepção de realidades materiais que mediam o processo de narrar e compreender as histórias narrativas de suas próprias vidas. Não houve aqui uma pretensão de oferecer um modelo explicativo sobre como cada uma das vivências que foram evocadas pelas pessoas entrevistadas durante o desenrolar da pesquisa, evitando uma cristalização das condições de vulnerabilidade elencadas, mas sim questionar a partir de perguntas disparadoras sobre suas realidades, evitando uma produção de construção de verdade que se propõe enquanto universal. O compartilhamento dessas vivências permitiu a construção de conexões solidárias, a partir de articulações políticas compartilhadas com apoio do Construcionismo Social, das Teorias Feministas, dos Estudos das Relações Étnico-Raciais e da Interseccionalidade, que ofereceram um embasamento teórico sobre o tema.

Através das histórias compartilhadas pelas pessoas entrevistadas, foi constatado uma variedade de possibilidades para a construção de suas identidades dentro da interseccionalidade, assim como as situações violentas vivenciadas, produzindo estratégias de enfrentamento que carregam um histórico secular de produção de resistências diante das opressões impostas às pessoas negras-LGBTI+. Essas estratégias incluem a criação de redes

de apoio, a militância e a conscientização, bem como a busca por serviços de saúde mental e apoio psicossocial. Essas iniciativas, muitas vezes lideradas pelas próprias comunidades afetadas, destacam a importância do fortalecimento das vozes e do empoderamento das pessoas negras-LGBTI+ como parte integrante do processo de transformação social.

Pensando nas categorias temáticas escolhidas, iniciando com as (des)identificações da interseccionalidade negra-LGBTI+ foi trabalhada sob a perspectiva da Performance de Gênero, a partir das perspectivas interseccionais. O conceito auxiliou a compreender como ocorre a manifestação das expressões de gênero, juntamente com suas interseccionalidades. Uma segunda categoria temática consistiu nas opressões: eventos violentos na grande Florianópolis, demarcando os casos de violências sofridos pelas pessoas entrevistadas. Pensando na sociedade de Florianópolis, juntamente com os pontos de contato entre intersubjetividades dentro das relações sociais contemporâneas, essas opressões aconteceram entre os mais diferentes espaços: dentro do ambiente familiar, nas relações afetivas-romântico-sexuais, na vizinhança e bairro, nas instituições e serviços públicos, em eventos culturais, para citar alguns. Isso significa que a todo momento as pessoas negras-LGBTI+ são potenciais alvos de violência.

Por fim, a última categoria trouxe os desdobramentos das violências: efeitos psicossociais e estratégias de enfrentamento, buscando traduzir alguns dos efeitos conscientes percebidos pelas pessoas entrevistadas, juntamente com as formas com que elas lidam com as violências, por meio do conceito de estratégias de enfrentamento. Diversos desdobramentos conscientes foram retratados, como o silenciamento e o isolamento, reações emocionais complexas, o sentimento de insegurança de conviver na região e com determinadas pessoas, a falta de apoio de pessoas aliadas no enfrentamento das lutas e o processo de rompimento de vínculos com pessoas que tiveram uma participação importante nas relações intersubjetivas.

A valorização desta sessão imprime em pensar no que fazemos quando nos deparamos com temáticas sensíveis, cujas propostas de resolução são complexas. Por fim, pensando em maneiras como as pessoas entrevistadas fazem esse enfrentamento, elencaram que o processo de autoconhecimento enquanto uma forma de alinhar seus valores com suas identidades, para criação de caminhos possíveis de existência. O estabelecimento de redes de apoio, que facilitem o processo de acolhimento por pessoas semelhantes, por conseguirem se aproximar

das vivências por compartilhar histórias semelhantes. O suporte profissional com psicoterapia foi elencado como modo de lidar com as violências, oportunizando um espaço de escuta para a produção de sofrimento a partir das opressões. O letramento em relação aos conteúdos sobre a diversidade de raça, gênero, sexualidade, deficiência e migração (pensando algumas das categorias interseccionais de destaque nas pessoas negras-LGBTI+ entrevistadas para esta pesquisa), auxilia no fortalecimento do campo teórico, para sustentar discussões sociais que busquem questionar a sua validação teórica-existencial. Por fim, ressalto as políticas de afrontamento, em que existe um movimento de desestabilização subjetiva, utilizando da narrativa da pessoa autora da violência interseccional, que merece ser destacada.

Essa pesquisa não pretendeu esgotar todas as discussões que permeiam as vidas de pessoas negras-LGBTI+, pelo recorte territorial escolhido, que discute algumas possibilidades dentro de um contexto específico. Ao valorizar a diversidade de identidades das pessoas entrevistadas, no que tange às mulheridades, às masculinidades, às transgeneridades, às pessoas com deficiência e às pessoas migrantes, permitiu alargar compreensões da diversidade sexual e racial pela perspectiva interseccional, mas que não esgotam o debate. Como síntese, novas produções a partir desse olhar interseccional devem ser preconizados, de modo a avançar com novas narrativas que edificam outras vivências dessas categorias, que podem não ter sido retratadas por essas páginas. Promover uma discussão baseada em uma perspectiva interdisciplinar, política, estética, buscou tensionar as forças disciplinares que monopolizam modos de linguagem, desafiam a produção da hegemonia dentro de uma ciência que apresenta e se defende enquanto neutra, distanciada e pouco implicada nos efeitos psicossociais de vidas que estão em jogo pelas opressões.

Em última análise, esta pesquisa destacou a necessidade urgente de uma abordagem interseccional na Psicologia Social, conforme ilustrado por Conceição Nogueira (2017), no seu livro *Interseccionalidade e Psicologia Feminista*. A autora realizou um apanhado histórico sobre a produção e disseminação da teoria, de modo a pensar as suas repercussões dentro da Psicologia Social enquanto alternativas e oportunidades de investigação em tempos de desfragmentação e crise de identidades, que convocam para pensar na materialidade das desigualdades presente. Reconhecer a multiplicidade de identidades e experiências das pessoas negras-LGBTI+ e se comprometa com a desconstrução das estruturas opressoras que

perpetuam desigualdades foram possíveis aos caminhos abertos a serem trilhados pela Interseccionalidade no campo da Psicologia Social.

É de suma importância destacar que existem limitações para o desenvolvimento da pesquisa, bem como as reverberações que isso implica dentro dos resultados obtidos. A elaboração das entrevistas no ambiente online que pode ser afetado pela instabilidade de conexão de rede, assim como afastamento físico das pessoas, que acaba restringindo perceber narrativas corporais e sensíveis em comparação com as entrevistas presenciais. O público levantado dentro da técnica de bola de neve também pode apresentar um viés de seleção, trazendo alguns núcleos temáticos de modo repetido, e que não abrange a diversidade de opressões possíveis de ocorrerem e serem compartilhadas. Além disso, o processo de retomar violências passadas pode promover um processo de revitimização ao revisitar episódios de conflito, que mobilizam as emoções e a subjetividade das pessoas participantes.

A pesquisa ofereceu um embasamento teórico para pessoas pesquisadoras atuarem de modo mais sensível com a interseccionalidade de pessoas negras-LGBTI+, nos mais distintos espaços, considerando que este público apresenta demandas específicas, principalmente quando utilizamos uma análise interseccional de marcadores sociais da desigualdade, que produzem efeitos desproporcionais em categorias que são historicamente vulnerabilizadas. Perceber como esses jogos de poder ocorrem auxilia no processo de desnaturalização das opressões, que destacam hierarquias assimétricas impostas pela socialização de pessoas que são constantemente oprimidas pelo modelo da hegemonia.

Associar a produção de violência com a diversidade de gênero, sexualidade e raça é fundamental para compreender a realidade da população catarinense. Deste modo, as produções de violências, a partir da branquitude cisheteronormativa, ocorrem com força expressiva, por serem modelos naturalizados de existir, ancorados em ideias eugenistas e biologizantes, que modulam as modalidades de existência desses grupos. A região da Grande Florianópolis só pode alcançar uma verdadeira justiça social quando todas as pessoas sejam tratadas enquanto cidadãos de direitos, livres para viver a vida de modo pleno, digno e com autenticidade.

REFERÊNCIAS

- Akotirene, K. (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo: Polém.
- Allport, G. W. (1964). *The Nature of Prejudice*. New York: Basic Books.
- Andrade, V. L. (2016). Desafios no Atendimento, Acolhida e Integração Social de Imigrantes e Refugiados/as LGBTI. *Cadernos OBMigra*, v2(2).
- André, M. C. (2007). Processos de Subjetivação em Afro-Brasileiros: Anotações para um Estudo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(2), p.159-168.
- Anzaldúa, G. (2005). La Conciencia de la Mestiza: Rumo a Uma Nova Consciência. *Revista Estudos Feministas*, 13(3).
- Associação Nacional de Travestis de Transexuais (2020). Dossiê: O Que Fazer em Caso de Violência LGBTIFÓBICA. Bruna Benevides (orgs.). Brasília: Distrito Drag.
- Associação Nacional de Travestis de Transexuais (2022). Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2021. Bruna Benevides (orgs.). Brasília: Distrito Drag.
- Bacchetta, P. (2015). Décoloniser le Féminisme: Intersectionnalité, Assemblages, Co-Formations, Co-Productions. *Cahiers du CEDREF*, p.127-137.
- Bastide, R. & Fernandes, F. (1959). *Branco e Negro em São Paulo. Ensaio Sociológico sobre Aspectos da Formação, Manifestações Atuais e Efeitos do Preconceito de Cor na Sociedade Paulistana*. Editora Nacional: São Paulo.
- Bastos, L.C., Biar, L. A. (2015). Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada* [online]. v.31, p.97-126.
- Beiras, A. et al. (2021). *Grupos Reflexivos e Responsabilizantes para Homens Autores de Violência contra Mulheres no Brasil: Mapeamento, Análise e Recomendações*. Centro de Estudos Jurídicos - CEJUR, Poder Judiciário de Santa Catarina, Florianópolis: Santa Catarina.

- Bilge, S. (2009). Théorisations Féministes de L'intersectionnalité. *Diogène*, 1(225): p.70-88.
- Brasil (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República.
- Brasil (2012). Dispõe sobre o Ingresso em Instituições Universidades Federais (Lei de Cotas). Brasília, DF: Presidente da República.
- Brasil (2015). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 [online]. Diário Oficial da União.
- Bruner, J. (1990). *Acts of Meaning*. Cambridge: Harvard University Press.
- Butler, J. (2018) Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Cardoso, P. J. F. (2004). *Negros em Desterro: Experiências de Populações de Origem Africana em Florianópolis na Segunda Metade do Século XIX*. Itajaí: CasAberta.
- Cardoso, D. T. & Beiras, A. (2017). Contribuições do Construcionismo Social para o Estudo das Masculinidades. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, ISSN 2179-510X.
- Cardoso, M. R., & Ferro, L. F.. (2012). Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 32(3), 552–563.
- Carneiro, S. (2011), "Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero". Portal Geledés [online], 06 de março de 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em: 10 de novembro de 2021.
- Carneiro, S. (2003), "Mulheres em movimento". *Estudos Avançados*, 17(49), p. 117-132.

- Carone, I. & Bento, M. A. S. (2016). *Psicologia Social do Racismo - Estudos sobre Branquitude e Branqueamento no Brasil* (orgs.). Editora Vozes: Petrópolis.
- Colling, L. (2011). *Stonewall 40 + o Que No Brasil?* Salvador: EDUFBA, Coleção Cult nº 9, p.282.
- Collins, P. H. (2000), *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment— 2nd ed.* Routledge.
- Collins, P. H. (2019). *Pensamento Feminista Negra: Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo.
- Conrado, M. P., & Neves Barros, T. de N. M.. (2022). A categoria “afro-indígena” na Amazônia paraense: usos, confluências e ambivalências em debate acadêmico. *Horizontes Antropológicos*, 28(63), 227–246.
- Costa, G.S. (2012). Grupos focais: um Novo Olhar Sobre o Processo de Análise das Interações Verbais. *Revista Intercâmbio*, São Paulo: LAEL/PUCSP, p. 153-172. ISSN 2237-759x.
- Costa, M. S. (2019). *O padrão dependente de desenvolvimento da economia latino-americana: implicações no comportamento das contas de serviços de Brasil, Chile e Argentina*. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2019.
- Connell, R. W. & Messerschmidt, J. W. (2013). *Masculinidade Hegemônica: Repensando o Conceito*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(1).
- Conselho Federal de Psicologia (1999). *Estabelece Normas de Atuação para Psicólogos em Relação à Questão da Orientação Sexual*. Resolução Nº 001/1999. Brasília: CFP, p.2.
- Conselho Federal de Psicologia (2017). *Relações Raciais: Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas/os*. Brasília: CFP, p.147.
- Conselho Federal de Psicologia (2019). *Relações Raciais: Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas/os em Políticas Públicas de Diversidade Sexual (versão preliminar)*. Brasília: CFP, p.70.

- Conselho Federal de Psicologia (2021). Nota Técnica sobre Resolução nº 01 de 22 de Outubro de 1999, sobre Normas de Atuação em Relação à Orientação Sexual. Brasília: CFP, p.2-8.
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas, Florianópolis, 10(1), 171-188.
- Crenshaw, K. W. (2004). A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. In: VV.AA. Cruzamento: Raça e Gênero. Brasília: Unifem.
- Dantas, B. S. A. (2010). Sexualidade, cristianismo e poder. Estudos E Pesquisas Em Psicologia, 10(3), 700–728.
- David, E. C. (2018). Saúde Mental e Racismo: a Atuação de um Centro de Atenção Psicossocial II Infantojuvenil. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Davis, A. (2016). Mulheres, Raça e Classe. Tradução Heci Regina Candiani. 1ª Edição, São Paulo: Boitempo.
- DiAngelo, R. (2018). Não basta não ser racista: sejamos antirracistas. Tradução Marcos Marciolino. São Paulo: Faro Editorial.
- Diniz, D. (2007). O que Deficiência. Coleção Primeiros Passos, 324. São Paulo: Brasiliense.
- Díaz-Benítez, M. E. & Mattos, A. (2019). Interseccionalidades: Zonas de Problematização e Questões Metodológicas. Em: Metodologia e Relações Internacionais: Debates Contemporâneos. Volume II / Isabel Rocha Siqueira ... [et al.] (organizadores). Rio de Janeiro, Edição PUC-Rio.
- Duque, T. (2020). A Epistemologia da passabilidade: dez notas analíticas sobre experiências de (in)visibilidade trans. História Revista, 25(3), 32

- Escola Nacional de Saúde Pública (2020). Violência e Desigualdade Racial. Entrevista de Vilma Reis à Yasmine Saboya em 17 de setembro de 2020. Canal Saúde [online], 01 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://dssbr.ensp.fiocruz.br/violencia-e-desigualdade-racial/>>. Acesso em: 16 de Julho de 2021.
- Evaristo, C. (2017). *Becos de Memória*. Rio de Janeiro: Pallas.
- Facchini, R. (2011). Histórico da Luta de LGBT no Brasil. In: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Caderno Temático 11 - Psicologia e Diversidade Sexual. São Paulo: CRP.
- Fazendo História (2017). Oficina: "Racismo e Suas Implicações no Acolhimento". Vídeos do Instituto Amma Psiqué Negritude para o Instituto Fazendo História, 27 de Novembro de 2017. Disponível em: <<https://www.fazendohistoria.org.br/blog-geral/2017/11/22/sistematizacao-da-oficina-racismo-e-suas-implicacoes-no-acolhimento>>. Acesso em: 11 de Julho de 2021.
- Fernandes, F. (2013). *O Negro no Mundo dos Brancos*. São Paulo: Global, 1ª edição digital.
- Ferreira, M. C. (2010). A Psicologia Social Contemporânea: Principais Tendências e Perspectivas Nacionais e Internacionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, 26(spe.), p. 51- 64.
- Freyre, G. (2003). *Casa Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. São Paulo: Global.
- Gergen, K. J. (2009). O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v.6 (1), 299- 325.
- Gibbs G. (2009) *Análise de Dados Qualitativos*. Porto Alegre.
- Gonzalez, L. (1988). A Categoria Político-Cultural de Amefricanidade. In: *Tempo Brasileiro*. Tempo Brasileiro. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Nº92/93 jan./jun. p. 69-82.
- Goffman, E. (1981). *Estigma - Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deterioridade*. Tradução: Mathias Lambert (2004). Editora: TLC.

Grijalva, D. (2012). *Mi Cuerpo es Un Territorio Politico. Brecha Lésbica*.

Grupo Gay da Bahia (2019). *Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil - 2019*. Relatório do Grupo Gay da Bahia, Salvador. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>>. Acesso em: 1º de outubro de 2020.

Grupo Gay da Bahia (2022). *Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil - 2021*. Relatório do Grupo Gay da Bahia, Salvador. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/03/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final.pdf>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2023.

Halberstam, J. (2008) *Masculinidad Femenina*. Trad. Javier Sáez, Barcelona-Madrid: E. Egales.

Hall, S. (2006). *A identidade cultural da pós-modernidade*. São Paulo: DP&A.

Hall, S. (2014a). *Identidade e Diferença: uma Introdução Teórica e Conceitual*. Em: *Identidade e Diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais*. Silva, T.T. (org.), Hall, S.; Woodward, K., 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Hall, S. (2014b). *Quem precisa da identidade?* In: Silva, T. T. (org); Hall, S.; Woodward, K., 15 ed. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes..

Hall, S. (2015). *Raça, O Significante Flutuante*. Liv Sovik (Tradução) em colaboração com Katia Santos. *Z Cultural, Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea*. Ano VIII, 2,, p.1.

Hasenbalg, C. (1996). *Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil*. In: Maio, M.C., & Santos, R.V., (Orgs). *Raça, ciência e sociedade* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ: CCBB, pp. 235-249.

hooks, b. (2015), "Mulheres negras: moldando a teoria feminista". *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16., p.193-210.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020). *Características Gerais dos Domicílios e dos Moradores 2019*. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, atualizado

em 26 de maio de 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf>. Acesso em: 12 de Julho de 2021.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2019). Atlas da Violência. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf>. Acesso em: 1º de outubro de 2021.

Jesus, J. G. (2019). Xica Manicongo: A Transgeneridade Toma a Palavra. Revista Docência e Cibercultura, v3(1), p.250-260.

Jovchelovich, S. & Bauer, M. W. (2002). Entrevista Narrativa. In: Bauer M. W., Gaskell G. (Org.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, p. 90-113.

Kilomba, G. (2019). Racismo Genderizado. Em Kilomba, G. Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano (pp. 93-110). Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

Kimmel, M. S. (1998). A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. Horizontes Antropológicos, v. 4, p. 103-117.

Knauth, D. R., Hentges, B., Macedo, J. L. de., Pilecco, F. B., Teixeira, L. B., & Leal, A. F. (2020). O diagnóstico do HIV/aids em Homens Heterossexuais: a Surpresa Permanece Mesmo Após Mais de 30 anos de Epidemia. Cadernos De Saúde Pública, 36(6).

Labov, W. & Waterzky, J. (1967). Narrative Analysis: oral versions of personal experience. In: June Helm. Ed.. Essays on the verbal and visual arts. Seattle: University of Washington Press.

Labov, W. (1972). Language in the inner city: studies in the Black English Vernacular. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

Leite, I. B. (1996). Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e Territorialidade. Letras Contemporâneas:

- Leite, G. A. & Melo, A. (2021). Patriarcado, Raça e Capitalismo: o Heterossexismo como Padrão de Dominação, Opressão e Exploração de Vidas LGBTI. *Emblemas*, v18(1), p.67-80.
- Linde, C. (1993). *Life stories: the creation of coherence*. New York: Oxford University Press.
- Lima, M. E. O. (2020). *Psicologia social do preconceito e do racismo*. São Paulo: Blucher Open Access, p.142.
- Linhares, L. V. (2021). *Culpabilização da vítima de violência sexual: uma análise do efeito da combinação de características da vítima e do observador*. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Paraíba.
- Lorde, A. (1977). Comunicação no painel “Lésbicas e Literatura” da Associação de Línguas Modernas em 1977 e publicado em vários livros da autora. Fonte: <<http://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/>>. Acesso em: 15 de Janeiro de 2023.
- Lugones, M. (2014). Rumo a um Feminismo Descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), p.935-952.
- Luz, A. (2020). Em Santa Catarina, Ainda é Preciso Lutar contra a Invisibilidade do Negro. ND+ [online], 11 de Junho de 2020. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/direitos/em-santa-catarina-ainda-e-preciso-lutar-contr-a-invisibilidade-do-negro/>>. Acesso em: 15 de Julho de 2021.
- Maia, C. G. A. (2018). "A revolução vem do pastinho": escrituras antropológicas sobre vozes negras em Florianópolis-SC (dissertação). Universidade Federal de Santa Catarina.
- Maio, M. C. (2017). A Crítica de Otto Klíenberg aos Testes de Inteligência. O Brasil como Laboratório Racial. *Varia Historia*, Belo Horizonte: MG, 33(61), p.135-161.
- Maio, M. C.. (1999). O Projeto Unesco e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil dos Anos 40 e 50. *Revista Brasileira De Ciências Sociais*, 14(41), p.141-158.
- Mais Diversidade (2021). *O Cenário Brasileiro LGBTI+*. Pesquisa Mais Diversidade 2021.

- Major, B. & O'Brien, L. T. (2005). The Social Psychology of Stigma de Major, B. & O'brien. L.T. *Annual Review of Psychology*, v.56, p.393-421.
- Martins, S. (2008). *Relações arqueológicas entre discursos criminológicos e psicológicos: A legitimação de saberes e práticas (dissertação)*. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Martins, E., Santos, A. O. & Colosso, M. (2013). *Relações Étnico-Raciais e Psicologia: Publicações em Periódicos da SciELO e Lilacs*. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 15(3), p.118-133, São Paulo: SP.
- Martins, E. M. J. (2018). *Alguns Aspectos da Criminalização da População Negra na Sociedade Brasileira. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Universidade Federal Fluminense*.
- Masocha, S., & Simpson, M. K. (2011). Xenoracism: Towards a Critical Understanding of the Construction of Asylum Seekers and its Implications for Social Work Practice. *Practice*, 23(1), p.5–18.
- Mattos, A. R., & Cidade, M. L. R. (2016). Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. *Revista Periódicus*, 1(5), 132–153.
- McRuer, R. (2021). *Teoría Crip: Signos Culturales de lo Queer y la Discapacidad*. Tradução Livre realizada por Isadora Silva Rodrigues. Kaótica Libros: Madrid.
- Melo, A. S. E., Maia Filho, O. N. & Chaves, H. V. (2016). Lewin e a Pesquisa-Ação: Gênese, Aplicação e Finalidade. *Fractal: Revista de Psicologia*, 28(1), p.1530159.
- Méllo, R.P.; Silva, A.A.; Lima, M.L.C.; Di Paolo, A.F. (2007). Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte: Minas Gerais, v.19(3), p. 26-32.
- Mello, A. G. & Nuernberg, A. H. (2012). Gênero e Deficiência: Interseções e Perspectivas. *Revista Estudos Feministas*, 20(3), p.635-655.

- Mello, A. G. (2016). Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência & Saúde Coletiva* [online], v. 21, n. 10.
- Mello, A. G., Aydos, V. & Schuch, P. (2022). Aleijar as Antropologias a Partir das Mediações da Deficiência. *Horizonte Antropologia*, Porto Alegre, 28(64), p.7-29.
- Mingus, M. (2011). *Access Intimacy: The Missing Link*. Leaving Evidence.
- Mishler, E. (1999). *Storylines: craftartists' narratives of identity*. Cambridge: Harvard University Press.
- Moura, C. (1988). *Sociologia do Negro Brasileiro*. Série Fundamentos: Ática.
- Munanga, K. (2003). Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia [Artigo online]. Em: Seminário Nacional Relações Raciais e Educação, Rio de Janeiro: UFF.
- Munanga, K. (2012). Negritude e Identidade Negra ou Afrodescendente: um racismo ao avesso?. *Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)*, 4(8), p.06–14.
- Nardi, H.C. & Costa, A.B. (2020). Parte V: Região Sul. Em Artur Zimmerman (Orgs.) *Políticas LGBTI+: Desigualdade Regional e as Políticas Públicas*. Santo André, SP: Universidade Federal do ABC.
- Nascimento, A. (2016). *O Genocídio do Negro Brasileiro: Processos de Um Racismo Mascarado*. 3ª Edição, São Paulo: Perspectivas.
- Nascimento, A. (2019). *O Quilombismo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Nogueira, C. (2017). *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Bahia: Devires.
- Nogueira, A. M. R. (2018). *Territórios Negros em Florianópolis*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

- Nunes, S. S. (2014). Racismo Contra Negros: sutileza e persistência. *Psicologia Política*, 14(29), 101-121.
- Oliveira, R. M. D. (2013). *Direitos Sexuais de LGBTI+ no Brasil: Jurisprudência, Propostas Legislativas e Normatização Federal*. Ministério da Justiça, Secretaria da Reforma do Judiciário, Brasília: DF.
- Ordenações Filipinas (2012). *Ordenações e leis do reino de Portugal: Recopiladas por Mandado d'el-Rey D. Filipe I por Cândido Mendes de Almeida*. Ed. fac-sim. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial.
- Osório, R. G. (2013). A classificação de cor ou raça do IBGE revisitada. Em: Petruccelli, J. L.; Saboia, A. L. (org.). *Características étnico-raciais: classificações e identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, p. 82-98
- Pacheco, A. C. L. (2008). *Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar : escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- Passos, R. G. (2018). “Holocausto ou Navio Negreiro?”: inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira / Holocaust or “The Ship Negreiro?” Concerns for the Brazilian Psychiatric Reform. *Argumentum*, 10(3), p.10–23.
- Paulino, S. C. & Oliveira, R. (2020). Vadiagem e as Novas Formas de Controle da População Negra Urbana Pós-Abolição. *Direito em Movimento*, Rio de Janeiro, 18(1), p.94-110.
- Pelúcio, L. (2011). Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à Aids. *Saúde e Sociedade*, v20(1), p.76-85.
- Pérez, A. R. & Jesus, J. G. (2011). Preconceito, estereótipo e discriminação. Em Torres, C. V. & Neixa, E. R. (Orgs.) *Psicologia Social: Principais Temas e Vertentes [recurso eletrônico]*. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, p.219-237.

- Perez, O. & Ricoldi, A. (2018). A Quarta Onda do Feminismo? Reflexões sobre Movimentos Feministas Contemporâneos. 42º Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu: Minas Gerais.
- Piedade, Vilma (2017). Dororidade. São Paulo: Editora Nós: São Paulo.
- Prestes, C. R. S. (2020). Não Sou Eu do Campo Psi? Vozes Negras de Juliano Moreira e Outras Figuras Negras. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadoras Negras, 12(spe.), p.52-77.
- Quijano, A. (1992). Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. Perú Indígena: Lima, p.11-20.
- Quijano, A. (1997). Colonialidad Del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. Anuario Mariateguiano: Lima, 9(9), p.113-121.
- Ramos, S. (Orgs.) (2021). Pele-Alvo: A Cor da Violência Policial. Rio de Janeiro: CESeC.
- Rampinelli, W. J. (2013). Um Genocídio, Um Etnocídio e um Memorocídio Praticados contra os Povos Latino-Americanos. Revista Lutas Sociais, 17(30), p.139-142.
- Rea, C. A. & Amancio, I. M. S. (2018). Descolonizar a Sexualidade: Teoria Queer of Colour e Trânsitos para o Sul. Caderno Pagu, 53, p.1-38.
- Ribeiro, D. (2018). Quem tem medo do feminismo negro? São Paulo: Companhia das Letras.
- Rodrigues, M. F. (2015). Raça e criminalidade na obra de Nina Rodrigues: Uma história psicossocial dos estudos raciais no Brasil do final do século XIX. Revista Estudos & Pesquisas em Psicologia, 15(3), p.1118-1135.
- Rosa, P. O.; Souza, A. T.; & Camargo, G. M. (2019). O combate à “ideologia de Gênero” na era da pós-verdade: uma cibercartografia das fake news difundidas nas mídias digitais brasileiras. Dossiê Revista Sinais, v.2 n.23.
- Riessman, C. K. (1993). Narrative analysis. Newbury Park. California: Sage.
- Riessman, C. K. (2008). Narrative Methods for the human sciences. Los Angeles: Sage Publications.

- Sanches-Justo, J., Ferreira, S.L., Vasconcelos, M.S., & Justo, J.S. (2010). O construcionismo Social na Pesquisa em Psicologia. *Revista de Psicologia da UNESP*, 9(1), p. 24-35.
- Santos, L. R. B. (2022). *Da Guerra Santa ao Racismo Religioso: Desdobramentos Teóricos do Conflito Religioso em Salvador*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia.
- Sawaia, B. B. (2009). Psicologia e Desigualdade Social: uma Reflexão sobre Liberdade e Transformação Social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372.
- Senna, A. M. (2022). *A Solidão da Mulher Trans, Negra e Periférica: Uma Breve Reflexão sobre corpos Trans Que São Demarcados pelo Gênero, Raça e Classe*. Em Souza, D., Santos, D. & Zacarias, V. (Orgs.). *Bixas Pretas: Dissidências, Memórias e Afetividades*. 1ª Edição, Salvador: Devires.
- Schucman, L. V. (2012). *Entre o "Encardido", o "Branco" e o "Branquíssimo": Raça, Hierarquia e Poder na Construção da Branquitude Paulistana*. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, São Paulo, 2012.
- Schucman, L. V. (2021). *À Supremacia Branca Brasileira: que Lógicas Sustentam o Arranha-Céu Cheio de Brancos?* Portal Geledés [online], 22 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/a-supremacia-branca-brasileira-que-logicas-sustentam-o-arranha-ceu-cheio-de-brancos/>>. Acesso em: 10 de novembro de 2021.
- Silva, G. A. M. (2019). *A Crise da Psicologia Social Brasileira: Apontamentos Históricos*. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*: Rio de Janeiro, 71(3), p.48-63.
- Silva, K.S., Muller, J. & Silveira, H.M. (2018). Santa Catarina no roteiro das diásporas: os novos imigrantes africanos em Florianópolis. *Revista Katálysis*, v. 21(2), p.281–292.
- Souza, D., Santos, D. & Zacarias, V. (2022). *Bixas Pretas: Dissidências, Memórias e Afetividades*. 1ª Edição, Salvador: Devires.
- Spink, P. K. (2003). Pesquisa de Campo em Psicologia Social: uma Perspectiva Pós-Construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 15(2).

- Spink, P. K.. (2008). O Pesquisador Conversador no Cotidiano. *Psicologia & Sociedade*, 20(spe).
- Taylor, A. (2015). The discourse of pathology: Reproducing the able mind through bodies of color. *Hypatia*, v. 30, n. 1, p. 181-198.
- Toledo, L. G., & Pinafi, T. (2012). A clínica psicológica e o público LGBT. *Psicologia Clínica*, 24(1), 137–163.
- Veiga, L. (2018). As diásporas da bixa preta: sobre ser negro e gay no Brasil. *Tabuleiro de Letras*, Salvador, v.12(1), p.77-88.
- Veiga, L. (2019). Além de preto é gay: as diásporas da bixa preta. Em *Diálogos Contemporâneos sobre Homens Negros e Masculinidades*. Organizado por Restier, Henrique e Souza, Rolf Malungo - São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, p.77-94.
- Viveros, Mara (2008). La Sexualización de la Raza y la Racialización del Sexo en el Contexto Latinoamericano Actual. In: CAREAGA, Gloria (org.). *Encuentro Latinoamericano y del Caribe. La Sexualidad Frente a La Sociedad*. México, D.F.,.
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Tematicas*, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevistas

1. Acolhimento Inicial

1. **Apresentação:** conversa inicial espontânea de quebra-gelo;
2. **Contrato:** orientação sobre o objetivo da pesquisa e da entrevista;
3. **Aspectos Éticos:** orientações gerais de pesquisa com pessoas, sigilo e manipulação de dados coletados e devolutiva.

2. Dados Sociodemográficos

1. Nome que a pessoa gostaria de ser chamada;
2. Autodeclaração de Raça;
3. Orientação Sexual e de Gênero;
4. Situação Ocupacional;
5. Espiritualidade/Religião;
6. Local de Residência e Relação com Grande Florianópolis (SC);
7. Participação em organizações, movimentos sociais, trabalhos voluntários e cooperação em rede/comunitária;

3. Perguntas sobre Pessoas Negras-LGBTI+

1. O que é ser uma pessoa negra-LGBTI+?
2. Qual foi o primeiro momento que se percebeu como uma pessoa negra-LGBTI+?
3. Como você se sente pertencendo à categoria de pessoas negra-LGBTI+? Como você avalia a importância dessa categoria?

4. No seu ciclo de convivência social há outras pessoas negras-LGBTI+?
5. Em quais ambientes ou momentos você se sente à vontade sendo uma pessoa negra-LGBTI+? E quais que não se sente à vontade?
6. Como você acha que a pessoa negra-LGBTI+ é percebida por quem não é?
7. De que modo pertencer a essa identidade impacta nas suas relações sociais?
8. Que tipos de violência que você acredita serem comuns para pessoas negras-LGBTI+ ? Quais delas você já vivenciou ou presenciou?
9. Que tipos de efeitos você acredita que essas violências podem provocar nas pessoas negras-LGBTI+?
10. Como você lida com as diferentes formas de violência por ser uma pessoa negra-LGBTI+?
11. Quais outras estratégias você considera importante para lidar com essas opressões?

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Informado

ANÁLISE PSICOSSOCIAL DAS OPRESSÕES DE PESSOAS NEGRAS-LGBTI+

Olá!

Você está recebendo um convite para participar enquanto pessoa voluntária da pesquisa “**Análise Psicossocial das Opressões de Pessoas Negras-LGBTI+**”. A finalidade deste termo consiste em realizar uma apresentação sobre o projeto de pesquisa, bem como os seus protocolos e procedimentos, riscos e benefícios envolvidos, resguardando as devidas particularidades, respeitando o anonimato, privacidade e confidencialidade no desenvolvimento do método preconizado. Ressaltamos que a participação da pesquisa não prevê nenhum tipo de pagamento: a pessoa participante não terá nenhum custo relativo à sua contribuição na pesquisa, e caso haja eventuais despesas decorrentes de sua participação, como transporte e/ou alimentação, elas serão ressarcidas integralmente, conforme previsto nas resoluções abaixo.

Esta pesquisa está respaldada pela Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e complementares, com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CRPSH/UFSC), sendo possível confirmar a validade do documento junto ao CEPESH/UFSC pelo endereço no final do TCLE. Ambos os pesquisadores associados a esta pesquisa, o professor Dr. Adriano Beiras e o mestrando Lucas Mentor de Albuquerque Nobrega, também assinam este documento, comprometendo-se a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconizam as Resoluções CNS 466/12 e 510/16, sobre preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.

O projeto consiste em identificar aspectos psicossociais associadas às opressões de pessoas negras-LGBTI+ da Grande Florianópolis. Dentre os benefícios, verificar as formas de construção de identidade de pessoas negras-LGBTI+, assim como o seu enfrentamento em situações de opressões em Santa Catarina, numa região influenciada por uma sociedade

branca e pela cisheteronorma, pode sugerir informações através de suas narrativas para construção de políticas públicas sobre essa população marginalizadas de diversas formas.

Como procedimentos da pesquisa, pessoas negras-LGBTI+ serão convidadas para participar de uma entrevista semi-estruturada, de modo que perguntas sejam feitas para explorar os sentidos das identidades negras-LGBTI+, assim como as violências sofridas e as estratégias utilizadas para lidar com essas situações. As entrevistas poderão acontecer de maneira presencial ou online, respeitando o interesse e disponibilidade de cada pessoa participante, e o momento será gravado em áudio e/ou imagem para facilitar a análise de dados.

O uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) como a entrevista online demandam a confiabilidade e segurança na rede de internet e dos equipamentos utilizados, destacando nuances de outras formas de se pesquisar e observar os fenômenos. Os materiais coletados de forma presencial ou em entrevistas online serão armazenadas em uma pasta online com senha, concordando com o tratamento dos dados pessoais para finalidade específica, em conformidade com a Lei nº 13.709 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

As perguntas serão disparadoras, de modo com que a pessoa sinta-se à vontade para respondê-las, com o direito de não responder caso assim prefira, enfatizando que não existem respostas certas ou erradas. A previsão de duração da entrevista é de aproximadamente 1 hora e 30 minutos, realizada de modo individual. Após estabelecimento do contato, apresentação do projeto e assinatura do presente termo, em data e hora marcada, para realizar a entrevista.

Entre os riscos e desconfortos possíveis durante o desenvolvimento da pesquisa, ressalto a imprevisibilidade da reação de pessoas ao evocar lembranças dolorosas vivenciadas no passado. Como forma de minimização de riscos, caso houver alguma manifestação que comprometa o andamento da pesquisa, ela poderá ser interrompida de forma temporária ou permanente. Com a formação profissional das pessoas pesquisadoras envolvida no campo da Psicologia, destaco a disponibilidade para acolhimento de conteúdos que provoquem grandes desconfortos, com o seguimento para os devidos encaminhamentos conforme necessidade da

demanda. Eventuais danos decorrentes da pesquisa possuem direito à indenização conforme legislação vigente.

No momento de coleta de dados, a pessoa pesquisadora prestará todas as assistências necessárias para o andamento da pesquisa e prestará as informações solicitadas. Se você apresentar qualquer dúvida sobre os procedimentos destacados ou sobre o próprio projeto, o contato da pessoa pesquisadora principal encontra-se disponível abaixo. Cabe destacar que as pessoas pesquisadoras serão as únicas com acesso aos dados coletados durante as entrevistas, de modo a preservar o sigilo das informações fornecidas, e que você pode retirar o consentimento a qualquer momento, até a finalização da dissertação.

Frisa-se que todas as folhas do TCLE devem ser rubricadas em duas vias, juntamente com a assinatura no local indicado ao final do termo. Uma cópia dele ficará com a pessoa participante, pois nela constará todas as informações necessárias em casos de dúvidas sobre a pesquisa ou sua participação, assim como pra acompanhar o andamento da pesquisa e contatos importantes. A outra cópia ficará resguardada com o pesquisador principal, responsável pela gestão de dados sigilosos.

Você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina pelo telefone (48) 3721-6094, ou pelo e-mail cep.propesq@contato.ufsc.br, ou presencialmente no endereço Rua Desembargador Vitor de Lima, nº 222, 701, Trindade, Florianópolis (SC), CEP 88040-400 (Prédio Reitoria II). O CEPESH/UFSC é um órgão colegiado interdisciplinar, deliberativo, consultivo e educativo, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, porém independente para a tomada de decisões, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

1. Estou ciente da autorização do uso de informações cedidas por mim no âmbito de pesquisa aos pesquisadoras Lucas Mentor de Albuquerque Nobrega e Adriano Beiras, cedendo a eles totalmente o conteúdo das entrevistas para fins acadêmicos e científicos.

Sim Não

2. Autorizo a utilização da minha imagem (gravação de áudio e/ou vídeo), para fins acadêmicos e científicos.

Sim Não

3. Indico abaixo minha opção referente ao sigilo ou não de minha identidade.

Sim Não

4. Pseudônimo escolhido para identificar o conteúdo das entrevistas:

5. Em caso de mudança sobre aspectos referentes ao sigilo ou identificação da pessoa participante, ou quanto à disponibilidade de direitos patrimoniais autorais para fins acadêmicos, científicos, com rubrica da pessoa participantes e do pesquisador: _____

Florianópolis, _____ de _____ de 202__.

Nome Completo: _____

Telefone para Contato: _____

E-mail: _____

Assinatura: _____

Endereços para contato:

Professor Doutor Adriano Beiras

Endereço: Departamento de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,
Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário, Trindade, Florianópolis/SC,
CEP:88040-970. E-mail: adrianobe@gmail.com / Telefone: (48) 9676-2602

Pesquisador Lucas Mentor de Albuquerque Nobrega

Endereço: Departamento de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,
Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário, Trindade, Florianópolis/SC,
CEP:88040-970. E-mail: lucasmanobrega@gmail.com / Telefone: (11) 97564-8290

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos/UFSC

Endereço: Rua Desembargador Vitor Lima, 222, Prédio Reitoria II, 7º andar, sala 701,
Trindade, Florianópolis/SC, CEP: 88040-400

E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br / Telefone: (48) 3721-6094